

REVISTA DE
EXTENSÃO
DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA

Santarém, v. 01, n. 01, 2019.



UFOPA

REVISTA DE
EXTENSÃO
DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA

Santarém, v. 01, n. 01, 2019.



PROCCE
PRÓ-REITORIA DA CULTURA,
COMUNIDADE E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitor

Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitora

Aldenize Ruela Xavier

**Pró-Reitor da Cultura, Comunidade e Extensão -
Procce**

Marcos Prado Lima

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - Proen

Solange Helena Ximenes Rocha

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Tecnológica - Proppit**

Domingos Luis Wanderley Picanço Diniz

Pró-Reitora de Gestão Estudantil – Proges

Lidiane Nascimento Leão

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional - Proplan**

Rogério Favacho da Cruz

Pró-Reitora de Administração - Proad

Sofia Campos e Silva Rabelo

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas - Progep

Fabriciana Vieira Guimaraes

**PRÓ-REITORIA DA CULTURA, COMUNIDADE E
EXTENSÃO**

Marcos Prado Lima – Pró-Reitor

Secretaria Executiva

Renata Guimarães Cabral Lima – Secretária Executiva

Rodrigo Adolfo de Almeida Rosa – Assistente em
Administração

Márcia Waimer Spinola Arouca - Administradora

Diretoria de Cultura

Estefany Miléo de Couto – Diretora

Coordenação de Cultura

João Ricardo Silva - Coordenador

Lucíula Romana da Silva Ferreira - Produtora Cultural

Gabriel de Oliveira Prado - Técnico em Audiovisual

Marcelo Henrique Moraes de Sousa – Assistente em

Administração

Carlos de Matos Bandeira Junior - Assistente em

Administração

Diretoria de Extensão

Maxwell Barbosa de Santana – Diretor

Patrícia Borges da Silva - Assistente Social

Coordenação de Programas e Projetos

Adrielle Nara Serra Bezerra – Coordenadora

Raimundo Hemenegildo Garcia Júnior – Assistente em

Administração

Coordenação de Articulação e Difusão da Extensão

Luziana Pereira Caldeira – Assistente em

Administração

REVISTA DE EXTENSÃO DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA

Endereço para correspondência:

Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão - Procec
Ufopa, Unidade Tapajós, *Campus* de Santarém
Rua Vera Paz, s/n, – Prédio H, Térreo
Santarém - Pará – Brasil – CEP 68040-255

Contatos

extensao@ufopa.edu.br – (093) 2101-4952

Endereço eletrônico:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/extensaoaintegracaoamazonica>

Coordenador

Maxwell Barbosa de Santana - Ufopa

Comitê Editorial

Thiago Almeida Vieira - Ufopa
Helionora da Silva Alves - Ufopa
Adrielle Nara Serra Bezerra - Ufopa

Capa

Gabriel de Oliveira Prado - Ufopa

Projeto Gráfico

Gabriel de Oliveira Prado - Ufopa
Adrielle Nara Serra Bezerra - Ufopa

Editoração eletrônica

Maxwell Barbosa de Santana - Ufopa
Adrielle Nara Serra Bezerra - Ufopa

Revisão de normatização

Helionora da Silva Alves - Ufopa
Adrielle Nara Serra Bezerra - Ufopa

Revisão de Texto

Luziana Pereira Caldeira - Ufopa
Raimundo Hemenegildo Garcia Junior - Ufopa
Renata Guimarães Cabral Lima - Ufopa

Periodicidade

Anual

Pareceristas *Ad hoc*

Abner Vilhena de Carvalho - Ufopa
Adrielle Nara Serra Bezerra - Ufopa
Alice Ferreira Rodrigues Dias - Ufopa
Andrei Santos de Morais - Ufopa

Anne Rapp Py-Daniel - Ufopa
Cauan Ferreira Araújo - Ufopa
Christiane Patrícia Oliveira de Aguiar - Ufopa
Daiane Pinheiro - Ufopa
Danielle Wagner Silva - Ufopa
Delaine Sampaio da Silva - Ufopa
Denise Castro Lustosa - Ufopa
Diego Maia Zacardi - Ufopa
Douglas Mota Xavier de Lima - Ufopa
Ednéa do Nascimento Carvalho - Ufopa
Edson Akira Asano - Ufopa
Elói Gasparin - Ufopa
Emerson Silva de Sousa - Ufopa
Gustavo Pinto de Sousa - Ufopa
Helionora da Silva Alves - Ufopa
Hérion Mota Atayde - Ufopa
Iani Dias Lauer Leite - Ufopa
Iolanda Maria Soares Reis - Ufopa
Itamar Rodrigues Paulino - Ufopa
Jarsen Luis Castro Guimarães - Ufopa
José Max Barbosa de Oliveira Júnior - Ufopa
Leandro Lacerda Giacomini - Ufopa
Lia de Oliveira Melo - Ufopa
Luana Lorena Silva Rodrigues - Ufopa
Luciana Fernandes Pastana Ramos - Ufopa
Luiz Carlos Laurindo Junior - Ufopa
Luiz Gonzaga Feijão da Silva - Ufopa
Manoel Roberval Pimentel Santos - Ufopa
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares - Ufopa
Nirson Medeiros da Silva Neto - Ufopa
Patrícia Chaves de Oliveira - Ufopa
Quêzia Leandro de Moura Guerreiro - Ufopa
Raimundo Augusto Rego Rodrigues Júnior - Ufopa
Raimundo Valdomiro de Sousa - Ufopa
Rennan José Maia da Silva - Ufopa
Robinson Severo - Ufopa
Rubens Elias da Silva - Ufopa
Taídes Tavares dos Santos - UFT
Thais Elias Almeida - Ufopa
Thiago Almeida Vieira - Ufopa
Vanice Siqueira Melo - Ufopa
Wilson Sabino - Ufopa

Sumário

EDITORIAL	6
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS PRÁTICAS DE HORTAS ORGÂNICAS PEDAGÓGICAS IMPLEMENTADAS NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE SANTARÉM	7
A EXTENSÃO COMO FERRAMENTA IMPORTANTE PARA SE DISCUTIR OS DIREITOS COLETIVOS DOS PESCADORES ARTESANAIS DE CURUMU, EM ÓBIDOS/PA.....	11
APOIO À REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS E PALESTRAS OFERTADAS PELO CENTRO PEDAGÓGICO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO (CPADC)	15
APRENDENDO LIBRAS NA UNIVERSIDADE: AÇÕES EXTENSIONISTAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	18
ARQUITETURA E GEOLOGIA NA HISTÓRIA DAS RUAS DE SANTARÉM/PA.....	21
ATIVIDADES DE ASTRONOMIA REALIZADAS COM O PLANETÁRIO MÓVEL DA UFOPA: UMA AÇÃO DE TRABALHO DO CPADC/ICED	24
A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA PRÁTICA PARA O ENSINO DA LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA TURMA DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO 2014 NA DISCIPLINA DE ICC	28
CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA ESCOLA SÃO FRANCISCO PARA FACILITAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA.....	31
CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS PARA A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MURATUBINHA, ÓBIDOS, PARÁ	34
CURSINHO POPULAR EMANCIPA	38
DIREITOS COLETIVOS E CONHECIMENTO TRADICIONAL: A INFLUÊNCIA DOS SABERES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE CURUMÚ EM ÓBIDOS/PA.....	41
DISSENSO TEÓRICO E EMPÍRICO NOS ESTUDOS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CRIMINALIDADE	45
ENSINO DE PROGRAMAÇÃO NA EXTENSÃO: UTILIZAÇÃO DO ARDUINO COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ACADÊMICOS E ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA	48
ESTRATÉGIAS DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SANTARÉM-PA	51
GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARTESANAL DE SANTARÉM	54
INFLUÊNCIA DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NA RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCENTE	57
LINGUAGEM E MEMÓRIA ENTRE INDÍGENAS E POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA.....	60
OLIMPÍADAS BRASILEIRAS DE FÍSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM SAMTARÉM: RESULTADOS E REFLEXÕES DE 2014.....	63
PIBID NA ESCOLA, BRINCANDO E APRENDENDO	66
PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SABERES TRADICIONAIS: ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SILÊNCIO, ÓBIDOS/PARÁ	69

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E ARTÍSTICO PARA ENSINO, APRENDIZAGEM E VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	72
PROGRAMA “CÍRCULOS DE PAZ: INSTITUINDO JUSTIÇA RESTAURATIVA E PACIFICANDO CONFLITOS EM SANTARÉM, PARÁ, BRASIL”	75
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANTARÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	78
TEATRO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EM CENA A ARTE DRAMÁTICA E SEU JOGO	82
TRAJÉTORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS HORA DA HISTÓRIA E CLUBE DA LEITURA NA CASA DE ACOLHIMENTO REVIVER	86
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	89

Socialização de conhecimentos e práticas extensionistas no Oeste do Pará: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Educação

A Universidade Federal do Oeste do Pará lança o periódico “**Revista de Extensão da Integração Amazônica**”, com o objetivo de ser instrumento de comunicação e socialização dos conhecimentos científicos e práticas extensionistas no âmbito de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nossas contribuições iniciam com a publicação dos trabalhos apresentados no I Salão de Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, realizado no ano de 2015. Neste número apresentamos 26 artigos ligados às áreas da Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e/ou Educação.

Destacamos que este é um importante meio de divulgação da produção intelectual de discentes e docentes, fruto da condução de projetos e programas de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.

Nesta edição a área da Educação apresenta vários artigos que mostram a relação da universidade com a sociedade, com destaque para o envolvimento de alunos e professores da educação básica da região Oeste do Pará.

Na área da Cultura, estudos sobre comunidades indígenas, quilombolas, saberes tradicionais e patrimônio cultural inauguram a publicação nessa linha temática. Considerando a importância destes povos, estudos sobre Direitos Humanos se mostram presentes em nosso primeiro volume.

Boa leitura.

Dr. Thiago Almeida Vieira

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará

Membro do Conselho Editorial da Revista de Extensão da Integração Amazônica

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS PRÁTICAS DE HORTAS ORGÂNICAS PEDAGÓGICAS IMPLEMENTADAS NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE SANTARÉM

Ingrid Lorrane Miranda de Sousa¹; Delaine Sampaio da Silva².

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas - ICS -Ufopa; E-mail: ingridlorrane12@hotmail.com,

²Docente do CFI - Ufopa. E-mail: sampaio.delaine@gmail.com.

RESUMO: O presente trabalho representa os questionamentos e lacunas levantados no âmbito de um projeto de extensão universitária chamado “Educação, Meio Ambiente e Alimentação: caminhos para uma vida saudável”. A economia solidária é aqui entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. As atividades foram realizadas em escolas da rede municipal de Santarém. Observou-se que a implantação de hortas orgânicas pedagógicas - Hop's no ambiente escolar permite a reflexão sobre questões relacionadas ao meio ambiente, a sustentabilidade e a qualidade de vida. Além disso, as Hop's foram, em alguns casos, utilizadas como espaços de aprendizado, tornando igualmente o ambiente escolar mais agradável com a implantação de áreas verdes produtivas. Neste contexto trabalhado, constatou-se que a economia solidária apareceu como uma importante ferramenta nas práticas das Hop's, tendo em vista que ela estimula valores como a cooperação, a solidariedade e a valorização do trabalho humano.

Palavras-chave: economia solidária; hortas orgânicas pedagógicas; ambiente escolar

INTRODUÇÃO

A economia solidária surgiu como uma alternativa para amenizar as desigualdades socioeconômicas ocasionadas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2007) define esse conceito como as novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária. Contudo, Singer (2003) afirma que embora cada autor elabore a sua definição desse modelo econômico, todas estão relacionadas à solidariedade em contraste com o individualismo. O tema da economia solidária nas práticas de Hop's será aqui discutido por ser atual e relevante, além de permitir a geração de conhecimentos sobre a melhoria na qualidade de vida, a ajuda mútua, a solidariedade, a cooperação, a valorização do trabalho humano, enfatizando o reconhecimento do lugar fundamental da mulher nesta economia e a consciência ambiental na educação de crianças a partir da disseminação de atitudes de comprometimento para um futuro ambientalmente melhor (MANOLESCU e RANGEL, 2012).

Em seu teor, o estudo teve como objetivo geral verificar se os princípios gerais da economia solidária estavam presentes nas práticas envolvendo as Hop's e, por conseguinte, orientar, através de palestras, sobre como a economia solidária pode contribuir para a sua boa manutenção. O trabalho visou ainda: a) Investigar e caracterizar os impactos sociais e econômicos das Hop's; b) Contribuir para a melhoria na qualidade alimentar nas escolas, por meio de orientação sobre a importância das Hop's no complemento da merenda escolar; c) Construir uma “cartilha” educativa apresentando as principais contribuições da economia solidária nas Hop's e divulgar os resultados obtidos no projeto de extensão.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução deste trabalho realizou-se a revisão de literatura, baseada em livros, teses, monografias de conclusão de curso e artigos científicos, onde foi possível fazer uma análise crítica sobre o tema da economia solidária nas práticas das Hop's. Além disso, para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e conversas livres com os responsáveis pelas Hop's das escolas municipais de Santarém – Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Fabiano Merz (de Tempo Integral), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Rosineide Fonseca Vieira e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Hilda Mota - nos meses de maio, junho e agosto, e na

Divisão de Atendimento ao Educando. E, como atividades de extensão, ministrou-se palestras nas escolas Frei Fabiano Merz e Professora Rosineide Fonseca Vieira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se neste trabalho a presença de alguns dos princípios gerais da economia solidária nas práticas envolvendo as Hop's existentes nas escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira, Frei Fabiano Merz e Professora Hilda Mota. Este fato pode ser confirmado através da existência dos princípios da valorização social do trabalho humano, da cooperação, da solidariedade e do reconhecimento do lugar fundamental da mulher, haja vista que nas três escolas foram as mulheres que tiveram a iniciativa de implantar a Hop e foram em sua maioria as responsáveis pela sua manutenção.

Precisamente nas escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira e Frei Fabiano Merz, após a fase de implantação, as mulheres permaneceram como as suas principais responsáveis. É importante enfatizar que geralmente existiu uma divisão de trabalho clara entre as pessoas envolvidas, onde estes cuidam da Hop de acordo com a sua disponibilidade de tempo e provavelmente seu centro de interesse. No entanto, observou-se uma situação diferente na escola Professora Hilda Mota. Embora a Hop tenha sido implantada a partir do empenho da diretora em conjunto com os funcionários da escola, os alunos e os integrantes do Programa "Mais Educação", foram identificados como seus principais cuidadores.

Outro princípio da economia solidária verificado neste trabalho foi a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, tendo em vista que nas Hop's das três escolas analisadas não eram utilizados agrotóxicos e nenhum outro insumo químico, e as Hop's eram consideradas como um elemento do ambiente escolar que o tornava mais agradável devido a presença de áreas verdes produtivas.

Nas Hop's das escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira, Frei Fabiano Merz e Professora Hilda Mota verificou-se que ocorreu um impacto positivo significativo na alimentação dos alunos, uma vez que antes da implantação destas dificilmente existiam verduras e legumes na merenda escolar. Isso indica o impacto das Hop's na alimentação, saúde e educação que representa um dos princípios sociais da economia solidária. Nessa perspectiva, as diretoras das escolas Frei Fabiano Merz e Professora Hilda Mota e uma professora da escola Professora Rosineide Fonseca enfatizaram que houve certa relutância por parte dos alunos em comer verduras e legumes, porém houve uma aceitação no decorrer do tempo e eles passaram a se alimentar de forma mais saudável. Desse modo, estima-se que também houve um impacto positivo na saúde dos alunos, haja vista que uma alimentação saudável contribui diretamente para o bom funcionamento do organismo. No item educação, no entanto, não se obteve um impacto muito grande, pois somente em algumas ocasiões eram feitas atividades pedagógicas nos espaços das Hop's.

A saber: na escola Professora Hilda Mota, no período em que a horta estava funcionando, os alunos tinham aula prática na Hop quando estavam estudando sobre os vegetais e alimentação. Vale ressaltar que nas escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira e Frei Fabiano Merz os alunos não tinham tanto contato com as hortas, apesar de que em ambas as escolas eles tenham contribuído no processo de implantação e receberem palestras sobre estas.

Em relação à investigação sobre o impacto econômico das Hop's, constatou-se em entrevista na Divisão de Atendimento ao Educando – Dae, com o responsável técnico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, que as Hop's não geram nenhum impacto econômico, pois a Dae não leva em consideração o fato de existir ou não hortas nas escolas e com isso, não houve a redução de custo na merenda escolar.

Das entrevistas, vimos que o governo tem um grande custo com a merenda escolar, e que se existisse subsídios para a implantação e manutenção de hortas provavelmente ocorreria a diminuição destes custos, mas no momento os alimentos são comprados de cooperativas que estão localizadas ao redor no município de Santarém, nas comunidades que trabalham com a agricultura familiar, são oito cooperativas tais como a Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – Coomapas, a Cooperativa Dos Produtores Rurais de Santarém - Cooprusam, a Cooperativa Dos Produtores Rurais de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra - Coopromubel, a Cooperativa Dos Produtores Da Agricultura Familiar de Santarém - Coopafs, a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Boa Esperança – Coopboa, a Cooperativa Agroextrativista de Cachoeira do Aruá - Cooparuá, a Cooperativa Agro

Extrativista do Oeste do Pará - Cooperex e a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará - Acoosper.

Foi ainda mencionado nas entrevistas que na merenda escolar entram alimentos pré-definidos nos cardápios do Programa de Alimentação Escolar, elaborados por nutricionistas capacitados, respeitando-se, preferencialmente, os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando assim prioridade, aos semielaborados e aos *in natura* e estes são distribuídos com base no número de alunos da escola.

A partir do levantamento quantitativo de verduras/legumes/frutas que as escolas abrangidas pelo projeto receberam da Dae nos meses de maio, junho e agosto deste ano, verificou-se que a quantidade distribuída não é uniforme. Vale ressaltar, então, que no mês de junho as escolas adquiriram uma maior quantidade de verduras e legumes, isso ocorreu devido uma grande produção agrícola na região neste mês. Desse modo, as Hop's precisaram complementar a demanda desses alimentos apenas no final do mês. Nesse contexto, a escola Professora Rosineide Fonseca recebeu nos meses de maio e agosto uma quantidade insuficiente de verduras e legumes. Segundo a servente da escola, esses alimentos tiveram a durabilidade de cerca de duas semanas e devido a horta ter uma produção pequena e estava sendo replantada em agosto, não se conseguiu suprir a demanda da escola.

A escola Frei Fabiano Merz, no entanto, recebeu uma quantidade maior de verduras, legumes e frutas que as demais escolas, isso acontece por ela ser uma escola que funciona em tempo integral. Além disso, a horta desta escola teve uma grande produção de verduras e legumes, e conforme a diretora, essa produção conseguiria suprir a sua demanda mensal, mesmo se não recebesse as verduras e legumes da Dae.

Diferente das outras escolas, a escola Professora Hilda Mota não recebeu verduras e legumes no mês de maio, auferiu apenas 77 pacotes de polpas de frutas, mas nesse mês a produção razoável da Hop contribuiu para não faltar esses alimentos na merenda dos alunos. Contudo, no mês de agosto a escola recebeu poucas verduras e legumes e não tinha mais o complemento da horta, logo, faltou esses alimentos na merenda escolar.

Como produto deste projeto de extensão, ressaltamos a realização de palestras em algumas turmas das escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira e Frei Fabiano Merz, onde foi possível explicar sobre a relevância dos princípios da ES na boa manutenção das hortas, além de também falar a respeito da importância da alimentação saudável. Vale ressaltar que não houve mais palestras no âmbito de toda comunidade escolar devido as dificuldades que as escolas colocavam, seja por alguma atividade que aconteceria ou até mesmo para não atrasar o conteúdo programático das turmas.

Além do mais, foi elaborada uma cartilha educativa, contudo, estamos fazendo algumas adequações, em forma de história em quadrinhos, utilizando imagens de personagens da internet, para facilitar o entendimento sobre a economia solidária na prática de hortas orgânicas pedagógicas, uma vez que o seu público-alvo são as crianças do ensino fundamental das escolas onde foi desenvolvida a pesquisa e a extensão do projeto, e a cartilha vai ser enviada, em modelo digital, para as escolas utilizarem com os alunos.

CONCLUSÕES

Vimos durante nossa imersão social nas escolas e realização das atividades previstas que os princípios da ES estão presentes nas práticas das Hop's das escolas visitadas. Foi igualmente possível constatar que um dos motivos que gerou o fracasso de uma Hop pode ter sido a falta de cooperação e solidariedade entre os cuidadores. Além disso, vimos que as Hop's geram impactos positivos na alimentação e na saúde dos alunos, contribuindo, desse modo, para uma vida mais saudável.

Observou-se ainda que as Hop's não causaram impactos positivos no quesito educação, uma vez que dificilmente elas foram palco de atividades pedagógicas. Isso pode ser atribuído a ausência de planejamento dos professores, pois se percebe que estes estão condicionados a ministrar aula tradicionais nas salas de aulas e/ou não possuem o domínio/controlar sobre as suas turmas que foram consideradas "agitadas".

Como apontado, as Hop's são utilizadas, principalmente, como fornecedoras de verduras e legumes para complementar a merenda escolar, tendo em vista que a merenda distribuída pela Dae não consegue suprir as demandas mensais das escolas. Nem sempre as Hop's conseguem atender a

demanda esperada e, portanto, uma possível solução seria o governo subsidiar sistematicamente a implantação de Hop's em todas as escolas.

É importante ressaltar que este trabalho conseguiu alcançar seus objetivos, através da análise *in loco* e entrevistas com os responsáveis pelas hortas. Além disso, as palestras contribuíram de forma significativa para melhorar a organização dos cuidados das hortas nas escolas Professora Rosineide Fonseca Vieira e Frei Fabiano Merz, pois as suas principais responsáveis estavam presentes nestas palestras e afirmaram que a partir de então iriam utilizar os princípios da economia solidária no seu cotidiano. E, finalmente vale enfatizar a aquisição de muitos conhecimentos através da troca de experiência entre a acadêmica e a sociedade escolar. Além disso, a vivência experimentada terá certamente um impacto positivo nessa troca de mão dupla, sociedade-universidade proporcionada pela extensão.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária e educação Ambiental**. Brasília, 2007.

MANOLESCU, F. M. K; RANGEL, R. R. **Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica**. Revista da Faculdade Eça de Queirós, 2012.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

A EXTENSÃO COMO FERRAMENTA IMPORTANTE PARA SE DISCUTIR OS DIREITOS COLETIVOS DOS PESCADORES ARTESANAIS DE CURUMU, EM ÓBIDOS/PA

Lucas Figueira Silva¹; Raimundo Valdomiro de Sousa²; Thaís Soares Mendes³.

¹Estudante do Curso de Direito- ICS – Ufopa; E-mail: lucasfigueira2010@hotmail.com,

²Docente do CFI – Ufopa. E-mail: valdosousa@superig.com;

³Estudante do Curso de Direito – ICS - Ufopa. E-mail: thaissoares589@gmail.com.

RESUMO: O exercício pleno da cidadania depende muito da forma como são compreendidos os direitos previstos em nosso ordenamento jurídico. Tendo por base esse entendimento, que este trabalho se propõe a realizar a organização de informações sobre os direitos das populações tradicionais, enfocando os pescadores artesanais de Curumu, comunidade tradicional localizada no interior do município de Óbidos/PA. Esta obra tem a finalidade de avaliar o grau de conhecimento dos pescadores da comunidade sobre a temática que trata dos direitos dos povos tradicionais, e expor à comunidade acadêmica as atividades realizadas após esse estudo. A pesquisa foi realizada por meio de questionários abertos, com oito pessoas que exercem a atividade da pesca, na qual se objetivou fazer da entrevista um momento propício à conversa, visto que é possibilitada ao entrevistado a ampla liberdade para responder aos questionamentos realizados. Os resultados mostram um certo desconhecimento por parte dos pescadores sobre os direitos das populações tradicionais, tendo em vista o fato de a maioria não ter a compreensão exata da expressão “Povos e Comunidades Tradicionais”. A extensão consistiu em esclarecimentos de dúvidas por meio de palestras e rodas de conversas, na qual os moradores da comunidade foram convidados a visualizar os resultados da pesquisa, possibilitando o retorno à comunidade de todas as informações obtidas durante a primeira fase do projeto. A extensão foi um importante momento de avanço e aprendizado para todos que estavam envolvidos, pois possibilitou que o tema chegasse ao conhecimento dos principais interessados, e não ficasse restrito apenas ao âmbito dos profissionais que lidam com a ciência do Direito.

Palavras-chave: Comunidade Curumu; pescadores artesanais; povos tradicionais

INTRODUÇÃO

O bom entendimento dos direitos previstos em nossa legislação é de grande relevância para o exercício pleno da cidadania. É partindo dessa concepção que este trabalho se propõe a fazer a organização de informações sobre os direitos das populações tradicionais, tendo como foco os pescadores artesanais de uma comunidade situada no interior da Amazônia, detentora de um imenso patrimônio cultural, além de possuir uma identidade revelada através de festejos ligados ao mundo da fauna e da flora.

Curumu formou-se a partir de 1971, época em que ocorreu uma grande enchente no rio Amazonas, de forma que a localidade onde hoje se situa a comunidade serviu como lugar de abrigo dos ribeirinhos atingidos pela enchente. A escolha do nome se deu historicamente quando em 21 de dezembro de 1971 ocorreu um trabalho de limpa e de topografia na região oeste obidense. No ano de 1972, foi realizado um plebiscito organizado pelos moradores Otávio Alho, Raimundo Teodoro de Oliveira e outros, para a escolha da denominação do povoado, e daí foi escolhido o termo Vila Curumu, que ao longo dos anos vem se desenvolvendo e se destacando por conta da promoção de festejos culturais, principalmente o Festival do Tucunaré, realizado às margens do Lago Curumu.

Tais características estão de acordo com o que está disposto na Constituição Federal de 1988, que conceitua “Povos e Comunidades Tradicionais” como grupos que possuem culturas distintas da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo aferir o nível de conhecimento dos pescadores artesanais de Curumu, no que se refere aos direitos dos povos tradicionais, e apresentar à comunidade acadêmica as ações extensionistas relacionadas ao tema.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, que consistiu na coleta de informações que visava traçar o perfil dos pescadores de Curumu, e para atingir esse objetivo, foram realizadas visitas à Colônia de Pescadores de Óbidos (Z-19) e à comunidade para manter contato com as lideranças locais.

A partir dessas informações prévias coletadas é que foram elaborados os questionários a serem utilizados na pesquisa propriamente dita. Esses foram aplicados com oito pescadores residentes na localidade, sendo todos abertos, tendo por finalidade fazer da entrevista um momento propício à conversa, uma vez que proporciona ao entrevistado ampla liberdade para responder os questionamentos realizados, o que colabora, consequentemente, para a riqueza das informações obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram um certo desconhecimento por parte dos pescadores sobre os direitos das populações tradicionais, tendo em vista o fato de a maioria não ter a compreensão exata da expressão “Povos e Comunidades Tradicionais”. Dessa forma, visando esclarecer dúvidas como essa, a extensão ocorreu na Escola Municipal Fernando Guilhon, na qual os moradores da comunidade foram convidados a visualizar os resultados da pesquisa por meio de palestras, imagens e vídeos, possibilitando o retorno à comunidade de todas as informações obtidas durante a primeira etapa do projeto. Além disso, foram feitas rodas de conversa com os pescadores e demais moradores sobre os direitos dos povos tradicionais, nas quais foram feitas elucidações e discussões acerca do assunto em questão, abrindo-se espaço para falar da sustentabilidade tratada no Decreto 6.040/2007 que institui a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

As palestras em conjunto com as rodas de conversa propiciaram um relevante momento de troca de conhecimentos, pois antes de se tratar de qualquer temática relacionada ao tema principal, buscou-se primeiramente aclarar termos que eram ainda, de certa forma, estranhos àqueles que estavam ali presentes como, por exemplo, as expressões “Povos e Comunidades Tradicionais” e “Sustentabilidade”. Além disso, alguns moradores presentes (entre eles pescadores) relataram suas experiências práticas, sendo estas de grande importância para o bom repasse dos conceitos, até então, estranhos para o público presente na atividade extensionista. No final, foram distribuídas cartilhas informativas contendo algumas noções de direitos fundamentais, além do decreto 6040/2007 que contém dispositivos que tratam dos direitos específicos dos povos e comunidades tradicionais.



Figura 1 - Atividade de extensão realizada na comunidade Curumu.

CONCLUSÕES

A extensão foi um importante momento de avanço e aprendizado para todos que estavam envolvidos, pois possibilitou que o tema chegasse ao conhecimento dos principais interessados, e não ficasse restrito apenas ao âmbito dos profissionais que lidam com a área jurídica, como ocorre de praxe no ordenamento jurídico brasileiro.

A comunidade, de modo geral, se sentiu muito feliz com as atividades de pesquisa e extensão realizadas, haja vista que além de levar conhecimento para aqueles que residem na localidade, possibilita que outros públicos tomem conhecimento das características peculiares de Curumu, cumprindo, portanto, com o papel da universidade, que é difundir o conhecimento e beneficiar as populações residentes na Região Oeste do Estado do Pará. Isso tudo permitiu uma noção de valorização ainda maior da identidade cultural da comunidade, pois através das atividades de extensão, os moradores tomaram conhecimento de que a nossa legislação além de assegurar a livre manifestação cultural, a incentiva.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos direcionam-se à Ufopa e ao Mec por auxiliarem, por meio de bolsa, a execução da pesquisa e extensão; ao professor Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa pela orientação e, principalmente, aos moradores da comunidade Curumu, que, desde o início, deram essencial apoio para execução das atividades.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, D. P.; SILVA, K. S. **O Direito ante os povos e comunidades tradicionais: uma visão antropológica da Constituição Federal Brasileira**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23667>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PAULINO, I. R.; SILVA, Sandra M. S. **Programa de Extensão Cultural, Identidade e Memória na Amazônia**. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, 2013.

QUEIROZ, M. I. F. de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. **Revista Sociologia da USP**, São Paulo, 1989.

RODRIGUES, L. R.; GUIMARÃES, F. F. F; COSTA, J. B. A. Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. In: **2ª Conferência do Desenvolvimento**, Brasília, 2011.

APOIO À REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS E PALESTRAS OFERTADAS PELO CENTRO PEDAGÓGICO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO (CPADC)

Raíssa Coelho Almeida¹; José Max Barbosa de Oliveira Júnior²

¹Estudante do Curso de Engenharia Física.- Ieg - Ufopa; E-mail: raissa.almeida07@gmail.com,

²Docente - ICTA - Ufopa. E-mail: maxbio@hotmail.com.

RESUMO: Diante da necessidade de capacitar e orientar cada vez mais os docentes e discentes de nossa região, o Centro Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico- CPADC tem como uma das propostas de seu projeto “Atividades de apoio ao ensino das Ciências, Matemática, Educação Ambiental e Astronomia”, oferecer oficinas, minicursos e palestras para a comunidade. Esta bolsa é uma das quatro atividades descritas pelo projeto Pibex submetido pelo CPADC à PROCCE, que aborda o ensino da física e da ciência como um todo objetivando alcançar uma educação de qualidade. De tal modo, a ideia é levar o conhecimento e a informação para o maior contingente de pessoas possível, desde o ensino direto aos estudantes da educação básica e discentes universitários, até os docentes e colaboradores nas mais diversas instituições de ensino da região e entorno de Santarém. Para isto, faz-se contato constante com as escolas e com o meio acadêmico, e firmam-se parcerias, a fim de identificar falhas no ensino das ciências exatas e biológicas, para assim então orientá-los a coordenar melhor o plano estratégico de ensino e aprendizagem, haja a vista a necessidade de buscar melhorias e bons resultados futuros na educação.

Palavras-chave: apoio; ciência; minicursos; oficinas; palestras

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a extensão universitária tem assumido importante papel junto aos setores excluídos da sociedade. São muitos os projetos que estabelecem uma profunda interação com diversos grupos de comunidades populares. Nesse sentido, este texto constitui numa demonstração acerca do trabalho realizado pelo programa de extensão, encarregado de dar o apoio, sempre que solicitado pelo CPADC.

Devido a sua maior abertura e sensibilidade às demandas sociais e locais, a extensão facilita as iniciativas conjuntas universidade / atores externos e, por isso, requer subsídios metodológicos próprios (THIOLENT, 2000, p.20).

A proposta metodológica de oficinas, minicursos e palestras pedagógicas, busca apreender o conhecimento a partir do conjunto de acontecimentos vivenciais no dia-a-dia, onde a relação teoria – prática constitui o fundamento do processo pedagógico. Assim, o conceito de oficinas aplicado à educação, refere-se ao lugar onde se aprende fazendo junto com os outros. *A oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida* (ANDER-EGG, Apud OMISTE; LÓPEZ; RAMÍREZ, 2000).

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1991).

A promoção desses minicursos, oficinas e palestras referentes à aplicabilidade da Ciência, avanços tecnológicos, implicações sociais dos conhecimentos científicos, exposição de pesquisas recentes em diferentes áreas científicas, possibilita à Universidade a divulgação do que vem produzindo e por se tratar de uma instituição pública, caracteriza-se como um retorno à sociedade dos investimentos

realizados. Do mesmo modo, o oferecimento de minicursos, oficinas e palestras direcionadas a professores da educação básica e futuros docentes, é um modo do ensino superior contribuir com o ensino básico de qualidade. Isso será possibilitado pelo fato dos docentes ministrantes serem pesquisadores da área de Educação e Ensino de Ciências e Matemática, além de terem vivência com a realidade das escolas em diferentes oportunidades (Pibid, Estágios, etc.).

Acredita-se que uma universidade referenciada socialmente, caracteriza-se essencialmente pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e que esteja realmente preocupada com a produção de conhecimentos, na formação de profissionais e na prestação de serviços à comunidade. Onde sua maior característica constitui o seu compromisso social. Portanto, como afirma (Goergen, 1999, p.20):

A universidade precisa, em todas as suas áreas, recuperar sua capacidade reflexiva sobre os grandes eixos da cultura atual, seja do ponto de vista científico/ tecnológico, seja do ponto de vista humanístico/ cultural... A universidade precisa quebrar o grilhão do individualismo, do isolamento, do corporativismo e do egoísmo e gerar uma solidariedade fecunda como sementeira de uma nova forma de ser, de agir e de saber.

MATERIAL E MÉTODOS

Durante os três (03) meses de vigência da bolsa, foi oferecida uma oficina tanto de caráter teórico, quanto prático, a qual se denominou “Procedimentos Metodológicos para ensino de Ciências”, cujo público alvo era os professores da Eja – Educação de Jovens e Adultos – e professores dos rios e planaltos onde se apresentou e desenvolveu um jogo caracterizado por promover a discussão acerca do tema “fontes de energia”.

Para esta atividade, foram preparados materiais de divulgação e inscrições da oficina, bem como, foram organizados e armazenados, em versão impressa e digital, os materiais utilizados: planejamento dos ministrantes, frequências, registro e entre outros. Ficou-se responsável também pela parte de assistência técnica e montagem de data-show na hora do evento, ensino e aplicação da atividade juntamente com o professor ministrante e a docente que a desenvolveu, Francicleide Costa Corrêa.

Já no âmbito administrativo, participou-se de reuniões de planejamento, orientações e avaliação com os docentes e outros bolsistas do CPADC; os materiais das atividades realizadas foram publicados e divulgados em redes sociais e durante a bolsa, sempre que necessário, auxiliou-se o CPADC em outras atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da oficina foi muito positivo para ambas as partes. Os docentes da Eja, Rios e Planaltos reforçaram em seus questionários avaliativos, a importância de desenvolver atividades mais dinâmicas com seus alunos, a fim de despertar o interesse destes pelo conhecimento. Para o CPADC, foi uma oportunidade para testar o jogo que serviria como monografia da pós-graduanda Francicleide Costa Corrêa, orientada pelo ministrante da oficina, o Profº Me. Marcos Gervânio de Azevedo Melo.

Deve-se destacar também a dificuldade encontrada na realização da oficina “Procedimentos Metodológicos para ensino de Ciências”, na questão de compreensão rápida do jogo e assimilação de regras e conceitos para assim sanar as dúvidas dos docentes que participavam da atividade. Muitos deles tinham dificuldades para entender o assunto abordado: “fontes de energia e dissipação”, haja vista o desconhecimento de conceitos físicos presentes no jogo. E, estes fatores definitivamente, são de grande relevância para compreender a dinâmica da atividade.

CONCLUSÕES

O desenvolver de minicursos, oficinas e palestras referentes à aplicabilidade da Ciência, avanços tecnológicos e inovação na questão ensino- aprendizagem possibilita à Universidade e a equipe de pessoas, uma divulgação do que vem produzindo na instituição. E, por esta se tratar de uma organização

pública, esta ação caracteriza-se como um retorno dos investimentos realizados pelo governo à sociedade, haja vista produzir meios para que o conhecimento científico seja difundido de forma a melhorar a educação e o ensino das ciências nas escolas e dentro da própria Universidade.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a toda equipe do Centro Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento científico por toda a recepção, orientação e respaldo que tive, ainda que só tenha estado por dois meses e dez dias em atividade.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e Documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CANDAU, V. M.. **Oficinas pedagógicas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOERGEN, P. Dimensões da autonomia universitária no contexto da crise. In: RAYS, O A. (Org.) **Trabalho pedagógico**: realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1999.

THIOLLENT, M. Metodologias participativas e sua aplicação em projetos de extensão universitária. IN: THIOLLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T. de; SOARES, R. L. S. (Orgs). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000.

APRENDENDO LIBRAS NA UNIVERSIDADE: AÇÕES EXTENSIONISTAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Alexandre Magno Almeida Lucena¹; Daiane Pinheiro²; Jaqueline dos Santos Figueira³; Lino Arlem Azevedo Baia⁴; Luciana de Souza Pedroso⁵; Simone da Silva Carvalho⁶

¹Estudante do Curso de Letras.- Iced - Ufopa; E-mail: alexandreLucena@msn.com;

²Docente - Iced – Ufopa. E-mail: daianepinheiroufopa@gmail.com;

³ Estudante do curso de História – Iced – Ufopa; E-mail: jaque.figueira@hotmail.com;

⁴ Estudante do curso de História – Iced -Ufopa. email:lino.harlem@hotmail.com;

⁵ Estudante do curso de Letras - Iced -Ufopa; E-mail: luciana.souzapedroso@gmail.com;

⁶ Estudante do curso Matemática e Física - Iced – Ufopa; E-mail: simonecarvalho370@hotmail.com .

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo expor ações de âmbito extensionista promovidas pelo projeto “Praticando Libras na comunidade acadêmica e Geral – curso básico e intermediário”, vinculado a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa e registrado na Pró-reitora de Comunidade, Cultura e Extensão. Este projeto visa proporcionar formação para aprendizagem e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), tendo como público alvo acadêmicos, técnicos da universidade e comunidade em geral. Tais ações foram desenvolvidas por meios de cursos de Libras níveis básico e intermediário, realizados no período de 2014 a 2015. Foram ofertadas ao total 110 vagas, sendo distribuídas 70 para o nível básico (30 vagas para a primeira edição e 40 para a segunda) e 40 para o nível intermediário. Na primeira edição do curso básico de Libras, todas as vagas foram preenchidas, no entanto, apenas 25 dos cursistas concluíram o curso; destes cinco não atingiram a frequência exigida. Já na segunda edição, foram estabelecidos critérios para a efetivação da matrícula dos candidatos que demarcou assiduidade para os matriculados, tendo como resultado a conclusão de todos os cursistas nesta edição. O nível intermediário foi ofertado devido à procura dos participantes das edições anteriores que requereram formação continuada. Foram efetuadas 40 matrículas, mas apenas 27 dos cursistas estão frequentando o curso. A partir desses dados, percebemos a falta de compromisso por parte de alguns cursistas em relação à formação oferecida, já que o critério exigido para certificação dos participantes é que os mesmos possuam 75% de participação.

Palavras-chave: Libras; inclusão; formação

INTRODUÇÃO

A Libras tem tomado dimensões de estudo que a insere no roll das discussões acadêmicas e vem colocando em circulação novos conceitos sobre a comunidade surda, principalmente ao que tange a educação dos sujeitos surdos. No Brasil, as políticas-legais (MEC-PNEEPEI, 2008, Decreto 5.626/2005, Decreto 7.611, 2011) que regem a educação de surdos, propõem um processo educacional baseado na metodologia do bilinguismo que visa respeitar as especificidades linguísticas desses educandos, conforme o excerto abaixo:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (MEC/SEESP/PNEEPEI, cap.VI, p. 11).

Sob essa expectativa das políticas públicas que dispõem uma educação com princípio no bilinguismo, as ações de extensão do projeto de extensão em questão foram elaboradas com o objetivo de viabilizar a capacitação e qualificação dos profissionais da área da educação para a proposta de uma educação em contexto bilíngue.

Tomando como panorama o quadro de surdos matriculados na Ufopa¹, conforme demonstrativo do núcleo de acessibilidade da universidade e dados obtidos junto aos grupos de Gepes e Gpeepi, os quais estudam qualitativamente e quantitativamente as condições inclusivas educacionais de pessoas surdas e com necessidades especiais na rede regular de ensino da Região Oeste do Pará², pode-se inferir que o interesse dos técnicos e acadêmicos dessa instituição têm-se redimensionado para o uso da Libras.

Com isso, em outubro de 2014, foi registrado na Pró-reitora de Comunidade, Cultura e Extensão da Ufopa, sob n.º 23/2014, o projeto de extensão intitulado “Praticando Libras na comunidade acadêmica - curso básico” coordenado pela professora orientadora desse trabalho. Com vigência no segundo semestre de 2014, o projeto objetivou inicialmente ofertar formação complementar de 20h em Língua Brasileira de Sinais para acadêmicos e técnicos da Universidade Federal do Oeste do Pará, viabilizando o aprendizado de sinais básicos que possam promover a comunicação e interação com alunos surdos incluídos nessa instituição de ensino superior.

Mais tarde, no primeiro semestre de 2015, por motivo da demanda social o projeto acadêmico dessa instituição adotou outro título: “Praticando Libras na comunidade acadêmica e Geral – curso básico e intermediário”, ampliando, com isso, a oferta de vagas e o nível de formação a todos os públicos e o nível de formação em língua de sinais, o que ressalta a importância da divulgação e do ensino da Libras para uma melhor interação entre ouvintes e surdos, tanto em ambiente acadêmico e/ou social.

MATERIAL E MÉTODOS

Costa (2003, p. 148) argumenta que “Pesquisar é um processo de criação e não mera constatação. A originalidade da pesquisa está na originalidade do olhar”. Desse modo, objetivamos trabalhar de forma flexível e menos rígida, o que nos permite abordar os conceitos de pesquisa como instrumentos e/ou ferramentas metodológicas que vão sendo usadas para produção e construção de análises.

A proposta inicial do projeto de extensão previa duas edições de um curso básico de Libras, a serem ofertados no segundo semestre de 2014 e no primeiro semestre de 2015, os quais já foram concluídos. No entanto, devido à grande solicitação por parte dos cursistas das edições anteriores para uma formação continuada, está sendo ofertado o nível intermediário neste segundo semestre de 2015. Os cursos já ofertados tiveram carga horária total de 20h, lecionados aos sábados à tarde, com duração de 4h/aula, ministrados nas dependências do campus Rondon/lced/Ufopa.

As quantidades de vagas ofertadas foram: na primeira edição do nível básico 30, na segunda edição 40 e no nível intermediário 40. Para emissão de certificado foi exigida dos cursistas frequência mínima de 75% nas aulas. A elaboração e impressão dos certificados ficaram sob responsabilidade do Gpeepi e o registro desses documentos foram emitidos pela Procce/Ufopa.

¹ Segundo informações do Núcleo de Acessibilidade da UFOPA, atualmente existem 6 alunos com deficiência auditiva regularmente matriculados, sendo 4 deles surdos e estudantes de cursos de licenciatura.

² Essas pesquisas são desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos, ambos vinculados a UFOPA. Trata-se de pesquisas registradas na Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação da UFOPA, bem como trabalhos de conclusão de curso.

O curso básico de Libras priorizou o ensino prático, tendo como conteúdo: Introdução do alfabeto datilológico, numerais e sinais básicos – apresentação, saudações e despedidas; Classificadores: formas geométricas e características físicas; lateralidade; sinais de verbos mais usuais; noções de frutas/alimentos e animais; Noções de família, calendário e cores. Enquanto o nível intermediário, que está em andamento, propõe em seu conteúdo programático a utilização de pronomes interrogativos, graus comparativos, profissões e família, estimulando o uso desses contextos no cotidiano.

Os grupos de pesquisa Gepes e Gpeepi disponibilizam sala para reuniões e material de consumo para uso nas atividades necessárias. Outros materiais como computadores, data show, filmadora, impressora e máquina fotográfica são fornecidos pelo Instituto de Ciências da Educação, pela Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão e pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oferta do curso básico de Libras, 1ª edição, teve esgotamento imediato de vagas, após a divulgação no site da Ufopa. Foi preciso estabelecer um código reserva de 20 candidatos. No entanto, apesar da oferta de 30 vagas, apenas 25 concluíram o curso, sendo que 5 não atingiram o mínimo exigido de frequência. Com a experiência inicial, entende-se que a falta de assiduidade desses cursistas esteve relacionada ao pouco comprometimento diante do curso e das avaliações aplicadas, o que indicou a importância da criação de critérios de participação nos próximos cursos. Na segunda edição, já foram aplicados tais critérios. A partir disso, das 40 vagas oferecidas, todas foram preenchidas em um período curto de tempo, o que evidencia a forte procura social por essa formação. Os critérios para participação na segunda edição delimitaram a permanência de todos os cursistas. Uma das exigências foi a presença integral de todos os inscritos no primeiro encontro, sob pena de perder a vaga, já que tínhamos uma extensa lista de pessoas aguardando em cadastro de reserva.

O nível intermediário foi ofertado a partir da solicitação dos cursistas que requereram a formação continuada, houve uma ampla divulgação do curso, tendo como o critério de matrícula a certificação do nível básico, foram efetuadas 40 matrículas, mas apenas 27 dos cursistas estão frequentando o curso mostrando assim descompromisso por parte de alguns cursistas em relação a frequência, sendo que para a certificação é necessário que os mesmos possuam 75% de participação.

CONCLUSÕES

O projeto apresentado vai além das fronteiras disciplinares, promovendo uma iniciação científica que contempla os estudos políticos e sociais da educação de surdos, implicando diretamente na problematização da formação dos discentes dentro do Instituto de Ciências da Educação, e renegociando estratégias curriculares que possam contribuir ainda mais com os objetivos da disciplina de Língua Brasileira de Sinais na Ufopa.

Por meio desse projeto, tem-se como objetivo estimular o interesse dos alunos por esse campo acadêmico contribuindo assim com o seu processo de iniciação científica e a profissionalização desses acadêmicos como futuros profissionais da educação e estimulando a sociedade em geral para a interação entre ouvintes e surdos gerando a partir disso um processo inclusivo entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Brasília, MEC/SEESP. Disponível em: <peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 14 de Abr. 2015.

COSTA, M.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, 2003.

ARQUITETURA E GEOLOGIA NA HISTÓRIA DAS RUAS DE SANTARÉM/PA

Camila da Costa Lopes¹; Fernanda Souza do Nascimento²; Estefany Miléo de Couto³ Cleberson da Silva Vieira⁴;

¹Estudante do Curso de Geologia - leg - Ufopa; E-mail: camilacosta_pa@hotmail.com,

²Docente do curso de Geologia - leg - Ufopa. E-mail: snfernanda@yahoo.com;

³Docente do curso de Ciência e Tecnologia, leg – Ufopa; E-mail: estefanycouto@hotmail.com; ⁴Estudante do curso de Geologia - leg - Ufopa; E-mail: clebersonvieira@live.com

RESUMO: Este trabalho apresenta a influência e a importância da história, arquitetura e geologia no processo de expansão da cidade de Santarém através de suas ruas seculares. Realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre o patrimônio santareno, o estudo descreve três dentre as sete principais e mais antigas vias onde se encontram heranças coloniais como os casarões, sobrados, prédios e praças, o marco de fundação da cidade e o terreno geológico local. Considerando-se a importância do conhecimento sobre a história local, além da educação patrimonial que envolve a conservação dos bens patrimoniais aliada a conservação dos acervos documentais, as ruas em destaques são 24 de Outubro, Lameira Bittencourt e Adriano Pimentel.

Palavras-chave: arquitetura, geologia, Santarém.

INTRODUÇÃO

Contextualizar o patrimônio que, em geral, possui poucos registros documentais e dispersos, é uma árdua tarefa, mas quando se tem esse patrimônio materializado, com bom estado de conservação, pode-se reconstituir uma história que até então estava esquecida. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (BARRETO et al., 2010), o patrimônio material são todos os bens que possuem um registro de tombo por essa instituição, que podem ser classificados pela sua natureza como exemplo: cidades históricas, sítios, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

É nesse sentido que o projeto “Acervo Bibliográfico do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico do município de Santarém, PA, Amazônia brasileira” atua, utilizando-se do levantamento de bibliografias para entender a evolução da cidade de Santarém desde o período colonial até os dias atuais, considerando-se as influências internacionais, além dos processos naturais, para reunir informação e por meio digital torná-la acessível à sociedade, contribuindo assim com a educação patrimonial. Para tanto, são enfocadas as principais e mais antigas ruas com as construções históricas que nelas se fazem presente, sua importância na expansão urbana da cidade, que pode ser explicada pelo contexto geológico da região.

Santarém está localizada na área geológica onde aflora a Formação Alter-do-Chão, constituída por rochas sedimentares caracterizadas por arenitos avermelhados, argilitos, conglomerados e brechas intraformacionais, tradicionalmente atribuídos a sistemas fluvial e lacustre-deltaico (DAEMON 1975 *apud* MENDES, 2012).

Tratam-se de terrenos instáveis por possuir sedimentos inconsolidados e propícios à erosão e desmoronamentos. A dinâmica fluvial é também um fator considerável para a criação de ruas e construção de casas e em Santarém a expansão urbana teve início a partir do rio Tapajós com a chegada dos portugueses para colonizar a região. Assim, surgiu a primeira rua de Santarém, chamada hoje 24 de outubro, adentrando a terra firme. A parte mais nobre da cidade então foi construída à margem do rio Tapajós, apesar da dinâmica fluvial vir a comprometer a sua estabilidade. Na parte mais alta e íngreme desta área da cidade, então, instalou-se uma Fortaleza, fundada em 1692. Atrás da Fortaleza foi construída a Praça da Municipalidade que possibilitou a criação de várias outras ruas, como a Rua do Imperador, atualmente denominada de Rua Adriano Pimentel. Nas primeiras ruas criadas foram construídos os casarões históricos pertencentes às pessoas mais influentes na cidade daquela época,

destacando-se o Solar do Barão, Solar dos Brancos e o Solar do Relógio, além da Igreja Matriz, entre outros prédios históricos e com arquitetura de influência europeia (COUTO, 2013).

MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento das informações baseou-se na pesquisa bibliográfica do acervo das bibliotecas da cidade de Santarém, da Faculdade Integrada do Tapajós e no Instituto Boanerges Sena, publicado em revistas, dissertações, periódicos, livros que registram a história de Santarém. O estudo ainda está em andamento e, portanto, com resultados parciais.

RESULTADOS

A nomenclatura das ruas e as suas mudanças, ao decorrer dos anos, tem relações que variam desde as datas importantes para a cidade até nome de pessoas influentes na sociedade. O presente trabalho enfoca três dentre as sete vias principais e mais antigas: rua 24 de Outubro, rua Lameira Bittencourt e avenida Adriano Pimentel (AMORIM, 2010).

1) Rua 24 de Outubro

A rua 24 de Outubro, antiga Rua da Alegria, foi a primeira rua a surgir na área conhecida naquela época da Aldeia, como a Estrada dos Índios, por se tratar apenas de um estreito caminho ou vereda pela qual os índios e até mesmo os brancos se deslocavam para as regiões mais distantes. Posteriormente, a Estrada dos Índios passou a se chamar Rua da Alegria, e hoje a sua denominação refere-se à data de elevação de Santarém à categoria de cidade, ocorrida no dia 24 de outubro de 1848.

2) Rua Lameira Bittencourt

A segunda rua a surgir em Santarém teria sido a Rua da Praia ou Rua dos Mercadores, que também se prolongava à praça principal até aos paredões da Fortaleza, estendendo-se posteriormente até a antiga Praça da Municipalidade, hoje Barão de Santarém. Situada às margens do rio Tapajós, a Rua dos Mercadores, em épocas de cheias sofria, e ainda sofre, constantes invasões e ameaças de inundação pelas águas do Tapajós. Porém, durante o período menos chuvoso, formava-se uma praia frente à cidade, como atualmente.

Na Rua dos Mercadores residiram os dois mais importantes integrantes da política santarena do século XIX, os senhores Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém e José Caetano Corrêa, o Barão do Tapajós. Além de outros cidadãos considerados ilustres, que construíram seus sobrados e casarões do estilo da arquitetura portuguesa ou oriental, como o Canto Redondo, que ainda se mantém em bom estado de conservação, a antiga residência do Barão de Santarém, que já se encontra parcialmente descaracterizada. Semelhante ao que aconteceu com várias ruas da cidade, a Rua dos Mercadores também sofreu modificações em relação ao nome, passando a se chamar Rua Barão do Tapajós e, posteriormente, Rua João Pessoa, em homenagem a um dos líderes revolucionários.

Na Lameira Bittencourt também se encontrava o Castelo, o Banco do Brasil e o Mercado Municipal. Com o tempo, a rua acabou sendo dividida em duas: a Rua do Comércio, que se estendia da Praça da Matriz até o antigo Trapiche, e a partir daí o segmento entre o Trapiche até a Praça da Municipalidade (a atual Praça Barão de Santarém, chamada de São Sebastião), o antigo caminho estreito, em ladeira e escorregadio, recebeu a denominação de General Mena Barreto. Contudo, na década de 1930, o então prefeito de Santarém, Idelfonso Almeida, segundo determinação do interventor do Pará Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, substituiu as denominações de ambas as ruas, que permanecem até hoje: a Rua do Comércio passou a se chamar Lameira Bittencourt (um dos aliados políticos de Magalhães Barata), e antiga General Mena de Barreto recebeu a denominação de Adriano Pimentel (conhecido como revolucionário político).

3) Avenida Adriano Pimentel

A Avenida Adriano Pimentel, antiga General Mena de Barreto e Rua do Imperador, foi criada pelo decreto nº 3 de 4 de fevereiro de 1931, assinado pelo então prefeito Idelfonso Almeida, em homenagem ao santareno considerado ilustre e patriota que atuou na campanha do Paraguai. O principal monumento histórico nela localizado é o Museu João Fona, na época, a Casa da Câmara (Intendência ou Prefeitura),

cujo acesso durante onze anos, dava-se pela praia ou por uma vereda que passava em frente às ruínas das muralhas da Fortaleza, no verão, ou de canoa no período de cheia do rio Tapajós. A Adriano Pimentel foi construída em 1880 sob comando e expensas do então tenente Inácio José Correa, às custas da escavação parcial do morro da Fortaleza, para ligar a Rua dos Mercadores à praça onde estava instalada a Casa da Câmara, denominada de Praça da Municipalidade, conhecida hoje como Praça São Sebastião.

CONCLUSÕES

Os relatos da história de Santarém em livros, revistas, jornais, mostram a forte influência do ambiente fluvial na sua fundação, estruturação de suas ruas e na localização de seus monumentos, com traços da arquitetura europeia e árabe. Mesmo situada num terreno às proximidades de rio, sujeito a inundações periódicas e erosão, a história da região continua registrada nas suas ruas, casarões, sobrados, praças.

Os registros documentais são, de fato, patrimônio que guardam e transmitem a importância do início de um processo de expansão de uma cidade, que conta a sua evolução e transformação ocorrida durante anos, assim como na Geologia, que se reconstrói a história da evolução do Planeta por meio de rochas, pois nelas estão registradas as modificações ambientais e climáticas que aconteceram no passado. O tipo e composição de rocha, e a rede de drenagem também são indicadores do comportamento de um terreno, que já foi descrito no passado do centro de Santarém, como escorregadio e enlaidorado, nas ruas e, arenoso formando as praias na frente da cidade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à UFOPA e a Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão – Procce/Ufopa pelo apoio financeiro de Bolsa Pibex para a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. S. **Revista Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém**: projeto de réplicas e catalogação dos prédios históricos de Santarém – II etapa/ FIT. Santarém; Gráfica Brasil, 2010.

BARRETO, E. A.; ZARATIM J. R.; FREIRE, L. R.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; D'OSVUALDO, V. L. A. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, **Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial**. Artigos e Resultados, 2010.

COUTO, E. M. **Casarões Históricos de Santarém**: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém. Dissertação de Mestrado, 2013.

MENDES, A. C; TRUCKENBROD W e NOGUEIRA. Análise faciológica da Formação Alter-do-Chão (Cretáceo, Bacia do Amazonas). PA: Óbidos. **Revista Brasileira de Geociências**, p.39-57, 2012.

ATIVIDADES DE ASTRONOMIA REALIZADAS COM O PLANETÁRIO MÓVEL DA UFOPA: UMA AÇÃO DE TRABALHO DO CPADC/ICED

Anselmo Alcântara Rebelo Neto¹; Marcos Gervânio de Azevedo Melo²

¹Estudante do Curso de Engenharia Física - Ieg – Ufopa; E-mail: anselmoalcantara10@gmail.com;

²Docente - Iced – Ufopa; E-mail: marcosgervanio@bol.com.br

RESUMO: O ensino de Astronomia precisa aparecer nas escolas públicas e particulares do Brasil. A importância de se ensinar e aprender Astronomia perpassa por uma necessidade intrínseca do ser humano: a de entender o Universo e como estamos inseridos nele. Esta percepção e entendimento certamente nos possibilitará internalizar uma cultura de respeito à natureza e de cuidado ao planeta. Dessa forma, o objetivo do trabalho é socializar as atividades de estudo, ensino e divulgação de Astronomia direcionadas a estudantes e professores da educação básica, acadêmicos da Ufopa e outros interessados, realizadas pelo Cpadc com a utilização do Planetário móvel. Inicialmente, os monitores do clube participaram de um curso que abordava diversos assuntos de Astronomia. Esta formação também atendeu aos alunos do Pibid da Física, bem como os professores da rede básica que atuam como seus colaboradores. Esta ação deu vazão para a cultura de um estudo continuado existente entre os monitores do CPADC. Posteriormente, aconteceram as mostras itinerantes com o Planetário móvel. As atividades foram realizadas nas dependências da Ufopa e principalmente nos espaços das escolas públicas e privadas de Santarém. O total de pessoas contempladas com as ações do planetário, incluindo todas as apresentações, foi de 511 admiradores. Foi possível perceber a presença de jovens e adultos, de alunos e professores, bem como de indivíduos que atuam nas mais diversas áreas de conhecimentos, todos curiosos pelos assuntos do Universo. As atividades realizadas pelo planetário móvel da Ufopa serviram para mostrar o quanto os conteúdos de Astronomia são de interesse popular.

Palavras-chave: astronomia; mostras itinerantes; planetário móvel

INTRODUÇÃO

O ensino de Astronomia precisa aparecer nas escolas públicas e particulares do Brasil. A importância de se ensinar e aprender Astronomia perpassa por uma necessidade intrínseca do ser humano, a de entender o Universo e como estamos inseridos nele. Esta percepção e entendimento certamente nos possibilitará internalizar uma cultura de respeito à natureza e de cuidado ao planeta. No entanto, o que se observa é uma ausência quase que total da abordagem de assuntos de Astronomia nos espaços escolares brasileiros. Este problema pode estar relacionado a diversos fatores que vão desde a formação dos professores, quase sempre cheia de lacunas, até às questões relacionadas à estrutura física como a ausência de materiais que estimulem um contato com esses conhecimentos. Dentre os instrumentos que podem contribuir para incentivar o estudo de Astronomia, destacam-se as lunetas, telescópios e planetários.

Os Planetários são espaços não formais de educação em Astronomia. Os mesmos podem ser fixos, como o existente em Belém, vinculado à Universidade Estadual do Pará – Uepa, ou itinerantes com possibilidades de atender escolas, centros comunitários e etc. A Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, por meio do CPADC/Iced, realiza atividades de extensão levando conhecimentos sobre o Universo, por meio de um Planetário Móvel, aproximando, ainda mais, a esta Universidade da comunidade santarena. Esta ação vislumbra, entre outras coisas, estimular a curiosidade por Astronomia e potencializar ações que possibilitem o contato desta comunidade, cada vez mais, com a Ciência e, em especial, com a Astronomia.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é socializar as atividades de estudo, ensino e divulgação de Astronomia direcionadas a estudantes e professores da educação básica, acadêmicos da Ufopa e outros interessados, realizadas pelo CPADC com a utilização do Planetário móvel.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, os monitores do clube participaram de um curso que abordava diversos assuntos de Astronomia. Esta formação também atendeu aos alunos do Pibid da Física, bem como os professores da rede básica que atuam como seus colaboradores. Esta ação deu vazão para a cultura de um estudo continuado existente entre os monitores do CPADC. Posteriormente, aconteceram as mostras itinerantes com o Planetário móvel. As atividades foram realizadas nas dependências da Ufopa e principalmente nos espaços das escolas públicas e privadas de Santarém. Em algumas ocasiões, o Planetário foi auxiliado pela presença do telescópio refletor da Ufopa. Vale ressaltar que a maior dificuldade encontrada para a realização das mostras, passava pela logística do traslado do Planetário, pois tal situação dependia do voluntariado de outros alunos da Ufopa. As apresentações ocorreram de outubro de 2014 a setembro de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além do Clube de Ciências da Ufopa, as ações do planetário aconteceram em outras atividades realizadas nas dependências da mencionada Universidade. No entanto, o maior número de ações aconteceu nas dependências das escolas, sendo quatro escolas públicas e dois colégios particulares. O total de pessoas contempladas com as ações do planetário, incluindo todas as apresentações, foi de 511 admiradores. A Tabela 1 apresenta uma síntese das ações desenvolvidas, bem como da quantidade de espectadores e das temáticas trabalhadas.

Tabela 1 - Visão geral das atividades do Planetário entre Out/2014 e Set/2015.

Locais	Temas Abordados		Número de participantes	
	Planetologia	Astrobiologia	Usado	
EEEFM Madre Imaculada	X		Usado	48
C. Santa Clara	X		Usado	155
EEEFM São Felipe	X		Usado	73
EEEFM Rio Tapajós	X		Não usado	34
V Mostra Científica	X		Usado	67
EEEFM Frei Ambrósio	X	X	Não usado	43
CE Cristo Salvador	X		Não usado	41
UFOPA Biologia e Química 2015	X	X	Não usado	19
Clube de Ciências	X	X	Usado	51
Total				531

É importante observar que a planetologia foi o assunto mais abordado pelas ações, acontecendo em todas as apresentações. Porém, das nove mostras mencionadas, cinco aconteceram com a utilização de telescópios. As figuras 1, 2 e 3 esboçam informações das atividades realizadas.



Figura 1 - Planetário na escola Rio Tapajós.



Figura 2 - Estudantes da escola Madre Imaculada observando a Lua.



Figura 3 - Planetário no Colégio Santa Clara.

Um aspecto interessante observado nas apresentações do planetário foi a observação de que o interesse por assuntos de Astronomia fazer parte de um público diversificado, pois foi possível perceber a presença de jovens e adultos, de alunos e professores, bem como de indivíduos que atuam nas mais diversas áreas de conhecimentos, todos curiosos pelos assuntos do Universo.

CONCLUSÕES

As atividades realizadas pelo planetário móvel da Ufopa serviram para mostrar o quanto os conteúdos de Astronomia são de interesse popular. Na mesma linha de pensamento, é importante dizer que tais conhecimentos poderiam, então, fazer parte dos planejamentos dos professores de Ciências das escolas. No entanto, o que se sabe é que a Astronomia é pouco explorada nos espaços formais de educação, mas quando o aluno tem a oportunidade do contato, ele a contempla a contento.

AGRADECIMENTOS

É importante mencionar que as atividades do planetário são fomentadas pela Capes por intermédio dos Novos Talentos. No entanto, a monitoria Pibex que trabalha para as mostras acontecerem, tem o auxílio da Procce – Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

REFERÊNCIAS

LANGHI, R.; NARDI, R. **Educação em Astronomia**: Repensando a formação de Professores. São Paulo: Escrituras Editora, 2012.

LEÃO, D. dos S. **Mini-Planetário**: um projetor portátil de baixo custo. Física na Escola. São Paulo: vol. 12, n. 2, 2011.

A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA PRÁTICA PARA O ENSINO DA LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA TURMA DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO 2014 NA DISCIPLINA DE ICC

Oswaldo Tomé de Freitas Júnior¹; Raimundo Augusto Rego Rodrigues Júnior²; Enoque Calvino Melo Alves³

¹Estudante do Curso de Ciência da Computação - leg - Ufopa; E-mail: oswaldojunior23@hotmail.com,

²Docente do Programa de Computação -. leg - Ufopa. E-mail: raimundo.arr@ufopa.edu.br,

³Docente do Programa de Computação - leg - Ufopa. E-mail: enoque@gmail.com

RESUMO: As ferramentas práticas de ensino vêm sendo bastante utilizadas no meio educacional como elo entre a teoria da sala de aula e a prática no campo do trabalho. Tais ferramentas proporcionam aos alunos a possibilidade de compreensão das disciplinas e a experiência aplicável dos principais conceitos estudados na sala de aula. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência do uso da ferramenta prática utilizada no ensino da lógica de programação na disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC) ministrada aos estudantes recém-ingressantes no Instituto de Engenharia e Geociências (leg) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e as atividades deste projeto foram desenvolvidas na sede do Programa de Extensão denominado de Laboratório Mídias Eletrônicas (Ufopa), com intuito de despertar o interesse dos alunos para a disciplina. O trabalho desenvolvido envolveu atividades com a ferramenta Blender, por conta dos resultados positivos alcançados em trabalhos anteriores e sua contribuição na formação do conhecimento dos discentes.

Palavras-chave: ferramenta prática; lógica de programação; projeto

INTRODUÇÃO

O ensino da programação tem sua importância não somente no conteúdo abordado em sala de aula, mas na capacidade de levar os conceitos aprendidos para uma aplicação de forma prática.

As ferramentas práticas que atuam como apoio ao ensino da programação vem sendo utilizadas como uma forma alternada de ensino, amplamente adotada dentro das disciplinas de Programação. A utilização de tais ferramentas tem objetivo de auxiliar de forma enriquecedora o processo de ensino aprendizagem e motivar os alunos a aprenderem diversas formas de aplicar os conceitos estudados. Com o uso das ferramentas práticas os discentes podem desenvolver produtos utilizando os conceitos envolvidos com as atividades.

Os alunos de disciplinas introdutórias de Programação possuem dificuldades de aprendizagem, e essas dificuldades podem ser de diversas naturezas, desde problemas com a estrutura da linguagem escolhida até as diferentes formas de aprender que o discente pode ter, segundo Jenkins (2002).

Essas dificuldades podem ser diminuídas quando são apresentadas formas alternativas de ensino, Schimiguel (2003), por exemplo, uma ferramenta que utiliza a técnica de desenvolvimento de um fluxograma para construção da lógica de programação do aluno.

Tendo em mente a premissa de que o uso de ferramentas práticas auxilia positivamente o ensino de linguagem de programação, o presente resumo expandido tem como objetivo apresentar através de um relato de experiência com alunos do Instituto de Engenharia e Geociências (leg), na disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o uso da ferramenta prática: Blender, no auxílio do ensino da lógica de programação de computadores.

MATERIAL E MÉTODOS

A ferramenta utilizada foi trabalhada com os discentes através de um projeto realizado em parceria com o Mídias Eletrônicas e a disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC). O principal objetivo desse projeto foi ensinar lógica de programação de uma forma lúdica e menos abstrata, unindo conceitos iniciais aprendidos em sala de aula com prática e aplicando-os em projeto.

O trabalho desenvolvido com os alunos constitui-se por quatro etapas: (1) workshop, (2) definição das equipes, (3) desenvolvimento do projeto e (4) apresentação do projeto desenvolvido. O workshop ocorreu quando os alunos tiveram o primeiro contato com a ferramenta Blender, que foi apresentada a eles, com o intuito de despertar o interesse para participação dos discentes. Vale ressaltar que o workshop aconteceu no contra turno das aulas dos alunos, para não prejudica-los. Após o workshop foi feita a inscrição dos alunos interessados mediante o preenchimento de um curto formulário, informando o interesse em se voluntariar. Finalizando o período de inscrição ocorreu a segunda etapa, em que foi formada uma equipe de cinco alunos.

Na terceira etapa, ocorreram os primeiros encontros com os alunos, para eles conhecerem a ferramenta. Após isso, eles ficaram com a responsabilidade de escolher qual projeto iriam desenvolver com a ferramenta Blender, dando total autonomia para o grupo. O projeto definido foi baseado na simulação de uma atividade real, a fim de buscar soluções práticas, na forma de um jogo. O objetivo geral da equipe era relacionar a teoria em de sala com a prática. A equipe teve cerca de um mês e meio para desenvolver seu trabalho utilizando a ferramenta Blender.

A última etapa foi a socialização do projeto desenvolvido pela equipe, onde houve a apresentação do projeto pelos discentes. Para isso, foi promovido um evento de integração e troca de experiências dos mesmos (IV Seminário de Computação Aplicada). A equipe teve um tempo de apresentação para expor seu projeto final que foi avaliada por seu respectivo professor da disciplina de ICC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a utilização da ferramenta Blender, a equipe desenvolveu um jogo 3D chamado *Recycle Earth*, onde o personagem do jogo tinha que coletar lixos espalhados pelo bairro e deposita-los de maneira correta na cesta de lixo determinada para cada tipo de material, sendo que o usuário do jogo tem um tempo específico para cumprir essa tarefa.

Os alunos aprenderam nesse processo de criação, conceitos de geometria espacial, pois, tiveram que modelar os objetos 3D utilizados no jogo, além desenvolverem uma mentalidade lógica de programação ao construir esses objetos para desempenharem seus respectivos papéis no jogo.

Foi observado também que no desenvolvimento do trabalho em equipe os alunos dividiram as tarefas entre si para alcançar um objetivo comum. Cada um ficou responsável por alguma função na equipe, fazendo que todos participassem de uma parte fundamental do projeto. Trabalhando em equipe eles ficaram mais motivados e comprometidos em desempenhar seu papel, afinal, um dependia do outro, e todos eram responsáveis pelas falhas e pelo sucesso da equipe.

Com a apresentação final do projeto, os alunos obtiveram um acréscimo em sua nota na disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC), concluindo de forma positiva a disciplina.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o projeto desenvolvido ao longo do período da oficina foi satisfatório, pois, a utilização da ferramenta prática despertou nos discentes o interesse pela programação. Além do conhecimento adquirido, eles se deparam deste já com situações que irão encontrar no mercado de trabalho.

Com a ferramenta, eles desenvolveram um projeto que dificilmente desenvolveriam apenas na sala de aula, somente com assuntos teóricos.

Com o auxílio da ferramenta prática, os alunos também puderam escolher um problema, pensar em soluções, adquirir conhecimento para resolvê-lo, buscar meios de solucionar e trabalhar na solução do problema.

Com o auxílio da ferramenta prática o aprendizado de programação pode tornar mais fácil o desenvolvimento da solução do problema, além dos alunos poderem visualizar fisicamente e digitalmente o resultado do seu esforço.

REFERÊNCIAS

JENKINS, T. On The Difficulty of Learning to Program. *In: 3rd Annual Itsn-ics conference*, UK: 2002.

SCHIMIGUEL, J.; ARAÚJO, C.F.; AMARAL, L.H. Desenvolvimento de Simulações para o Aprendizado em cursos na Web. *In: 3rd International Conference on Engineering and Computer Education*. São Paulo: 2003.

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA ESCOLA SÃO FRANCISCO PARA FACILITAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA

Pio Ferreira Lima Netto¹; Rennan José Maia da Silva²; Enoque Calvino Melo Alves²

¹Estudante do Curso de Ciência da Computação- leg - Ufopa; E-mail: pio.lima@gmail.com,

²Docente do Programa de Computação- leg – Ufopa. E-mail: rennanmaia@gmail.com/enoque@gmail.com.

RESUMO: Este trabalho relata a metodologia utilizada para aplicação do ensino de Programação com Arduino com alunos e professores da Escola Diocesana São Francisco, por integrantes do Projeto Mídias Eletrônicas. A capacitação ocorre para introdução de conceitos de programação para a plataforma Arduino, sendo abordado conteúdos como lógica de programação, estrutura e conceitos do Arduino, sintaxe da linguagem Wiring e trabalho com sensores. O objetivo deste trabalho foi capacitar os professores para a construção de experimentos de física de baixo custo, para aquisição de dados juntamente com os alunos, para uma melhor absorção dos conceitos da disciplina de física no ensino médio. Como principal resultado, o trabalho apresenta um protótipo do experimento de física de baixo custo, para aquisição de dados, construído no laboratório, para o ensino e disseminação da construção deste experimento entre os professores de Física da Escola São Francisco, e as oficinas iniciais com os professores, que enfrentaram dificuldades de sincronização e disponibilidade de horários para realização das oficinas.

Palavras-chave: robótica educacional, arduino, capacitação de professores

INTRODUÇÃO

Para Borges (2013) o conceito de extensão “se alia a essas duas grandes bases do Ensino Superior ao permitir a prática do conhecimento aprendido na academia, buscando uma maior integração com a realidade e as demandas da Sociedade”. Assim, é possível entender que os programas de extensão revelam-se em grande importância pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas diárias, do envolvimento das partes interessadas e todo o conhecimento que ele gera.

A extrema complexidade do mundo moderno não permite que o ensino, em especial no nível médio, fique concentrado apenas na preparação para exames de seleção para ingresso no ensino superior, com a apresentação de conceitos, leis e fórmulas, de forma desarticulada, distanciados do mundo vivido pelos alunos e professores e não só, mas também por isso, vazios de significado. Privilegia a teoria e a abstração, desde o primeiro momento, em detrimento de um desenvolvimento gradual de abstração que, pelo menos, parta da prática de exemplos concretos. Insiste na solução de exercícios repetitivos, pretendendo que o aprendizado ocorra pela automatização ou memorização e não pela construção do conhecimento através das competências adquiridas (BRASIL, 1998, p. 22). Deve-se considerar que as ferramentas didáticas disponíveis para o ensino, de forma geral, estão agregando as tecnologias da informação de forma cada vez mais contundente.

No entanto, a busca frenética das instituições de ensino por melhores posições em rankings como o do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a cobrança da sociedade por um ensino de qualidade que permita a formação de profissionais qualificados e o excesso de trabalho atribuído ao professor, têm lançado diversas questões conflitantes sobre o caminho da educação no país. Muitas escolas têm investido na compra de equipamentos. Porém, o treinamento dos professores com esse material, na maioria dos casos, passa despercebido. Isso faz com que computadores e aparelhos tecnológicos, por exemplo, sejam subutilizados ou utilizados de forma inadequada ou equivocada. Dentre as propostas que têm sido relatadas, destacam-se as que apontam para o uso do computador em conjunto com atividades de laboratório, principalmente como ferramenta para coleta de dados experimentais (Sias et al, 2006). Entretanto, por ser uma ferramenta relativamente nova no campo educacional, os softwares e kits, oferecidos por empresas que os desenvolvem, apresentam, muitas vezes, um custo elevado. O receio e a dificuldade por parte dos professores tornam seu uso restrito, como apontado por Silva e Veit (2006).

A implementação de tais sistemas em escolas de ensino médio, entretanto, ainda é pouco frequente. Em parte, isto pode ser consequência da carência de material instrucional que dê condições para que professores e alunos possam construir e/ou trabalhar com esses sistemas automatizados.

Experimentos que requeiram medidas de intensidade de alguma grandeza física, como os de temperatura ou de capacitância elétrica, por exemplo, apresentam maior dificuldade na sua execução. Para estes, é necessária a construção de um circuito complementar com algum tipo de microcontrolador ou de uma interface de aquisição de dados, além da familiaridade com linguagens de programação (CAVALCANTE et al., 2011).

O objetivo deste trabalho foi capacitar os professores para a construção de experimentos de física de baixo custo, para aquisição de dados juntamente com os alunos, para uma melhor absorção dos conceitos da disciplina de física no ensino médio

MATERIAL E MÉTODOS

A etapa inicial ocorreu com a preparação do material didático para a capacitação dos professores, com pesquisas sobre a plataforma Arduino e desenvolvimento de aplicativos para celular com a plataforma Fábrica de Aplicativos.

A segunda etapa ocorreu em uma reunião com os professores da escola, com o intuito de divulgar as ações do projeto com relação à escola, os objetivos e os resultados esperados.

A terceira etapa foi a divulgação das atividades, através de um Workshop, para apresentação das ferramentas que seriam utilizadas, e depois as inscrições, no auditório da escola, com o intuito de convidar os alunos a se voluntariar para participar do projeto. As atividades do clube do conhecimento iniciaram em Setembro/2015 na Escola São Francisco, com uma equipe de 10 alunos, selecionados pelos professores para as oficinas de robótica livre com Arduino. Estes encontros aconteceram no período da tarde, duas vezes na semana, com duração de uma hora e meia cada encontro.

A etapa quatro, de execução, começou primeiramente com as atividades de apresentação de aulas expositivas para a fundamentação teórica necessária para o conhecimento da ferramenta Arduino, e depois se deu início a sequência de testes dos componentes e o desenvolvimento do código. Os encontros aconteceram durante 2 meses.

A quinta etapa ocorreu com o evento “1 Semana de Tecnologias Educacionais” promovido pelo Projeto Mídias Eletrônicas, no mês de Dezembro de 2014, onde alguns cursos foram direcionados para professores, como o curso de Arduino Básico, Scratch e Fábrica de Aplicativos.

Foi realizada uma reunião com duas professoras de Física da Escola São Francisco, no mês de Agosto, com o intuito de definir ações relativas ao ensino de hardware livre para elas juntamente com os alunos, para construção de experimentos para auxílio no ensino de física, alguns inclusive já construídos dentro do laboratório do Projeto Mídias Eletrônicas. Também ficou definido o trabalho somente com turmas do primeiro ano do Ensino Médio, para que haja continuidade do trabalho com os mesmos alunos no segundo ano, visto que o projeto PIBEX foi aprovado para dar continuidade no ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a etapa quatro, observamos que poderíamos trabalhar com os experimentos de Física com os alunos, visto que os microcontroladores trabalham com aquisição de dados, e a construção dos experimentos pelos próprios alunos, por meio dos professores, o que poderia ser um grande salto para auxiliar na disciplina. Diante disto, foi construído um cronograma específico para um trabalho direcionado para experimentos de física para formação dos professores.

Foi feita uma reunião com duas professoras de Física da Escola São Francisco, para definir as ações do projeto junto aos professores de física, especificamente. Também foi debatido sobre as dificuldades encontradas com os alunos no ensino de hardware livre e programação e foi relatado pelos professores também a dificuldade de horários que os professores tem devido a sua carga horária excessiva, muitas vezes divididas em várias escolas diferentes, sobrando pouco tempo para atividades extraclasse.

Como principal resultado, o trabalho apresenta um protótipo do experimento de física de baixo custo, para aquisição de dados, construído no laboratório. Este experimento é o “Experimento de queda livre” que demonstra de forma prática um dos conceitos da física, particularizado no Movimento Retilíneo

Uniformemente Variado (MRUV) relacionado a 1ª Lei de Newton (Lei da Inércia), que demonstra a aceleração constante de um corpo em queda livre, acelerado pela força da gravidade.

O experimento serve para o ensino e disseminação da construção deste experimento entre os professores de física da Escola São Francisco, para que tomem como uso em suas aulas de física de forma prática entre os alunos.

As oficinas iniciais com os professores, que enfrentaram dificuldades de sincronização e disponibilidade de horários para realização das oficinas.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, de fato, existe uma dificuldade de sincronização e disponibilidade de horários tanto dos professores quanto para os alunos. Os professores, pelo fato de estarem envolvidos em diversas turmas na disciplina. Os alunos, pelo envolvimento nas matérias comuns e atividades que a Escola já realiza com frequência. O laboratório era pouco usado antes do início das atividades, tanto pela estrutura do laboratório quanto pelo desempenho dos computadores. O projeto veio para dar uma função a mais para o laboratório, e não só por ele estar ocioso, como também pelo fato do conhecimento dos alunos por algo novo e construtivo. Este trabalho, em andamento, mostra como os alunos podem envolver-se com conteúdo, na sua maioria estudados, somente na faculdade, e a construção de algo novo pelos alunos torna o trabalho interessante, uma vez que o aluno vê, fisicamente, o resultado do seu esforço, como a construção de experimentos de física, e a maior absorção e abstração do conteúdo de física dado pelo professor.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. M. **A Gestão Universitária de Projetos de Extensão na Perspectiva da Gestão Social:**

Um estudo de caso do centro socioeconômico. CSE/UFSC, Florianópolis: SC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101076>>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio).** Brasília. 1998. 58p. Disponível em: <<http://portal.med.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CAVALCANTE, M. A.; TAVOLARO, C. R. C. Projete você mesmo experimentos assistidos por computador: construindo sensores e analisando dados. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 421-425, 2000.

SIAS, D. B.; RIBEIRO-TEIXEIRA, R. M. Resfriamento de um corpo: a aquisição automática de dados propiciando discussões conceituais no laboratório didático de Física no ensino médio. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 360-381, 2006.

SILVA, L. F.; VEIT, E. A. **Uma experiência didática com aquisição automática de dados no laboratório de Física do Ensino Médio.** Experiências em Ensino de Ciências, v. 1, n. 3, p. 18-32, 2006.

CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS PARA A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MURATUBINHA, ÓBIDOS, PARÁ

Lucas Nobre de Souza¹; Sandra Maria Sousa da Silva²; Alan Silva Magalhães³; Eronaldo Lima de Oliveira⁴; Elcilane Araújo de Freitas⁵; Lázaro João S. da Silva⁶

¹Estudante do Curso de Agronomia – Ibef – Ufopa; E-mail: lucasnobredesouza@gmail.com,

²Docente - CFI- Ufopa; E-mail: sandrastm@hotmail.com,

³Estudante do Curso de Agronomia —Ufopa; E-mail: alansilva394@hotmail.com,

⁴Estudante do Curso de Agronomia – Ufopa; E-mail: eron.orion@gmail.com,

⁵Estudante do Curso de Engenharia Física – Ufopa; E-mail: lane_freitas16@yahoo.com.br,

⁶Docente – Ieg - Ufopa; E-mail: lazarojss@yahoo.com.br

RESUMO: As ações de extensão foram realizadas na comunidade remanescente de quilombo de Muratubinha, na região de Óbidos-PA, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. A Comunidade de Muratubinha está localizada na região sul do município de Óbidos, distante cerca de 2 horas via fluvial. As atividades planejadas para a comunidade de Muratubinha visaram levar aos agricultores as técnicas para construção de um canteiro flutuante, assim como auxiliá-los no manejo mais adequado no cultivo de hortaliças. Foram realizadas palestras e oficinas para demonstrar as técnicas para um manejo mais sustentável dos cultivos, havendo participação de aproximadamente 15 a 20 agricultores por cada reunião, e estes se mostraram adeptos na adoção de novos modelos alternativos de produção, com aumento da produtividade, alimentos com mais qualidade e até aumento na renda familiar. Realizar ações de extensão desse tipo é importante para fortalecer a agricultura local e melhorar o relacionamento homem-natureza de forma a aproveitar com mais eficiência os recursos naturais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

Palavras-chave: agricultura; Amazônia; quilombolas

INTRODUÇÃO

Os termos “terras de negros”, “quilombos”, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “comunidades quilombolas” e “quilombos contemporâneos” remetem aos grupos sociais descendentes de escravos africanos, existentes no território latino-americano, principalmente no Brasil (SILVA, 2003, p. 415).

Este projeto de extensão foi executado na comunidade de Muratubinha, que se auto identifica como comunidade remanescente de quilombo. A agricultura nesta localidade é constituída principalmente pelo manejo de ecossistemas e de práticas agroflorestais caracterizadas por culturas agrícolas que levam em consideração o tempo e o espaço e um conhecimento de como utilizar eficazmente métodos para trabalhar nesse tipo de ambiente variante. A fim de sobreviver, essa comunidade tem como estratégia para aquisição de renda, principalmente a agricultura de base familiar e a pesca.

No entanto, a comunidade enfrenta graves dificuldades, principalmente para trabalhar a agricultura. Uma delas é a cheia periódica do rio Amazonas, que impede o cultivo dos alimentos de maior valor comercial, como milho e melancia. Outra dificuldade que vale ser destacada é a falta de assistência técnica para orientar os agricultores.

Dentre as dificuldades existentes nesta localidade, destacam-se aquelas ligadas à produção agrícola de forma agroecológica, baseado nos novos modelos alternativos ou tecnológicos de produção, que são técnicas repassadas através da extensão rural.

Os extensionistas conhecem metas e valores, enfatizando os conhecimentos locais e valorizando-os para a efetivação de um diálogo entre os saberes desses grupos e os conhecimentos científicos produzidos nas Universidades, com objetivo de gerar desenvolvimento social e sustentável para o meio rural (BORSOWSKI, ARHENS, ARHENS, 2007; SILVA, 2011). A maioria das atividades extensionistas realizadas frequentemente, envolve a agricultura familiar, principalmente por serem direcionadas à pequena propriedade. (OLIVEIRA et al., 2012)

As atividades planejadas para a comunidade visaram levar aos agricultores algumas técnicas para melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, assim como, auxiliá-los no manejo agroecológico mais adequado da plantação, para obtenção de produtos com mais qualidade e maior valor agregado, possibilitando maior acréscimo na renda familiar.

MATERIAL E MÉTODOS

As ações do plano de trabalho intitulado de Cultura e Etnoecologia: saberes e práticas tradicionais na perspectiva do desenvolvimento do turismo étnico na comunidade remanescente de quilombo Muratubinha, foram realizadas na comunidade de Muratubinha, na região de Óbidos-PA, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. A Comunidade de Muratubinha está localizada na região sul do município de Óbidos, distante cerca de 2 horas via fluvial, na primeira entrada à esquerda do rio Amazonas a partir do porto de Óbidos em direção ao município de Juruti. Ela está situada na latitude - 2.056325 (S) e longitude -55.239606 (O).

Para início das atividades foi realizada pesquisa de campo na comunidade através de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro pré-estabelecido contendo 23 perguntas, junto aos agricultores que escoam seus produtos até a Feira Municipal de Óbidos, com a finalidade de estabelecer um perfil das atividades agrícolas praticadas no local. Verificou-se que os agricultores tinham principalmente a dificuldade de cultivar alimentos durante o período de cheia do rio Amazonas, e que além dessa problemática, ainda enfrentavam problemas no controle de pragas e doenças. Os envolvidos ainda solicitaram uma palestra sobre um método alternativo para preparo de substrato.

Nas primeiras ações realizadas, em forma de palestra, apresentou-se o contexto histórico das atividades agrícolas da comunidade, para lembrar aos comunitários o perfil da agricultura na década de 1970 – 1980. Houve também uma explanação sobre o uso consciente de agrotóxicos, abordando os cuidados que se deve tomar com o excesso desses resíduos agroquímicos nos alimentos, e ainda destacando a valorização que os alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, vêm ganhando.

Posteriormente, foi realizada a palestra com o tema Compostagem, demonstrando uma técnica alternativa para produção de substrato sem utilização de adubo químico. Ainda tiveram palestras sobre Alimentação Saudável e Controle Alternativo de pragas e Doenças, a primeira para orientar a comunidade sobre a melhor maneira de equilibrar a alimentação, já a segunda, consistiu em apresentar técnicas para o controle e/ou prevenção de doenças e pragas, utilizando ingredientes naturais como, cebola, alho, folha de fumo entre outros. Para realização das palestras, fez-se uso de materiais como *data show* e folders.

No decorrer das visitas à comunidade, verificou-se que a principal dificuldade no cultivo dos alimentos pela comunidade estava relacionada à elevação do nível do rio com consequente inutilização dos canteiros suspensos, diante disso, realizou-se um planejamento juntamente com o professor Lázaro J. Silva, do Instituto de Engenharia e Geociências, da Universidade Federal do Oeste de Pará, para oferecer uma oficina realizando a construção de um canteiro flutuante confeccionado com garrafas Pet, para possibilitar o cultivo de hortaliças durante o período de cheia do rio Amazonas. As garrafas Pet foram adquiridas junto a população local.

Pelo fato das garrafas serem descartáveis e prejudiciais ao meio ambiente optou-se por usá-las como estrutura de flutuação, que conta ainda com hastes de bambu, que são encontradas facilmente na região e que fazem a sustentação da estrutura. O volume total e o peso total do piso do canteiro são, respectivamente, 0,0334 m³ e 255,8 N (massa de 26,1 kg). O volume de solo que pode ser usado é de 0,12 m³ correspondendo a um peso de 2757,83 N (massa de 281,12 kg). O volume total e o peso das hastes da estrutura do flutuante são respectivamente 0,0184 m³ e 117,41 N (massa de 11,97 kg). Foram usadas 124 garrafas de refrigerante Pet de 2 l com uma massa total de 6,7 kg. Experimentalmente observou-se que um conjunto de 02 garrafas Pet de 1,5 l, cada, é capaz de manter em condições satisfatórias de flutuação uma massa de até 5 kg, então 124 garrafas poderão manter até 413 kg que é bem superior a massa total do conjunto que é da ordem de 326 kg sem considerar o peso das hortaliças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as palestras e oficinas, que tiveram como base teórica os trabalhos de Tirapegui J (2000) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012), foram demonstradas aos agricultores

algumas técnicas alternativas para condução da plantação, como controle de pragas com substâncias naturais e preparo de solo sem adubo químico, além de demonstrar técnicas para melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região. Houve participação de aproximadamente 15 a 20 agricultores por cada reunião.

Foi possível verificar o interesse dos agricultores na aceitação de novos modelos alternativos de produção, podendo contribuir para o aumento da produtividade e alimentos com mais qualidade.

Muratubinha adotou uma forma de organização na sua produção, determinada pelo regime de cheia e vazante do rio Amazonas. Durante o inverno, alguns canteiros suspensos ficam submersos e a produção local baseia-se exclusivamente no cultivo de hortaliças, enquanto que no verão, as áreas que antes permaneciam submersas, tornam-se agricultáveis.

O uso do solo para agricultura na comunidade de Muratubinha é influenciado pelas enchentes periódicas. Para contornar as dificuldades impostas pelo ambiente os agricultores desenvolveram algumas técnicas, como elevação de canteiros fixos e escolha de culturas adaptadas ao período de inverno e verão. Antes da elevação do nível do rio, os agricultores constroem canteiros suspensos fixos com aproximadamente 1,5 metros acima do solo, para o cultivo de suas hortaliças e plantas medicinais durante o período de cheia. No entanto, segundo os agricultores, desde 2009, o nível da água na cheia aumenta a cada ano, com isso, alguns canteiros suspensos também ficam submersos, impossibilitando seu uso e provocando a perda total da plantação e, conseqüentemente a redução da renda dos agricultores, pois o solo encontra-se totalmente debaixo d'água e a maioria dos canteiros é inundada. Devido a esses fatores, ocorre uma redução considerável na quantidade de alimentos cultivados na comunidade durante a cheia, obrigando-os a realizarem as compras de seus alimentos na cidade de Óbidos.

Com o discernimento das dificuldades de cultivos no período da cheia, através de pesquisas realizadas na comunidade foi possível perceber que havia formas de suprir ou minimizar essas necessidades. Em parceria com um dos professores do Programa de Ciência e Tecnologia que atua na área de Mecânica dos Fluidos, surgiu à iniciativa de construir uma estrutura flutuante, ou seja, canteiro móvel, para esses agricultores utilizando garrafas de refrigerantes (Pet) de 2 l, para assim possibilitar o cultivo de hortaliças em qualquer período do ano, mas principalmente durante o período de cheia do rio Amazonas, pois a estrutura flutuante acompanha o nível do rio em qualquer condição, tornando possível, com isso, a manutenção de uma renda constante durante todo o ano, além de diminuir os gastos com alimentação da própria residência.

A construção do canteiro flutuante confeccionado com garrafas Pet e hastes de bambu agradou os comunitários, por ser de fácil construção, baixo custo e de grande utilidade para o contexto em que estão inseridos.

Na palestra sobre uso consciente de agrotóxicos, foi repassada aos agricultores a importância de buscar alternativas que sejam ambientalmente corretas para substituir ao máximo o uso dessas substâncias químicas, pois é sabido que seu uso em exagero pode trazer malefícios tanto para saúde humana, como para o ambiente em questão. As palestras proferidas pelo Técnico Agrícola: Eronaldo Lima de Oliveira, vieram complementar a discussão sobre agrotóxicos, de modo que apresentou métodos de controle alternativo de pragas, a partir da utilização de substâncias naturais que não trazem qualquer malefício para o meio ambiente. Além disso, ainda foi apresentada aos agricultores, a técnica da compostagem, que tem finalidade de transformar resíduos orgânicos em substrato, a partir da ação de micro-organismos, e que dispensa o uso de qualquer adubo químico.

CONCLUSÕES

Promover extensão rural para comunidades como Muratubinha, que são carentes no recebimento de atividades como estas desenvolvidas, é de suma importância para fortalecer a agricultura local, bem como aproveitar de forma mais eficiente os recursos naturais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, professora Sandra Silva pelos ensinamentos transmitidos durante o período das atividades, ao professor Lázaro João e ao técnico agrícola Eronaldo Lima pela parceria e disposição de ajudar nas ações de extensão, aos amigos do projeto que também contribuíram para o sucesso das extensões, ao senhor Raimundo, presidente da Associação de Moradores de Muratubinha, que nos cedeu casa e transporte durante as visitas no local, e aos comunitários de modo geral que sempre nos acolheram muito bem.

REFERÊNCIAS

BORSOWSKI, P. R.; AHRENS, S. B.; AHRENS, D. C. Ações de extensão rural com enfoque local em agricultura orgânica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v2, n. 2, p. 575-578, 2007.

OLIVEIRA, R. E.; MONÇÃO, F. P.; RAMOS, M. B. M.; GABRIEL, A. M. A.; FARIAS, L. F. M. MOURA, V. L. Práticas extensionistas no desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 82-95, 2012.

SILVA, J. M. **Quilombos do Brasil Central: Violência e resistência escrava**. Goiânia: Kelps, 2013.

SILVA, R. N. Importância, desafios e perspectivas da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 204-206, 2011.

CURSINHO POPULAR EMANCIPA

Charlison Correa do Carmo¹; Everaldo Machado Portela²; Francieli Sarturi³

¹Estudante do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental - ICTA - Ufopa; E-mail: charlisonc@gmail.com,

²Docente do Programa de Educação - Iced – Ufopa; E-mail: portelaeveraldo@yahoo.com.br;

³Licenciada em Letras – UFPA; E-mail: sarturifracieli@gmail.com.

RESUMO: Este artigo apresenta informações sobre o Cursinho Popular Emancipa, cursinho preparatório para o vestibular, que faz parte da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, surgida em São Paulo em 2007. Em Santarém, o cursinho funciona desde o ano de 2013 e tem como objetivo uma formação social e pedagógica voltada para alunos em condições de vulnerabilidade social. Construído a partir do trabalho voluntário de diversos profissionais e estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará, nele foram oferecidas aos estudantes, cerca de 80 (oitenta), aulas regulares das disciplinas exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); além de atividades voltadas a formação social dos indivíduos, motivadas pela concepção de educação popular que valoriza os espaços de vivência do educando. Dessa forma, os alunos tiveram atividades com temáticas como educação, juventude, criminalidade, meio ambiente, entre outros. No ano de 2015, o Emancipa resultou em 10 (dez) aprovações na Universidade Federal do Oeste do Pará, além de alguns ingressos em universidades privadas através de programas de bolsas.

Palavras-chave: cursinho; educação popular; Enem

INTRODUÇÃO

O Cursinho Popular Emancipa Santarém, cursinho integrante da Rede Emancipa (Movimento Social de Cursinhos Populares), é um projeto de cursinho pré-universitário com o propósito de promover a preparação de jovens que não tem condições de participar de um cursinho preparatório para os processos seletivos que seja pago, mas que tenha interesse em ingressar na universidade. Além disso, objetiva-se possibilitar a construção coletiva de um pensamento crítico sobre a realidade e o conhecimento produzido pela universidade, como um bem a servir a comunidade local.

O projeto tem caráter multidisciplinar, visto que foram lecionadas as várias disciplinas exigidas pelos principais processos seletivos da região, ao mesmo tempo em que se procurou fazer isto através de uma abordagem interdisciplinar que possibilitasse ao educando relacionar os diversos conteúdos do mundo ao seu redor e, a partir disso, intervir na própria realidade, consolidando assim o ensino e a extensão a que este projeto se propõe.

Além de um ensino regular das disciplinas escolares, foram construídos espaços de discussões sobre o mundo e os problemas que são enfrentados pelos jovens diariamente. Possibilitando, desta feita, a formação de um indivíduo mais crítico perante a realidade e que busque alternativas para mudar o meio em que vive através da organização juvenil.

A Rede Emancipa existe desde 2007 e foi criado a partir do movimento de resgate do Cursinho da Poli (Usp) em São Paulo; hoje já existem 16 núcleos do cursinho em diversas cidades do país, que trabalham com educação popular, sendo um projeto político-pedagógico que vai além da formação para o vestibular, mas com uma perspectiva de organização da juventude através de um pensamento crítico coletivo.

O Emancipa Santarém surgiu em 2013, funcionando aos sábados e domingos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Tapajós; em 2014, em parceria com a Pró-Reitoria de Cultura Comunidade e Extensão (Procce) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o cursinho passou a funcionar no *campus* Amazônia desta Universidade, com aulas regulares ofertadas de segunda a sexta, pelo período da noite, e atividades extras aos finais de semana; em 2015, o cursinho continuou contando com parceria da Universidade, através da Procce, além de ter sido aprovado no Edital do Pibex 2014.

Surgido como uma iniciativa de acadêmicos e egressos de diversos cursos da universidade, o Cursinho Popular Emancipa é construído coletivamente por estudantes, egressos, professores de

cursinhos e militantes da educação popular, que são voluntários no projeto; além disso, conta com o apoio da União de Estudantes de Ensino Superior de Santarém (Ues), e da já mencionada Procce, que tem cedido o espaço físico para a execução das atividades e emprestado o projetor multimídia, imprescindíveis para a continuidade do Cursinho Emancipa.

Este projeto tinha como objetivo atingir uma turma de pelo menos 50 alunos de Santarém e municípios vizinhos, principalmente estudantes ou egressos da rede pública de ensino, mas devido o grande número de inscrições, foram contemplados com o Projeto uma média de 80 alunos. Ao longo do cursinho percebeu-se uma evasão por motivos diversos, como: falta de tempo relacionada ao trabalho e/ou atividades domésticas, falta de recursos financeiros, desmotivação etc. Notou-se também que a maioria dos estudantes havia se inscrito para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), objetivando o ingresso nesta Universidade e em programas do governo federal; poucos se inscreveram na Universidade do Estado do Pará (Uepa).

Ao longo do ano, foram oferecidas aulas de segunda a sexta, no horário das 19 às 22 horas; sendo ofertadas duas disciplinas a cada dia de aula. As disciplinas ofertadas regularmente foram: língua portuguesa, literatura, redação, matemática, física, química, biologia, história, filosofia, geografia, sociologia. A maior parte dessas disciplinas foram ofertadas por mais de um professor. Além das aulas regulares, foram ofertadas a partir do mês de setembro aulas nos sábados à tarde.

MATERIAL E MÉTODOS

O Cursinho Popular Emancipa tem como público alvo adolescentes, jovens e adultos da periferia de Santarém que por diversos motivos (trabalho, situação financeira, baixa qualidade do ensino básico) tem dificuldades no acesso ao nível superior.

As aulas foram ministradas de segunda a sexta, das 19:00 horas às 22:00h, na Sala 326 do *Campus Amazônia* da Ufopa, algumas atividades foram realizadas aos sábados à tarde, no mesmo local. As aulas foram proferidas por acadêmicos, egressos e professores ligados a Universidade Federal do Oeste do Pará. Os conteúdos das aulas foram voltados para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal forma de ingresso à universidade na região. As aulas oferecidas foram das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Matemática, História, Geografia, Biologia, Física, Química, Filosofia e Sociologia.

A metodologia desenvolvida durante as aulas e todas as outras atividades foram adequadas à proposta a que se habilitam e ficaram a cargo dos professores e da coordenação do cursinho. Entre as metodologias utilizadas estiveram: aulas expositivas, leitura e interpretação de textos, resolução de exercícios, discussões temáticas, exibição de filmes e documentários, acompanhamento individual na realização de atividades. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco e pincel, projetor multimídia, caixa de som.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inscreveram-se 155 (cento e cinquenta e cinco) pessoas no processo de seleção para a turma de 2015 do Cursinho Popular Emancipa. Os mesmos tiveram suas fichas e documentação analisadas através de critérios socioeconômicos (estudantes de escola pública, renda familiar, número de pessoas na família).

A turma foi formada com 80 (oitenta) alunos segundo os critérios estabelecidos, cerca de 30 alunos foram substituídos por alunos da lista de espera, devido a desistências. A turma de 2014 era formada por cerca de 70 (setenta) alunos, que seguiram os mesmos critérios de seleção.

Participaram do projeto ativamente 1 (um) professor coordenador; 4 (quatro) estudantes de graduação na coordenação das atividades do projeto, sendo um bolsista e três voluntárias; 7 (sete) estudantes de graduação voluntários que ministraram aulas no projeto; 10 (dez) professores voluntários que ministraram aulas no projeto; além de colaboradores esporádicos. Entre os alunos inscritos na turma de 2014 do Cursinho Emancipa, foram aprovados no Processo Seletivo Regular da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa): 2 (dois) estudantes no Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA), 2 (dois) estudantes no Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef), 2 (dois) estudantes no Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), 2 (dois) estudantes no Instituto de Ciências da Educação (Iced) e 2 (dois)

estudantes no Instituto de Engenharia e Geociências (leg). Durante os anos de 2014 e 2015 foram realizadas diversas atividades ao longo do ano, das quais participaram alunos e não-alunos do Cursinho.

As aulas encerraram-se no dia 23 de outubro de 2015, devido as provas do Exame Nacional do Ensino Médio ocorrerem nos dias 24 e 25 de outubro de 2015.

Conforme Horodyski-Matsushigue e Helene apud Arelo et al. (2012), a universidade tem um papel histórico na formação de uma nação, pois é nela “o local da reflexão sobre problemas, buscando sua solução; da discussão de ideias, visando a um possível consenso; da criação do *novo*; do resguardo *crítico* do conhecimento acumulado, colocando-o à disposição da formação de novas gerações; do investimento em ciência e cultura, além de várias outras funções”. Portanto, se a universidade é onde a sociedade é colocada em questão, esta deve participar ativamente da construção daquela, ocupando-a e tornando-a mais próxima de sua realidade. No entanto, percebe-se que o acesso a este espaço ainda é muito restrito, principalmente as classes mais baixas.

Dessa forma, é fundamental a existência de mecanismos que possam auxiliar a entrada das populações mais vulneráveis na universidade e, mais que isso, possibilitar a existência de espaços de discussão sobre o papel da universidade na sociedade que ela está inserida. O Cursinho Popular Emancipa configura-se como uma possibilidade de cumprir o objetivo acima, visto que atende a um público econômica e socialmente vulnerável que, em geral, não teve acesso a uma educação escolar de qualidade e não dispõe de recursos financeiros para cursar um preparatório pago; bem como se propõe a realizar com seus alunos atividades de discussão sobre problemas que envolvem a universidade e a sociedade, principalmente a juventude. A exemplo disso, foram realizados seminários sobre redução da maioridade penal e criminalização da juventude; rodas de conversa na praça sobre educação pública, acesso e permanência na universidade; “aulões” sobre meio ambiente e questão hídrica, entre outras atividades envolvendo participantes do projeto, estudantes de graduação e de ensino médio, além de militantes de movimentos sociais.

CONCLUSÕES

Considerando que a Universidade deve sustentar-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, é fundamental que este último esteja voltado para atender a comunidade que mais tem dificuldade de acesso ao ensino superior, trazendo-a para dentro dos muros da universidade. Dessa forma, conclui-se que o Projeto Emancipa é de fundamental importância, na medida em que oportuniza o acesso de jovens à universidade, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que, em geral, tem maior probabilidade de não ingressar na universidade pública, devido ao pouco acesso a uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

A Rede Emancipa de Educação Popular; a Universidade Federal do Oeste do Pará, através da Pró-Reitoria de Cultura Comunidade e Extensão; ao professor coordenador deste projeto Everaldo Portela; a todos os professores e colaboradores voluntários deste projeto.

REFERÊNCIAS

ARELALO, L. G.; FRANCA, G. C.; MENDES, M. T. **Às portas da universidade**: alternativas de acesso ao ensino superior. São Paulo: Xamã, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20.12.1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

COMPARATO, F. K. O princípio da igualdade e a escola. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIBEIRO, R.; SILVA, H. M. G. da. O acesso à universidade pública no Brasil e a questão social: uma análise dos dados do relatório do vestibular da universidade estadual paulista Julio Mesquita Filho – UNESP. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 7, n. 3, p. 170- 183, 2012.

DIREITOS COLETIVOS E CONHECIMENTO TRADICIONAL: A INFLUÊNCIA DOS SABERES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE CURUMÚ EM ÓBIDOS/PA

Thais Soares Mendes¹; Raimundo Valdomiro de Sousa²; Lucas Figueira Silva³.

¹Estudante do Curso de Direito- ICS - Ufopa; E-mail: thaissoares589@gmail.com;

²Docente - CFI – Ufopa; E-mail: valdosousa@superig.com;

³Estudante do Curso de Direito - ICS – Ufopa; E-mail: lucasfigueira2010@hotmail.com.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar os métodos e resultados obtidos no plano de trabalho “Pequenos agricultores, direitos coletivos e construção de identidade na Comunidade Vila Curumu, em Óbidos/PA”, realizados por meio de pesquisas voltadas ao ensino e a extensão. Desta feita, as atividades foram proporcionadas a fim de levar aos trabalhadores participantes do projeto a compreensão teórica sobre questões voltadas para relação entre Direito e povos e comunidades tradicionais, bem como, a realização de ações extensionistas com os comunitários convidados a comparecer em palestras e eventos educativos, nos quais foram estimulados a expressar-se através de debates e exposição de conhecimentos adquiridos ao longo da execução do projeto, de modo a construir um aprendizado coletivo.

Palavras-chave: comunidade Curumu; direitos sociais; povos tradicionais.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Direito é reflexo da sociedade em que vivemos. Por sua vez, a sociedade atual é reflexo de um amadurecimento de conhecimentos, tradições e histórias. Desse modo, se voltarmos o olhar ao simples e tradicional, iremos enxergar a riqueza de perspectivas que se envolvem e se confundem com o Direito atual. De acordo com a Constituição Federal, Povos e Comunidades Tradicionais são aqueles grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuindo formas diferenciadas de vida, de organização e de utilização da terra.

Nesse diapasão, segundo Paulino e Silva (2013), a Comunidade Vila Curumu, alvo principal das ações extensionistas, localiza-se às margens do Lago Curumu, lado oeste da cidade de Óbidos, contando com aproximadamente 2.000 habitantes. Sua formação se deu por volta na década de 70, no cenário de uma grande enchente ocorrida no rio Amazonas, surgindo como lugar de abrigo dos ribeirinhos atingidos pela enchente. Após a realização de um trabalho de mapeamento topográfico naquela região, foi realizado um plebiscito organizado pelos moradores Otávio Alho, Raimundo Teodoro de Oliveira e outros, para a escolha da denominação do povoado, e daí foi escolhido o termo Vila Curumu.

A vila destaca-se no cenário regional por seus festejos, principalmente o Festival do Tucunaré, realizado às margens do Lago Curumu. Nesse sentido, vê-se que a Vila Curumu possui as características de comunidade tradicional. Partindo desse pressuposto, o plano de trabalho “Pequenos agricultores, direitos coletivos e construção de identidade na Comunidade Vila Curumu, em Óbidos/PA” objetivou promover o conhecimento dos direitos referentes aos povos tradicionais, de modo a integrar o conhecimento jurídico e o conhecimento local. Assim, as pesquisas foram realizadas com os pequenos agricultores da Vila, buscando alcançar a descoberta de informação sobre o nível de conhecimento desses trabalhadores sobre essa condição de vida, e, numa visão mais ampla, sobre os direitos que asseguram a identidade, proteção e sustentabilidade dos povos tradicionais.

MATERIAL E MÉTODOS

De modo geral, o plano de trabalho auferiu o grau de conhecimento dos pequenos agricultores da Comunidade Curumu sobre direitos dos povos tradicionais, promovendo ainda a difusão de tais garantias. Visou-se também esclarecer questões acerca da área temática, bem como, abranger o Decreto Lei 6.040/2007, que dispõe sobre a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

Os trabalhos foram realizados através de entrevistas e rodas de conversas com os comunitários, de forma a ter uma primeira visão do conhecimento tradicional dos agricultores, da sua forma de vida, de trabalho e sua religião.

Há também um período de aprofundamento teórico, onde foram feitas leituras de textos e artigos indicados pelo Orientador do projeto, de modo a aumentar o nosso conhecimento sobre a área temática.

Assim, num segundo momento, foram promovidas ações de extensão, com palestras e rodas de debate buscando a inclusão da Comunidade e difusão de conhecimentos de direitos fundamentais, ambientais e direitos de povos e comunidades tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material coletado com os moradores descreve sua forma de trabalho, de preparação da terra, preparação da farinha, assim como as dificuldades encontradas na comunidade. Descreve ainda, sobre o conhecimento referente a direitos coletivos, cuidados com o meio ambiente, sobre a própria comunidade, opiniões pessoais acerca do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua atuação. Há também opiniões sobre as diversas religiões existentes e opiniões políticas.



Figura 1 - Realização de entrevista.
Fonte: câmera pessoal, Thais Mendes.

Os trabalhos de extensão foram realizados de forma simples, junto aos moradores de Curumu. Uma apresentação de slide ilustrou a exposição dos resultados, bem como uma palestra ministrada pelo orientador do projeto, Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa.



Figura 2 - Finalização da atividade de extensão

Fonte: câmera pessoal, Thais Mendes.

Foram explicados os materiais, métodos, momentos da pesquisa e os resultados obtidos ao longo do plano de trabalho, abrangendo, ainda, conceitos de direitos coletivos, de direitos fundamentais, bem como, esclarecimentos referentes à “Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

Como resultado mais expressivo dessa jornada de trabalho, temos a percepção de que os moradores de Curumu não possuem conhecimento sobre seu status de “Comunidade Tradicional”, contudo, encaixam-se perfeitamente nos perfis relatados pelo Decreto Lei 6.040/07. Durante a conversa, no momento de extensão, os moradores locais atentaram-se ao fato de que são uma comunidade tradicional, concordando, inclusive, com os perfis e conceitos repassados durante a explanação do trabalho. Percebe-se ainda que a tradição e os costumes transmitidos de geração a geração preponderam em Curumu, de modo que tais conhecimentos constroem a identidade do povo local. Ademais, o repasse de conhecimentos locais, aclarados em âmbito jurídico, motivou os moradores a buscarem o efetivo cumprimento de seus direitos. Ao final das atividades, foram distribuídas cartilhas contendo o inteiro teor do Decreto-Lei 6.040/2007, que institui a “Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais”, bem como explicações simples acerca de direitos fundamentais e coletivos.

CONCLUSÕES

A principal contribuição desse período de pesquisa e extensão reside no antagonismo entre conhecimentos simples e costumeiros, frente à percepção da influência de conceitos de Direito que rodeiam a comunidade, seja no momento do plantio, da organização social ou na prática religiosa. A forma como os moradores se identificam como comunidade tradicional, respeitando os modos de vida e cuidados com a terra e o lago, constitui a identidade de Curumu, demonstrando que, mesmo não sabendo da existência de garantias constitucionais que asseguram essa forma de vida, eles a respeitam, pois, a tradição e a cultura se mostram fortes e anteriores a qualquer forma de organização estatal.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador do projeto, Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa, por me guiar nessa jornada de estudos. A Proce, por ter fornecido auxílios e meios necessários às viagens para a Comunidade, e a Comunidade Curumu, por ter nos acolhido de forma tão simpática, colaborando com as pesquisas.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, D. de P.; SILVA, K. S. da. O Direito ante os povos e comunidades tradicionais: uma visão antropológica da Constituição Federal Brasileira. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3513, 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23667>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PAULINO, I. R, SILVA, S. M. S. **Programa de Extensão Cultural, Identidade e Memória na Amazônia**. Santarém, UFOPA, 2013.

QUEIROZ, M. I. F. de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. Tempo Social – **Revista Sociologia da USP**. São Paulo, 1989.

RODRIGUES, L. R.; GUIMARÃES, F. F. F; COSTA, J. B. de A. Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. In: **2ª Conferência do Desenvolvimento**, 2., 2011, Brasília. *Resumos...* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 12, 2011.

DISSENSO TEÓRICO E EMPÍRICO NOS ESTUDOS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CRIMINALIDADE

Brena do Nascimento Carvalho¹; Jarsen Luís Castro Guimarães²; Andrezza Alves Pires ³; Abner Vilhena de Carvalho⁴; Tarcísio da Costa Lobato ⁵

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas - ICS - Ufopa; E-mail: brenanc16@gmail.com;

²Docente do Curso de Ciências Econômicas - ICS - Ufopa. E-mail:jarsen@bol.com;

³Estudante do Curso de Ciências Econômicas - ICS - Ufopa; E-mail: andrezzaalves68@gmail.com;

⁴Docente do Curso de Ciências Econômicas – ICS - Ufopa. Email: abnervilhena@hotmail.com;

⁵Docente do Curso de Ciências Econômicas - ICS – Ufopa. E-mail: tarcisiolobato@yahoo.com.br

RESUMO: Atualmente, diversas teorias são apresentadas para explicar a relação entre indicadores de crescimento/desenvolvimento socioeconômico e criminalidade, porém, há dissensões entre os diversos conceitos, definições e teorias a respeito da relação entre criminalidade e desenvolvimento. Nas estatísticas públicas, as definições e sua aplicabilidade também enfrentam controvérsias empíricas. Partindo de uma revisão bibliográfica, sobretudo nas principais literaturas de âmbito nacional, buscou-se verificar o dissenso teórico e empírico da relação entre tais indicadores. Optou-se pela divisão em dois grupos teóricos onde: a) o primeiro consiste na relação inversa entre os indicadores de crescimento/desenvolvimento e criminalidade e; b) o segundo baseia-se na relação direta entre os indicadores. Conclui-se, de forma geral, que apesar de divergentes na relação entre os indicadores, ambas convergem na questão do forte impacto da variável renda sobre a ação dos criminosos, além de que as duas vertentes teóricas concordam que o crescimento econômico por si só não é condição suficiente para a diminuição da criminalidade.

Palavras-chave: Crescimento; Desenvolvimento; Criminalidade; Indicadores; Dissenso

INTRODUÇÃO

O fenômeno onipresente e multifacetado da criminalidade está atrelado nos diversos campos: social, político e econômico. Na literatura atual, encontram-se diversos conceitos, definições e teorias a respeito da relação entre criminalidade e desenvolvimento e, na relação empírica, as definições teóricas também enfrentam controvérsias em sua aplicabilidade baseadas em estatísticas públicas.

Foi a partir de 1990, com as contribuições de Becker (1992) sobre o comportamento e interação humana, que surgiram as primeiras abordagens da relação entre os indicadores de crescimento/desenvolvimento e criminalidade. Partindo dessa perspectiva, pesquisadores de diversas áreas analisaram as relações entre os indicadores de criminalidade e desenvolvimento socioeconômico, o que resultou em contradições teóricas e empíricas entre eles.

Observa-se que esses contrassensos podem ser divididos em duas correntes teóricas: a primeira consiste na existência de uma relação direta entre os indicadores de crescimento/desenvolvimento e criminalidade, ou seja, os índices socioeconômicos crescem acompanhados da criminalidade. E a segunda consiste na existência de uma relação inversa entre os indicadores, à medida que os índices de criminalidade aumentam os índices socioeconômicos diminuem.

Apresentar de forma concisa a relação entre crescimento/desenvolvimento e criminalidade é de extrema relevância para o meio acadêmico e sociedade em geral, visto que o Brasil apresenta altos índices de criminalidade violenta e não violenta e questiona-se as influências que as atividades econômicas e sociais geram no aumento ou redução desse fenômeno, deste modo procura-se ampliar a compreensão da criminalidade e suas causas.

Desta forma, parte-se de uma revisão bibliográfica, com o intuito de reunir de forma sucinta os principais destaques sobre a relação existente entre os indicadores de crescimento/desenvolvimento socioeconômico e de criminalidade. A finalidade de um levantamento bibliográfico sobre as principais correntes econômicas do crime é a de compreender o fenômeno crime em seu todo, para que

posteriormente se possa discutir e repassar para a sociedade em forma de palestras, oficinas, dentre outros meios, a existência de diversos fatores que explicam os aumentos ou diminuições dos índices de criminalidade.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi elaborado por meio de revisão de literatura com o intuito de reunir de forma sucinta os principais destaques sobre a relação entre os indicadores de crescimento/desenvolvimento socioeconômico e de criminalidade. Observando as dissensões teóricas e empíricas a respeito desses destaques, optou-se pela separação entre duas correntes teóricas com a finalidade de analisar os contrassensos e relações existentes entre elas. O método adotado no presente trabalho justifica-se pelo fato de ser uma das etapas iniciais proposta no plano de trabalho de extensão *“Integração entre teoria e prática nas ciências sociais: estudo dos fatores econômicos e sociais que influenciam a criminalidade na região Oeste do Pará”*, que propõe inicialmente uma leitura dos principais autores que abordam a temática crime e fatores socioeconômicos, para que se possa compreender e expandir as discussões para a sociedade em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A corrente que defende uma relação inversa entre crescimento/desenvolvimento e criminalidade, fundamenta-se em Gary Back (1992). Os cientistas sociais desta corrente analisando a influência que a desigualdade social, a demografia, as atividades econômicas, sociais e o tamanho das cidades exercem sobre o fenômeno da criminalidade, inferiram em suas pesquisas que não é somente o desenvolvimento que influencia a criminalidade, mas também a insatisfação do indivíduo. Observaram os papéis da desigualdade de renda e da pobreza como fatores que potencializam a criminalidade e também demonstram que o crescimento econômico não provoca necessariamente um aumento da criminalidade. Em relação ao tamanho das cidades, verificaram que as cidades que apresentam os maiores índices de crime são as geograficamente próximas. Desta forma, conclui-se que elas se inter-relacionam e influenciam-se reciprocamente. Em suas análises, a variável urbanização (URB) mostrou-se positivamente correlacionada com as três modalidades de crimes analisadas (crime contra o patrimônio, roubo e furto), indicando que o grau de urbanização também contribui para o aumento nos índices de criminalidade.

A corrente defensora da relação direta entre crescimento/desenvolvimento e criminalidade baseia-se essencialmente em evidenciar os motivos racionais para realização de crimes, que são abordados pela vertente da Economia do Crime. Os pensadores desta corrente destacam que o crescimento econômico é fator preponderante na ampliação de crimes contra o patrimônio, visto que, o agente que comete crimes contra o patrimônio age de forma racional, pois observa baixos custos em relação às oportunidades e os retornos chegam num curto período de tempo sem necessidade de grandes investimentos. Analisaram, por meio de técnicas estatísticas, a existência de associação entre as taxas de crime e as variáveis socioeconômicas e concluíram, por meio de suas análises, a existência de uma relação direta entre criminalidade e desenvolvimento. Conforme os autores, a melhora nos indicadores de desenvolvimento é acompanhada pelo crescimento da criminalidade, sobretudo, nos centros urbanos. Essa vertente teórica ressalta que quanto maior a renda em circulação na economia maior a incidência de crimes contra o patrimônio.

CONCLUSÕES

O escopo deste trabalho foi apresentar as várias teorias que discutem a temática crime e desenvolvimento socioeconômico, especificamente duas correntes teóricas, onde as mesmas, utilizaram-se das proxy renda *per capita*, IDH, pobreza, desigualdade, homicídios, roubo e furto, para relacionar crescimento/desenvolvimento e criminalidade.

Conclui-se que, apesar de divergentes em alguns pontos, elas convergem na questão do forte impacto da variável renda sobre a ação dos criminosos. Não significa, porém, que as outras variáveis não sejam válidas para explicar o ato criminoso. Na primeira abordagem teórica, constatou-se que o crescimento deve ser acompanhado do desenvolvimento para reduzir os índices de criminalidade.

Entretanto, no segundo grupo, verificou-se que o crescimento econômico é acompanhado pelo aumento dos índices de criminalidade. Diante dos resultados obtidos, observa-se que nada impede a

existência de outras correntes teóricas que expliquem a relação crescimento/desenvolvimento e crime, abrindo um leque de pesquisa sobre essa temática, e, posteriormente promover discussões no âmbito social, por meio de palestras, para instruir a sociedade como o crescimento/desenvolvimento pode afetar ou não o aumento da criminalidade.

REFERÊNCIAS

BEATO, C. C., REIS, I. A. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BECKER, G. S. Crime and Punishment: an economic approach. In: BECKER, Gary S.; LANDES, William M. (Eds.) *Essays in the Economics of crime and Punishment*. [S.l.]: **National of Economic Research**, 1974. p. 1-54. Disponível em: < <http://www.nber.org/chapters/c3625.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2015.

BRUNET, J. F. G. et al. Ensaio para Fatores Preditivos da Violência na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 2, edição 3, 2008.

CAIRES, F. O.; CHAVES, C. M. Oliveira. Economia do crime: uma análise econômica das variáveis que levam um indivíduo a optar pelo crime. In: **Anais do XII Semana de Economia da UESB**, 2013.

CRUZ, F. V.; ARAÚJO, A. F. V. Análise da Criminalidade em Palmas-TO: Uma Abordagem Econométrica da Violência Urbana. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p. 170-185, 2012.

GRINGS, M; BAÇO, F. B; MELLO G. R. Análise socioeconômica da criminalidade no estado do Paraná. In: **III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**, Francisco Beltrão, 2014.

HARTWIG, R. Z.. **Uma análise dos determinantes da criminalidade na Região Sul do RS**. Pelotas, 2010.

KLEINSCHMITT, S. C.; LIMA, J. F. de; WADI, Y. M. Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? **Interseções**, Rio de Janeiro v. 13 n. 1, p. 65-90, jun. 2011.

MENDOÇA, M. J. C; LOUREIRO, P. R. A; SACHIDA, A. **Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, C. A. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da economia do crime. In: **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia**, Rio de Janeiro, 2005.

SHIKIDA, P. F.A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça**, n. 5, 2008.

ENSINO DE PROGRAMAÇÃO NA EXTENSÃO: UTILIZAÇÃO DO ARDUINO COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ACADÊMICOS E ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA

Elany Marinho Branches Farias¹; Enoque Calvino Melo Alves²;

¹Estudante do Curso de Ciência da Computação - leg - Ufopa; E-mail: elany7@gmail.com,

²Docente do leg - Ufopa. E-mail: enoque@gmail.com;

RESUMO: A fim de contribuir para o desenvolvimento do raciocínio lógico e estimular a criatividade e o aprendizado nos acadêmicos e alunos de ensino médio, o Programa de Extensão "Mídias Eletrônicas", tem como objetivo, apresentar de maneira lúdica conteúdos de programação de computadores utilizando ferramentas de fácil abstração, entendimento e aplicação. Diante desta perspectiva, o projeto promove oficinas para alunos do Instituto de Engenharia e Geociências (Ieg) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) com o intuito de melhorar o desempenho destes no primeiro contato que tem com conceitos de algoritmos na disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC) e para alunos de ensino médio de escola pública que tem por objetivo incentivá-los a um futuro egresso na área da Computação. O presente resumo expandido relata a utilização da placa Arduino, como ferramenta de apoio no ensino e desenvolvimento de protótipos.

Palavra-chave: computação; ensino; ferramentas; programação

INTRODUÇÃO

É de conhecimento que a tecnologia permeia a sociedade no dia a dia e se desenvolve cada vez mais. Dessa forma, aumentando a demanda por profissionais que estejam habilitados para atuar na área da computação. Sabendo que a base da computação é pautada na programação de computadores, ainda há uma grande deficiência tanto no número de alunos ingressantes na área como o número de alunos que finalizam o curso.

Dentre os vários motivos tem-se: os métodos de ensino pouco produtivos aplicados em sala de aula dificultando no entendimento de conceitos básicos, a baixa capacidade de resolução de problemas, a falta de motivação na execução de tarefas, a difícil abstração do conteúdo além de incluir o uso de ferramentas não adaptadas pedagogicamente (BINI e KOSCIANSKI, 2000).

Diante desta perspectiva, o projeto busca por ferramentas lúdicas que possam contribuir para uma melhor absorção e entendimento na hora de aprender os conceitos básicos de programação. Uma das ferramentas utilizadas pelo projeto é a placa Arduino, que consiste numa placa simples com portas de entrada e saída tanto digitais quanto analógicas, controladas por um microcontrolador que permite o desenvolvimento de sistemas interativos que percebem a realidade e retorna ações físicas programadas. Ou seja, trata-se de uma ferramenta que tem a capacidade de interagir com o ambiente por meio de hardware e software (MCROBERTS, 2012).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia abordada nas oficinas segue os métodos da Aprendizagem baseada em projetos, ou seja, emprega uma didática prática em que os alunos são deparados com o desafio de aplicar o conhecimento recém-adquirido em exemplos mais sólidos.

As oficinas de Arduino propostas tornam possível a aplicação de vários conceitos tanto computacionais quanto de eletrônica. Foram elaboradas para possibilitar que qualquer pessoa que não tenha conhecimento prévio em nenhuma das áreas mencionadas, tenha facilidade em compreender os conceitos e conseguir acompanhar.

As oficinas no ensino médio visam incentivar o interesse dos alunos para as áreas da computação, além de expandir o conhecimento sobre o uso do computador, deixando de serem usuários para torná-los desenvolvedores. As atividades tiveram início com uma reunião prévia com a direção da

escola para firmar parceria. As aulas aconteceram no laboratório de informática da escola no contra turno dos alunos.

Do mesmo modo, as oficinas com os acadêmicos têm como público alvo os alunos que estão fazendo a disciplina de Introdução à Ciência da Computação (ICC) no Instituto de Engenharia e Geociências (Ieg). Além de objetivar o estímulo ao raciocínio lógico, criatividade e o trabalho em equipe, as oficinas ajudam na obtenção de nota extra na disciplina e aplicação na prática do que é aprendido em sala de aula para uma melhor contextualização. O processo para a realização da oficina na universidade possui quatro etapas.

Na primeira etapa foi realizada a divulgação e convite aos alunos para participarem do workshop de apresentação da ferramenta e explicação de como seria executado o projeto. Em seguida foi aberto o período de inscrição e depois foram selecionados quatro alunos. A segunda etapa deu-se por início da oficina com aulas introdutórias sobre a ferramenta.

As oficinas possuem a seguinte estrutura:

- Lógica de Programação;
- Estrutura e conceitos básicos de Arduino e eletrônica;
- Projeto final.

A terceira etapa foi o período para o desenvolvimento do protótipo final decidido em conjunto e planejado de acordo com o tempo disponível e materiais acessíveis. A quarta e última etapa foi a apresentação no Seminário de Computação Aplicada organizado pelo projeto para socialização com outros discentes, exposição dos resultados e momento para relatar as lições aprendidas além de serem avaliados pelos professores responsáveis pela disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto desenvolvido e apresentado pelos acadêmicos foi o protótipo de uma estufa automatizada que utilizou como componentes eletrônicos: sensores de chuva, umidade, temperatura e motores. O protótipo ainda contou com uma estrutura de materiais reutilizados como compensado e pedaços de madeira. A partir da observação, foi possível notar que as dificuldades que foram surgindo à medida que eles avançavam no desenvolvimento do protótipo, foram resolvidas perante decisões em equipe.

As atividades com os alunos do ensino médio ainda estão acontecendo devido ao atraso no cronograma como consequência da greve dos professores das escolas públicas. As aulas acontecem duas vezes na semana e tem a duração de duas horas cada aula. A turma é composta por dezoito alunos entre o 1º e 2º ano do Ensino Médio. E pretende-se encerrar no final do mês de novembro com a apresentação dos protótipos desenvolvidos pelas equipes.

É importante salientar que o principal resultado obtido nas oficinas tem como foco, não apenas o projeto final em si, mas o processo de desenvolvimento, buscando por entender o funcionamento, lidar com as dificuldades do projeto e das decisões de se trabalhar em equipe. Na equipe formada por alunos do Ieg, de maneira geral, o resultado obtido foi satisfatório, pois ocasionaram na motivação, produtividade e compreensão dos fundamentos teóricos repassados na disciplina de ICC.

Além disso, o Projeto Mídias Eletrônicas organizou a I Semana de Tecnologias Educacionais que visa divulgar o uso de tecnologias na educação como forma de incentivar o aluno a entender e utilizar a tecnologia para a resolução de problemas. E está sempre ofertando minicursos de introdução ao Arduino para a comunidade acadêmica em eventos da Universidade, como por exemplo, na II Semana de Ciência e Tecnologia.

Diante disso, os projetos de extensão têm por objetivo transmitir o conhecimento que é adquirido por meio de pesquisas seguindo a linha educacional, para a comunidade em geral. Fazendo com que assim, aconteça a interação entre a instituição e a sociedade, ocorrendo através da troca de experiências e o incentivo do desenvolvimento de novos métodos nos processos de ensino-aprendizagem praticados no dia-a-dia (FARIAS et al., 2014).

Após uma breve pesquisa na literatura, encontram-se diversos trabalhos que objetivam achar métodos alternativos para tornar o ensino e a aprendizagem de conceitos iniciais de programação mais atraentes aos alunos, mudando a visão de que programar trata-se apenas de escrever linhas de códigos.

CONCLUSÕES

Diante das experiências do projeto, é possível afirmar que toda a utilização de ferramentas que possuem uma abordagem diferente para ensinar programação, torna-se válida em comparação com os métodos tradicionais utilizados em sala de aula. Estimulando o raciocínio lógico e a forma de pensar na resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

BINI, E. M; KOSCIANSKI, A. O ensino de programação de computador em um ambiente criativo e motivador. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência**, Florianópolis, 2000.

FARIAS, E. M. B; PILLETTI, C. P; NETTO, P. L; ALVES, E. C. M. **A importância dos Programas de Extensão no Ensino e Prática de Programação e Desenvolvimento de Protótipos**. 3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação, Dourados/MS, 2014.

MCROBERTS, M. **Arduino Básico**. São Paulo: Novatec Editora LTDA, 2012.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SANTARÉM-PA

Ana Karla de Melo Silva¹; Lindon Johnson Pontes Portela²; Luana Miranda Mota³; Paula Cristina Galdino de Oliveira⁴

Estudante do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: kah_f5@hotmail.com, Estudante do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: lindon.johnson.narutero@gmail.com, Estudante do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: luana_235@hotmail.com,² Docente nos Cursos de Letras e de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: paula.oliveyra@gmail.com.

RESUMO

A leitura é um instrumento essencial para a apropriação de conhecimentos, pois ela amplia o vocabulário e ajuda no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, permitindo que o leitor entre em contato com diferentes mundos, ideias e experiências. Nos dias atuais, é imprescindível que se tenha domínio da leitura e da escrita. A escola tem papel fundamental na formação de alunos para que desempenhem o hábito de ler e escrever de modo ativo, crítico e reflexivo, e não apenas como uma prática formalista e mecânica. Assim, realizou-se, com os alunos do 4º ano da Escola Rosineide Fonseca Vieira, uma atividade denominada "A surpresa", com os objetivos de desenvolver estratégias de leitura para compreensão de textos, estimular a escrita, refletir a relação grafema-fonema, ampliar o vocabulário e compreender o uso de pronomes dentro do texto. A metodologia consistiu num conjunto de fases em que houve atividades diagnósticas, planejamento e realização de atividades de intervenção. A atividade de intervenção proporcionou aos alunos um momento e forma de leitura diferentes, onde se pode perceber as características e objetivos de um texto. Os resultados apontam, a partir das análises realizadas durante a aula e das produções individuais dos alunos, que a turma desenvolveu com êxito as atividades propostas, cumprindo com os objetivos, produzindo seus escritos a partir da leitura e sentiram-se estimulados a conhecer novos livros e suas particularidades.

Palavras-chave: leitura; escrita; subprojeto de Pedagogia Pibid/Ceuls Ulbra

INTRODUÇÃO

Atualmente, exige-se o domínio da leitura e da escrita como pilares na vida educacional e também em outros âmbitos da sociedade. Sendo a escola um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, esta deve proporcionar atividades que estimulem no educando capacidades de pensar, refletir e compreender textos. Segundo Silva e Fontana (2013), a leitura é essencial para a vida do ser humano e a escola tem uma importância fundamental no desenvolvimento do hábito de ler dos alunos, de forma em que ela seja trabalhada não só como um meio de adquirir informação, mas também na formação de leitores competentes, críticos, capazes de considerar diferentes perspectivas e produzir textos eficazes.

Conforme os PCNs (1998), o trabalho com a leitura tem como objetivos a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes surge a partir da prática da leitura.

Deste modo, a escola precisa oferecer condições para que os alunos construam aprendizagens na leitura e no domínio da escrita, além de conquistar o educando de forma prazerosa, para que ele desenvolva o hábito de ler. Assim, a partir do resultado de uma diagnose, acompanhamento e análise dos alunos do 4º ano da Escola Rosineide Fonseca Vieira em Santarém-PA, verificou-se a necessidade de realizar uma atividade com o objetivo de desenvolver estratégias de leitura e escrita, pois, conforme Solé (2007, p. 67), o "... papel do professor é ensinar estratégias para a compreensão do texto". Estas estratégias visaram desenvolver a compreensão do texto, seus objetivos, exploração do vocabulário e relato escrito e oral, conforme suas impressões.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia consistiu numa intervenção com duas etapas: fase de diagnóstico, com observação e aplicação de atividades diagnósticas, as quais apontaram a necessidade de fortalecer o trabalho de leitura e escrita; e intervenção, com aplicação de aulas e projetos, enfatizando-se aqui a realização de uma aula sobre as estratégias de leitura.

A atividade foi realizada em uma aula com alunos do 4º ano da Escola Rosineide Fonseca Vieira em Santarém-PA. A história utilizada foi a “A surpresa”, do livro “As aventuras de um micróbio amarelinho”, de Henrique Felix.

Iniciou-se com a apresentação do livro e da história, exposição dos objetivos da atividade e leitura, ações importantes no ato de ler, como descrevem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 53):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita.

Em seguida, realizou-se a leitura da história com palitoches, que é um recurso de teatro, feito de palitos com imagens que representam os personagens da história. Ao final da contação, houve compreensão conjunta do texto (Figura 1).

Figura 1 - Texto para a leitura.

A surpresa

O truque deu certo. Ou será que foi remédio?
Ah, deixa pra lá! A verdade é que, no dia seguinte, o moleque amareceu melhor.

Sua mãe, entretanto, não o deixou sair, e ele não foi à escola. A tarde, porém, sua impaciência começou a crescer, e ele não via a hora de sair de casa.

- Acho que estou bom - pensou. - Vou jogar bola, isso sim!
Aproveitou a chance - sua mãe tinha ido fazer compras - e fugiu pelo quintal. Mas o jogo não foi bom. O lance mais emocionante mesmo aconteceu dentro do ouvido. O micróbio estava lá, pensativo, quando o fato mais inesperado do mundo aconteceu.

De repente, não mais que de repente, apareceu alguém no ouvido.
Não era uma voz.
Não era uma palavra, nem uma frase.
Era o...

- Grãozinho de pó! - exclamou o micróbio, entusiasmado.
- Micróbio, é você?! - gritou o grãozinho de pó.

Os dois se abraçaram. Há muito tempo não se viam, e tinham muito que conversar. O micróbio contou sua história, suas peripécias dentro do ouvido, as coisas diferentes que aconteciam por lá. O grãozinho de pó, por sua vez, disse que havia perambulado por todo o caminho, à procura do amigo, mas que havia perdido as esperanças de reencontrá-lo. Foi por uma sorte que pagou uma corrente de ar e veio parar dentro do ouvido.



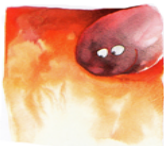
Os dois amigos estavam conversando, bem animados, quando a voz da mãe interrompeu o jogo e chamou o menino de volta para casa. Desta vez, quem ficou espantado de ver estas palavras dentro do ouvido foi o grãozinho de pó.

Mais espantado ainda ele e o micróbio amarelinho ficaram quando a mãe resolveu dar um puxão de orelha na orelha do moleque.

- Vem pra casa menino!
Que sensação horrível!
Dentro do ouvido tudo se esticou.
O micróbio ficou mais comprido.
O grãozinho de pó pensava que fosse estourar!
Tudo foi ao máximo.
Como um elástico!

- Ai! - gritou o moleque.
- Menino, você está doente! Veja só como sua garganta está inflamada! Hoje o otorrinolaringologista vem te visitar!
- Oto o quê?
- Otorrinolaringologista.
Ao ver uma palavra daquele tamanho entrando no ouvido do menino, o grãozinho de pó gritou desesperado:
- O céu! Meu amigo micróbio, como você consegue viver num lugar tão maluco assim?

(Henrique Félix)



Para exploração do vocabulário, a turma foi organizada em grupos e distribuíram-se palavras do texto para explorar relação grafema-fonema (recurso: alfabeto móvel), momento importante para refletir sobre o funcionamento do sistema de escrita, conhecimento necessário para se ler de modo autônomo, conforme defende Albuquerque (2012, p. 16): “é fundamental que compreendam o que a escrita *nota* (ou “representa”, “grafa”) e como a escrita cria essas notações (ou “representações”)”.

Em seguida, cada grupo buscou o significado das palavras com uso do dicionário e descreveram o significado de modo escrito, construindo um novo conceito com as próprias palavras para exposição de forma oral para os outros grupos. Foi uma estratégia para se explorar a compreensão do dito, através do redizer a ideia com outras palavras. Estratégia de leitura importante na compreensão de textos (Solé, 1998).

Após a atividade em grupo, foi distribuída a história em texto impresso e atividade com resolução individual de escrita para exploração do texto/palavras (Figura 2), questões explorando os recursos linguístico-textuais (por exemplo, elementos anafóricos, visto ter-se identificado, em atividades diagnósticas, a dificuldade dos alunos em utilizar pronomes, sinônimos para retomar ideias já expressas) e produção textual individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade propiciou aos alunos um momento de leitura diferente em conhecer um texto e suas particularidades, o que fez com que eles participassem de forma espontânea e prazerosa nas atividades propostas. O trabalho em grupo mostrou que os alunos, até mesmo os mais retraídos, conseguiram desenvolver a oralidade a partir da leitura. As produções textuais, após a leitura conjunta e exploração do vocabulário, foram desenvolvidas com êxito por toda a turma, porém, com algumas dificuldades na ortografia e pontuação, as quais foram trabalhadas em atividades seguintes.

Esses resultados apontam a importância de trabalhar a leitura e a escrita dentro da sala de aula sem que sejam atividades meramente de decodificação e extração de informações da escrita, mas que estimulam os alunos a conhecerem o objeto de estudo, o texto, de forma lúdica e menos tradicional.

CONCLUSÕES

Desenvolver na escola atividades que forneçam ao aluno requisitos para que consiga interpretar o que lê e utilizar os conhecimentos adquiridos através da leitura em sala de aula e em outros âmbitos da sociedade, nos dias atuais, é de suma importância. É necessária a criação de situações para que o exercício da leitura e escrita gerem interações, reações e essencialmente conhecimento e não mais atividades sistematizadas, de decodificação do sistema de escrita.

Conclui-se que, através dessas atividades de leitura de um texto escolhido previamente pelo professor conhecedor da realidade de seus alunos, formaremos leitores proficientes que, a partir de suas experiências de vida e visão de mundo, darão sentido ao texto e serão capazes de entendê-lo para desempenhar e desenvolver um gosto pela leitura e escrita, proporcionando-os a capacidade de atender a suas diversas necessidades mediadas pela escrita nesta sociedade letrada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C. Concepções de alfabetização: o que ensinar no ciclo de alfabetização. *In*: Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

FELIX, H. **Aventuras de um micróbio amarelinho**. Ilustrador: Robson Alves de Araújo. 5. ed. – São Paulo: Formato Editorial, 1994.

SOLÉ, I. **Estratégias de Leitura**: trad. Cláudia Schilling. 6 ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SILVA, M. Â. G.; FONTANA, N. **Leitura em sala de aula**. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/texto-34-2013-leitura-em-sala-de-aula.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARTESANAL DE SANTARÉM

Polianna Canté Silva¹; Itamar Rodrigues Paulino²

¹Estudante do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional- GPDR – Universidade Federal do Oeste do Pará; E-mail: poliannacante@hotmail.com

²Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará-Centro de Formação Interdisciplinar– Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: itasophos@gmail.com.

RESUMO: Para a realização do plano de trabalho “Gestão, Empreendedorismo e Preservação do Patrimônio Cultural Artesanal de Santarém” foram realizadas pesquisas de cunho qualitativo para obter dados do estágio atual da gestão artesanal, de como agentes e agências culturais governamentais e não governamentais vinculados ao artesanato lidam com a questão da gestão, do empreendedorismo e da preservação do patrimônio cultural santareno. Os dados serviram para promover ação extensionista de capacitação para a qualificação dos gestores, considerando o empreendedorismo e preservação do Patrimônio Artesanal de Santarém. A ação considerou o planejamento estratégico para a qualificação da mão de obra especializada na produção do artesanato local e na formação de empreendedores comerciais do artesanato local. Neste sentido, as ações extensionistas se concentraram em atividades como oficinas, minicursos de formação, capacitação de gestores públicos culturais, de agentes culturais e mestres do segmento artesanal e desenvolver junto às associações de artesanato, campanhas e programas de sensibilização da comunidade local quanto ao valor e incentivo ao artesanato santareno para o melhoramento na produção artesanal local, incrementando os modos de produção, viabilizando a fruição e comercialização criativa dos produtos resultantes das atividades artesanais santarenas.

Palavras-chave: artesanato; capacitação; gestão; patrimônio;

INTRODUÇÃO

O artesanato pode ser considerado patrimônio cultural representativo visto que é manifestação das tradições de um povo. É uma atividade utilizada pelos homens para atender suas necessidades como, por exemplo, fabricação de utensílios para armazenar alimentos. Com o passar do tempo, o artesanato na Europa assume outra vertente, comercial, que inicia um pouco antes da Revolução Industrial quando o homem domina todas as etapas de produção. Assim, o Pab (2012) define artesão como toda pessoa que domina o processo produtivo e as técnicas de produção de um trabalho manual.

Com toda a industrialização ocorrida no mundo, o artesanato tem sido substituído por atividades comerciais mais sofisticadas, porém não perde a finalidade de identidade cultural. No Brasil, a diversidade cultural ocorre por conta da manifestação dos vários segmentos, entre elas o do artesanato, com suas diversas classificações setoriais, tipologias e funcionalidades encontradas resultante da grande variedade de matéria-prima natural existente no país. Para Santos (2010) esse segmento tem forte impacto na identidade cultural. Hoje, não se pode pensar em artesanato apenas como uma identidade cultural e um ensinamento repassado de gerações em gerações, mas também como uma importante fonte geradora de renda para diversas famílias.

O segmento artesanal, no que diz respeito à comercialização de produtos, vem cada vez mais ganhando espaço no mercado nacional e internacional (SLOMSKI, 2012). Assim, para que o produto artesanal tenha a qualidade necessária, com a agregação de valores resultantes disso, e possa assim ganhar espaço no mercado de produtos industrializados, sem perder seu valor cultural, é importante incentivar a sociedade a valorizar a mão de obra artesã.

Santarém, uma cidade que recebe grande fluxo de turistas, possui um potencial enorme no segmento artesanal. Segundo Lemos (2011), o artesanato tem importância para o turismo, pois produz encantamento do visitante pela região uma vez que o produto artesanal resulta de atividade cultural que apresenta em formato simbólico a identidade de um determinado povo. Neste caso, a produção do artesanato não é apenas uma atividade preservacionista da cultura local, mas também uma atividade que

divulga a identidade de um povo, e que agrega valores a produtos culturais gerando atividade econômica criativa.

Neste sentido, há que apontar a necessidade de políticas públicas que incentivam o segmento ao gerir de maneira mais qualificada suas atividades, contribuindo assim com a renda familiar e a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem desse tipo de produto cultural. A implantação de políticas públicas para as famílias que possuem o artesanato como cultura e modo de subsistência são relevantes na contribuição da melhoria da qualidade de vida. Daí a necessidade da formação, qualificação e capacitação dos agentes culturais do artesanato para que uma vez qualificados eles possam melhorar ainda mais suas atividades de gestão, empreendedorismo e preservação do Patrimônio Artesanal santareno.

MATERIAL E MÉTODOS

PRIMEIRO MOMENTO: Realizou-se pesquisas Qualitativa e Quantitativa para obter dados junto às pessoas e/ou agentes e agências culturais vinculados ao artesanato santareno, como: Secretarias de Cultura e de Turismo, associações e grupos de mestres artesãos, lojas e quiosques de venda do artesanato. A pesquisa se deu nos seguintes tópicos: estudos bibliográficos, coleta de dados por meio de questionário, reuniões junto aos artesões para conhecimento do funcionamento da gestão do segmento, consultas a dados mais atuais, estimulação à manifestação do conhecimento dos artesões em relação às leis públicas voltadas para o artesanato.

SEGUNDO MOMENTO: Análises dos dados coletados, relacionando-os com os princípios de uma gestão eficaz, debatendo avanços e desafios junto ao segmento em vista do aprimoramento do trabalho artesanal, bem como avaliar os métodos de gestão do segmento para averiguar seus resultados. Após a análise dos dados e a manifestação dos resultados, foram elaboradas atividades extensionistas que ofereciam qualificação em gestão, empreendedorismo e produção do artesanato local, conforme a demanda do segmento.

TERCEIRO MOMENTO: Ações extensionistas por meio de cursos de formação e capacitação de gestores públicos culturais do segmento artesanal, cursos e oficinas de capacitação dos agentes culturais do artesanato (mestres, artesãos, empreendedores). Os cursos foram pensados na capacitação dos agentes culturais do segmento do artesanato, apresentando que o artesanato não é somente uma expressão da cultura, mas é uma forma de geração de emprego e renda, carecendo assim de incentivo à constituição de estratégias para agregação de valores aos produtos artesanais santarenos. Portanto, a capacitação implicaria a melhoria das técnicas de produção do artesanato, fortalecendo assim um outro processo que é o de buscar estratégias eficazes de colocação do produto artesanal no mercado regional, nacional e internacional. Apresentou-se a concepção de uma possível carteira do artesão e do selo de qualidade do artesanato santareno que podem ser aplicados no artesanato santareno. Embora já se tenha selos de qualidade para alguns setores do segmento, como por exemplo a marca Aíra, de propriedade da Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (Asarisan), é preciso ampliar o leque de abrangência dos setores deste segmento para que outros formatos artesanais sejam também contemplados no processo de desenvolvimento artesanal local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A socialização de resultados foi feita, no caso desta ação extensionista, com gestores e agentes culturais locais. As pesquisas prévias à atividade extensionista tiveram como focos gestores e agentes culturais do segmento do artesanato. Os dados coletados, as análises e a realização de atividades extensionista resultaram das seguintes questões: como está sendo gerido o segmento pelas associações e pelo gestor público? Há leis que apoiam a organização artesã local? Como o segmento está organizado? Qual o orçamento público destinado ao segmento? Quais as projeções em vista da melhoria da qualidade do serviço oferecido ao visitante? As pesquisas demonstraram o quanto ainda é insipiente o conhecimento de políticas públicas por parte dos envolvidos no segmento artesanal. Neste sentido, conclui-se pela necessidade de se promover capacitação dos envolvidos com artesanato em Santarém para que estes tenham as condições necessárias ao desempenho da atividade artesanal, seja na gerência e no empreendedorismo, seja na percepção cultural de suas atividades. Fazendo isso, a conservação, a preservação e o conhecimento dos patrimônios culturais de artesanato estão garantidos e as identidades

que são assumidas a partir do artesanato sejam preservadas. Neste sentido, o projeto sistematizou ações extensionista, na forma de oficinas, palestras, minicursos. A saber:

1- Reunião "Gestão Pública e Formação de Agentes Culturais" ocorrida nos dias 02 e 03 de setembro de 2014 com os líderes de associações artesanais de Santarém (nove) e o Secretário de Cultura para a apresentação do plano de trabalho. Ocorrido no Theatro Victoria.

2- Encontro de Capacitação de Agentes Culturais do Segmento artesanal realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2015, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas-SEBRAE. O objetivo era que os artesãos compreendessem a importância do empreendedorismo no fortalecimento do segmento, assim todas as nove associações de artesanato de Santarém e a Secretaria de Cultura de Santarém foram convidadas. A primeira parte do encontro foi dedicada a um apanhado teórico sobre empreendedorismo.

Na segunda parte, foi realizada uma prática junto aos participantes, de modo que eles pudessem aprender, via treinamento, a aplicação de técnicas de empreendedorismo no segmento. Essa prática ocorreu no Theatro Victoria. Descobriu-se nessa prática que os artesãos compreenderam os conceitos.

3- Oficina "Artesanato Amazônico" no dia 24 de julho de 2015, na cidade de Óbidos. A oficina teve um apanhado sobre a história do artesanato, após uma explicação da organização do segmento em Santarém e em seguida uma comparação com a produção artesanal obidense dessa forma avaliando os avanços e desafios do segmento na cidade, pois o segmento está em andamento no processo de organização. Pode-se perceber que compreendem o artesanato com uma fonte de renda familiar e sua importância cultural, porém, é preciso um conhecimento sobre políticas públicas voltadas para o segmento do artesanato.

CONCLUSÕES

A partir de levantamento e registro de dados, análise e estudo podemos analisar o seguinte problema a falta de interesse e de compreensão por parte de alguns artesãos e associações quanto à importância de se participar de oficinas e cursos de capacitação que os ajudem no aprimoramento de sua atividade. Sendo assim, é inquestionável a realização de atividade de pesquisa que procura manter viva e preservada as diversidades culturais em um determinado local, para o seu desenvolvimento e promoção e que busca maior participação dos artesãos em capacitações.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao meu orientador por ter tido toda a paciência de me ensinar todas as técnicas de uma pesquisa, execução de uma ação extensionista e comportamentos de uma gestora como atenção, paciência, persistência e argumentação. E a Proce pela seleção do plano de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. **Programa de capacitação em gestão de projetos e empreendimentos criativos**. Brasília: Ministério da Cultura (Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura), 2013.

BRASIL. **Programa do Artesanato Brasileiro**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

LEMONS, M. E. S. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda**. Tese de mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

SANTOS, T. de S. et al. **O artesanato como elemento impulsionador no desenvolvimento local**. Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos10/523_O%20Artesanato%20como%20elemento%20impulsionador%20no%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso: 27 ago. 2014.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

INFLUÊNCIA DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NA RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCENTE

Matheus Malveira Vaz¹; Wilson Sabino²; Anderson Gonçalves dos Santos³; Jamilly dos Santos Bezerra⁴; Karen Priscila Barroso Ferreira⁵; Amanda Miranda⁶

^{1,3,4,5}Estudante do Curso de Farmácia - Isco - Ufopa; E-mail: matheus_malveira@hotmail.com; E-mail: andersongon05@gmail.com; E-mail: jamilly737@gmail.com; E-mail: karenferreirapb@gmail.com;

²Docente do Curso de Farmácia - Isco – Ufopa; E-mail: wilsonsabino14@gmail.com;

⁶Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva - Isco - Ufopa; E-mail: amandaslvmiranda@hotmail.com.

RESUMO: Conceber saúde direcionada a um indivíduo é saber, antes de tudo, como este raciocina com respeito a ela, para entender quais as regras determinantes de seu comportamento neste processo. O objetivo deste trabalho foi relatar a ressignificação no pensar discente ocorrido através de um projeto de extensão no campo da saúde. Para isto, utilizou-se do relato descritivo e reflexivo do discente em trabalho de extensão realizado no segundo semestre de 2015, tendo como cenário de prática extensionista a comunidade ribeirinha da Vila de Boim, inserida na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, cujo acesso somente pode ser realizado através de embarcação fluvial. Quando se trabalha a extensão em curso de graduação, a mesma tem a potencialidade de ligar o que está desconectado, ou seja, conectar a teoria ao mundo real como observado na fala deste discente “(...) Boim mudou a minha história e minha vida dentro e fora da universidade, aprendi principalmente que todas as disciplinas nos dão apenas embasamento para o que nos espera fora dela (...)” (Discente 2). É evidente o impacto e as diferentes intensidades produzidas nos envolvidos, gerando especificamente nos discentes, a desconstrução para posterior reconstrução da realidade a partir da nova percepção.

Palavras-chave: aprendizagem; extensão comunitária; educação em saúde; participação comunitária.

INTRODUÇÃO

“Hoje o usuário dos serviços de saúde tem reconhecido seu direito de ser atendido com dignidade – e não de uma forma massificada ou indiferente – e de ter seus sentimentos e individualidade valorizados” (GRÜDTNER et al., 2011).

Conceber saúde direcionada a um indivíduo é saber, antes de tudo, como este raciocina com respeito a ela, para entender quais as regras determinantes de seu comportamento neste processo. O estudo da antropóloga Minayo, nos traz que o conceito de parte da sociedade com respeito à saúde é pluridimensional, ultrapassando em muito a barreira biológica, tendo como dimensões envolvidas neste conceito o natural, o psicossocial, o socioeconômico e o sobrenatural. Esta atitude de entendimento com respeito ao usuário do sistema, nos conduz a percepção do princípio orientador do respeito à autonomia. Sem esse conceito interiorizado junto aos profissionais de saúde e gestores, difícil se faz pensar na possibilidade de um trabalho humanizado no Sistema Único de Saúde (Sus).

Assim sendo, a experiência em campo se caracteriza como proposta de formação, sendo que esta se produz nos encontros com as diferenças, nos movimentos inusitados, na objetividade com a subjetividade. Em um processo de formação crítico se coloca a exigência de fazer opções e escolhas entre paradigmas, reconhecendo os riscos implicados nessa ação, mas a abertura ao desconhecido, ao novo, ao inesperado, leva os sujeitos da experiência a correr riscos, e essa abertura pode significar a possibilidade de criar e recriar sentidos e significados acerca das experiências e dar espaço para incertezas e novos começos (CAPOZZOLO et al., 2013). Dessa forma, este resumo procura relatar a ressignificação no pensar discente ocorrido através de um projeto de extensão no campo da saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se do relato descritivo e reflexivo da participação discente em trabalho de extensão realizado no segundo semestre de 2015. Este ocorreu entre os usuários do SUS no município de Santarém-PA que apresenta uma extensão territorial de 22.887Km², tendo apenas 0,4% desta em perímetro urbano. O cenário para a prática extensionista foi a comunidade ribeirinha da Vila de Boim, um

dos distritos deste município inserida na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, distante cerca de 90 km da sede do município, cujo acesso somente pode ser realizado através de embarcação fluvial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O maior desafio no campo da saúde se encontra na desconstrução do ensino cartesiano e flexneriano, enraizado na subjetividade de docentes e discentes acabando por se ver refletido nas atuações profissionais (CECCIN e FEURWERKER, 2004). No caso dos docentes, estes vêm de uma formação destes dois paradigmas, fortalecidos pelas instituições formadoras pelas quais passaram. Já os discentes, vêm de um ensino cartesiano que dificulta a integração das várias áreas voltadas a um objetivo "comum". Desta maneira podemos perceber durante a realização deste projeto na Vila de Boim, que o trabalho de extensão quando realizado de maneira envolvente, pode em muito, favorecer a desconstrução destes pensamentos, e obviamente, a reconstrução de pensamentos mais humanizados.

Este processo pode ser observado na fala desta discente "(...) *Quando eu paro pra pensar em todas as coisas que aconteceram nessa semana de prática, sinto um misto de emoções que vai desde realização, carinho e cuidado, mas nenhum sentimento descreve tão bem tudo que senti como o amor. Sim, amor por cada pessoa atendida, pela minha futura profissão, pelas pessoas que compartilhei cada um desses dias, pelos amigos que viraram irmãos e amor por um mestre que foi como um pai. O amor, só o amor pode transformar o mundo e as pessoas! Foi uma das melhores experiências da minha vida (...)*" (Discente 1).

Possivelmente foi um dos motivos que pesquisadores como Paim (1998) aponta que o pensamento flexneriano reforçou a separação entre individual e coletivo, privado e público, biológico e social, curativo e preventivo, sendo este, conjuntamente ao paradigma cartesiano, o possível motivo da fragmentação no cuidado da saúde. E quando se trabalha a extensão em curso de graduação, a mesma tem o propósito de ligar o que está desconectado como observado na fala deste discente "(...) *Boim mudou a minha história e minha vida dentro e fora da universidade, aprendi principalmente que todas as disciplinas nos dão apenas embasamento para o que nos espera fora dela, que é tudo muito além dos livros e da sala de aula, que é exatamente na experiência e vivenciando o dia a dia com outras pessoas, ouvindo e tratando outras pessoas é que realmente se adquire o conhecimento por inteiro (...)*" (Discente 2).

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos neste trabalho permitiram-nos refletir o quanto é importante e inegável o papel da extensão no fortalecimento discente como sujeito social. Foi evidente o impacto, o deslocamento e a ressonância com diferentes intensidades produzidas nos envolvidos, promovendo nos discentes a desconstrução para posterior reconstrução da realidade a partir da nova percepção propiciada pelo trabalho de campo.

AGRADECIMENTOS

Aos comunitários e lideranças da Vila de Boim, Unidade Básica de Saúde da comunidade, e aos técnicos administrativos e professores do Instituto de Saúde Coletiva, que tornaram possível a atividade.

REFERÊNCIAS

- CAMPREGHER, G. O amor no cuidado de enfermagem. **Rev. enferm.**, Rio de Janeiro, v. 18, n 2, p. 317-22, 2010.
- CAPOZZOLO, A. A.; IMBRIZI, J. M.; LIBERMAN, F.; MENDES, R. Formação descentrada na experiência. In: CAPOZZOLO, A. A.; CASETTO, S. J.; HENZ, A. O.; (Org.). **Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde**. São Paulo: Hucitec Editora, p. 124-150, 2013.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n 5, p. 1400-1410, 2004.

GRÜDTNER, D. I.; CARRARO, T. E.; SOBRINHO, S. H.; CARVALHO, A. L. G.; MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 24, n 2, p. 70-77, 1991.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas?. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

LINGUAGEM E MEMÓRIA ENTRE INDÍGENAS E POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Fabiana Almeida Costa¹; Florêncio Almeida Vaz Filho²

¹Estudante do curso de Pedagogia - Iced – Ufopa

² Docente - ICS - Ufopa); estuda povos indígenas e populações tradicionais na Amazônia e coordena o projeto de extensão A Hora do Xibé; E-mail: florencioalmeidavaz@gmail.com.

RESUMO: Estão expostos neste artigo, os resultados parciais de uma das vertentes de pesquisa desenvolvidas pelo projeto de extensão “A Hora do Xibé”, cujo foco volta-se para o estudo da Linguagem e memória entre indígenas e povos tradicionais na Amazônia. Todos os povos têm a sua própria linguagem e o seu modo particular de falar. A linguagem das pessoas simples ou das classes populares geralmente é vista com desprezo e desdém pelos membros das classes médias ou dominantes, que se consideram como mais “cultos”, “educados” e “civilizados”. As crenças, a medicina, a religiosidade e a sabedoria dos moradores da região geralmente são tratadas como “lendas”, “crendices” ou “superstições”, quando na verdade são mitos, crenças ou religião. Para isso, foram realizados estudos bibliográficos, fichamentos, entrevistas com lideranças, e visita ao Território Indígena Cobra Grande que abrange as aldeias de Lago da Praia (etnia Jaraqui); Caruci (etnia Arapium), Arimum (Etnia Arapium), e Garimpo (etnia Tapajó) – Baixo Tapajós e a Aldeia de Aminã. Foram feitas gravações de relatos sobre histórias, memórias, crenças, mitos e medicina tradicional ligadas à pajelança amazônica, benzedores, curadores, parteiras, puxadores visando a divulgação no programa de rádio “A Hora do Xibé”, na Rádio Rural de Santarém. As informações transmitidas no Programa “A Hora do Xibé” contribuem para reforçar a auto-identificação e a autoestima desses povos e provocar a interação entre eles, a sociedade e o conhecimento. Ao ouvirem suas histórias ecoando pela rádio sentem-se mais valorizados e reconhecidos como povos legítimos, portadores de uma identidade étnica diferenciada que legitima sua cultura.

Palavras-chave: Linguagem, memória, crenças, povos tradicionais.

INTRODUÇÃO

A linguagem, como meio de expressão das tradições e do modo de ser de um povo, faz parte da sua identidade, do seu caráter (BARBOSA FILHO, 2004). Todos os povos têm a sua própria linguagem e o seu modo particular de falar. A linguagem das pessoas simples ou das classes populares geralmente é vista com desprezo e desdém pelos membros das classes médias ou dominantes, que se consideram como mais “cultos”, “educados” e “civilizados”. As crenças, a medicina, a religiosidade e a sabedoria dos moradores da região geralmente são tratadas como “lendas”, “crendices” ou “superstições”, quando na verdade são mitos, crenças ou religião. As manifestações simbólicas e artísticas dos moradores da região são legítimas expressões culturais dos povos que aqui vivem. Nisso incluímos os seus relatos míticos e fantásticos sobre os encantados e os espíritos da floresta e a sua linguagem característica (MAUÉS, 1995).

A cultura das comunidades rurais e dos povos do interior da Amazônia normalmente é vista de forma preconceituosa como algo folclórico, atrasado e ligado a superstição. Na verdade, estas crenças, modos de expressão e práticas culturais constituem o seu patrimônio cultural que deve ser protegido, valorizado, documentado e divulgado. A linguagem, como meio de expressão das tradições e do modo de ser de um povo, faz parte da sua identidade, do seu caráter (BARBOSA FILHO, 2004). Todos os povos têm a sua própria linguagem e o seu modo particular de falar. O presente artigo tem como objetivo proporcionar a troca de conhecimentos sobre a oralidade, linguagem e memória regional, entre acadêmicos e moradores das comunidades rurais e cidades do Baixo Amazonas.

MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente utilizou-se pesquisa bibliográfica e fichamentos, em seguida foram realizadas visitas à Aldeia de Aminã e no Território Indígena Cobra Grande no Rio Tapajós, onde foram coletados

relatos, gravações e histórias que posteriormente foram divulgados no programa de rádio “A Hora do Xibé”, na Rádio Rural de Santarém.

O Projeto A Hora do Xibé, que tem no programa de rádio do mesmo nome a sua principal atividade, usa uma metodologia dialogal e interativa entre a equipe do projeto e os ouvintes, que trocam conhecimentos, saberes e ideias. Os membros do projeto reúnem, sistematizam e divulgam conhecimentos obtidos primeiramente em livros, documentários e textos disponíveis na internet. Estas informações são apresentadas no programa de rádio, onde os ouvintes podem interagir, concordar, criticar e sugerir. O projeto “A Hora do Xibé” tem como objetivo: conhecer, divulgar e valorizar a história, a cultura, os valores e a identidade dos povos e comunidades nativas da região amazônica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Geralmente o falar, as crenças, valores e artes dos moradores do interior da Amazônia aparecem na mídia associados ao folclore e às superstições, como se fossem uma cultura menor ou atrasada. No entanto, nenhuma forma de cultura deve ser vista como menor ou menos digna de admiração. E assim, a cultura dos povos e comunidades do interior da Amazônia deve ser mais valorizada. E para isso, deve ser antes conhecida. As informações transmitidas no programa “A Hora do Xibé” contribuem para reforçar a auto-identificação e a autoestima desses povos e provocar a interação entre eles, a sociedade e o conhecimento. Ao ouvirem suas histórias ecoando pela rádio sentem-se mais valorizados e reconhecidos como povos legítimos, portadores de uma identidade étnica diferenciada que legitima sua cultura.



Figura 1 - Cacique Tupinambá, Aldeia de Mirixituba. (PA).
Fonte: Acervo fotográfico do Projeto “A hora do Xibé”, 2014.



Figura 2 - Tuxaua Josefa Tipinambá, abençoando bolsista.
Fonte: Acervo fotográfico do Projeto “A hora do Xibé”, 2015

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, A.; PIOVESAN, A.; BENETON, R. **A linguagem sonora e a percepção humana**. In: Rádio: sintonia do futuro. São Paulo: Paulina, p. 7-10, 2004.

MAUÉS, R. H. **Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico**. Belém: CEJUP, 1995.

VAZ, F. A. **Emergência Étnica de Povos Indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia**. Tese de Doutorado apresentada ao PPGCS/UFBA, Salvador, 2010.

OLIMPÍADAS BRASILEIRAS DE FÍSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM SANTARÉM: RESULTADOS E REFLEXÕES DE 2014

Adria Karine de Jesus Nascimento¹; Marcos Gervânio de Azevedo Melo²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Matemática e Física - Iced – Ufopa; E-mail: drikakarine@hotmail.com;

²Docente do Iced - Ufopa. E-mail: marcosgervanio@bol.com.br

RESUMO: A Obfep é uma ação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) por meio do CNPq. O acontecimento tem o apoio do Ministério da Educação (Mec), sendo uma ação permanente da Sociedade Brasileira de Física (SBF). Participam das mencionadas olimpíadas os estudantes das escolas públicas federais, estaduais e municipais. As avaliações aconteceram em duas fases: na primeira, os estudantes realizaram uma prova teórica; os alunos aprovados para realizarem a segunda etapa, são submetidos a questões teóricas e experimentais. Apenas 03 (três) alunos, dos 901 (cento e noventa e um) inscritos em Santarém foram classificados para receber medalhas em nível estadual. É claro que o pequeno número de alunos que conseguiu passar para a segunda fase da Obfep em Santarém, já possibilitaria um objeto de reflexão sobre o ensino de Física realizado nas escolas públicas da cidade. Por isso, a premiação serviu para reforçar ainda mais este olhar crítico. A formação inicial e continuada dos professores, a questão metodológica, além da instrumentação para o ensino dessa ciência, deve fazer parte das discussões entre os atores que trabalham para que a Física possa alcançar patamares desejáveis em Santarém.

Palavras-chave: Escolas Públicas, Estudantes; Obfep

INTRODUÇÃO

As Olimpíadas Brasileiras de Física das Escolas Públicas (Obfep) acontecem atualmente em todo o território brasileiro. No entanto, seu início em 2010 como projeto piloto começa nos estados da BA, GO, PI e SP. A OBFEP é uma ação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) por meio do CNPq.

O acontecimento tem o apoio do Ministério da Educação (Mec), sendo uma ação permanente da Sociedade Brasileira de Física (SBF)³. Participam das mencionadas olimpíadas os estudantes das escolas públicas federais, estaduais e municipais. Mas, para que isso aconteça, cada escola apresenta um docente que se responsabiliza pelas ações. Este professor poderá certamente ser beneficiado ao usar as questões de provas em suas aulas, no dia a dia, pois as mesmas são bem formuladas e bastante diversificadas (ERTHAL et al., 2015).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo investigar o quantitativo de escolas e estudantes inscritos na olimpíada, de estudantes classificados para a segunda fase da OBFEP 2014 e estudantes premiados na cidade de Santarém –Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

As avaliações aconteceram em duas fases. Na primeira, os estudantes realizaram uma prova teórica que pode ser sistematizada em: prova nível A, para alunos do 9º ano do ensino fundamental, com 15 (quinze) questões objetivas; prova nível B, para discentes da 1ª e 2ª série do ensino médio, com 20 (vinte) questões objetivas para serem resolvidas apenas 15 (quinze) e prova do nível C, para alunos da 3ª série do ensino médio, com 15 (quinze) questões objetivas. Os alunos aprovados, realizam a segunda etapa, com 5 (cinco) questões teóricas e 2 (duas) questões experimentais. Todas as etapas podem acontecer na própria escola do aluno, pois a coordenação nacional envia o material necessário ao professor da escola cadastrado.

³ Disponível em: <http://www.sbfisica.org.br/~obfep/a-obfep/sobre/>. Acesso em: 11/11/15

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todo o Brasil, inscreveram-se 164.978 alunos para realizarem a Obfep 2014. No entanto, a quantidade de inscritos no estado do Pará foi de apenas 6.194 alunos. A figura abaixo mostra um panorama dos discentes inscritos também em Santarém-PA.

É importante observar que dos 901 (novecentos e um) alunos inscritos em Santarém, a menor quantidade é confirmada aos alunos do ensino fundamental, apenas 105 (cento e cinco) discentes. As escolas participantes da Obfep em Santarém que envolveram esses quase 1000 (mil) alunos nas olimpíadas podem ser observadas no quadro 1.

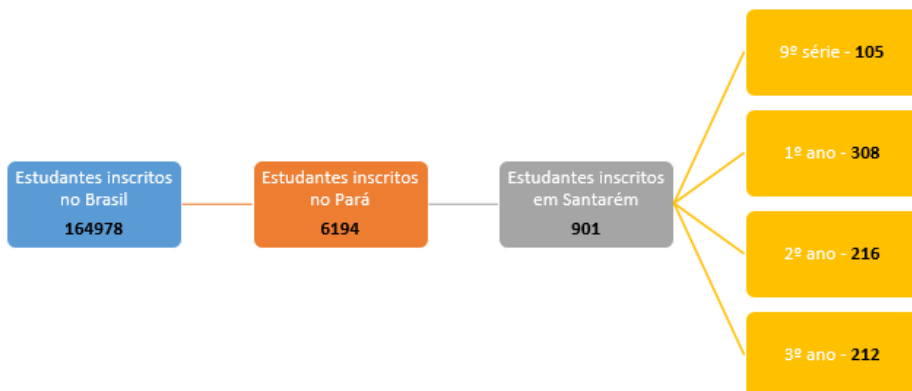


Figura 4 - Panorama dos estudantes inscritos na OBFEP 2014.

Quadro 1 - Escolas de Santarém participantes da Obfep 2014.

Escolas Participantes
EEEF Professora Maria Uchôa Martins
EEEFM Frei Othmar
EEEFM São Felipe
EEEM Álvaro Adolfo Da Silveira
EEEM Maestro Wilson Dias Da Fonseca
EMEF Fluminense
ERC EFM São José
ERC EFM São Raimundo Nonato

A Tabela 1 esboça o aproveitamento dos alunos em Santarém mostrando a quantidade que passou à segunda fase e destaca o número de alunos que recebeu uma premiação estadual, pois não ocorreu premiação nacional em todo o oeste do Pará, diferentemente de 2013 quando tivemos uma aluna do município de Óbidos-PA com medalha de prata em nível nacional do município de Óbidos-PA.

É importante observar que apenas 3 (três) alunos, dos 901 (novecentos e um) inscritos em Santarém, foram premiados no estado e receberam medalhas de ouro.

Tabela 1 - Aproveitamento dos estudantes de Santarém na OBFEP 2014.

Descrição	Quantidade
-----------	------------

Estudantes Inscritos	901
Estudantes classificados para 2ª fase	38
Estudantes premiados	3

CONCLUSÕES

É claro que o pequeno número de alunos que conseguiu passar para a segunda fase da Obfep em Santarém já possibilitaria um objeto de reflexão sobre o ensino de Física realizado nas escolas públicas da cidade. Contudo, a premiação serviu para reforçar ainda mais este olhar crítico. Certamente não se podem creditar as mazelas do ensino de Física, na cidade, a um ou outro aspecto isoladamente. A formação inicial e continuada dos professores, a questão metodológica, além da instrumentação para o ensino dessa ciência deve fazer parte das discussões entre os atores que trabalham para que a Física possa alcançar patamares desejáveis em Santarém.

AGRADECIMENTOS

É importante mencionar com gratidão a Sociedade Brasileira de Física – SBF, além da Procce – Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

REFERÊNCIAS

ERTHAL, J. P. C.; CAMPOS, R. G.; SOUZA, T. F., OLIVEIRA, J. de S. Análise e caracterização das questões das provas da Olimpíada Brasileiras de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. Florianópolis: vol. 32, n. 1, 2015.

PIBID NA ESCOLA, BRINCANDO E APRENDENDO

Eláide Maria Godinho dos Santos¹; Aline Esquerdo da Silva²; Paula Cristina Galdino Oliveira³

¹Estudante do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: elaidemaria3938@gmail.com;

²Docente Estudante do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra;. E-mail: aline.reissoares@hotmail.com.

³Professora do Curso de Pedagogia - Ceuls - Ulbra; E-mail: paula.oliveyra@gmail.com.

RESUMO: Este artigo foi realizado pelos acadêmicos do curso de Pedagogia participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid/Ceuls/Ulbra, no Centro Universitário Luterano de Santarém. Objetivou-se divulgar as atividades do Pibid à comunidade escolar e local, através da atuação protagonista dos bolsistas do programa, promovendo um momento de interação entre escola, comunidade local e Instituição do ensino Superior, além de proporcionar momentos de socialização de saberes através de atividades lúdicas para alunos, pais e professores, ofertando oficinas e palestras de promoção da leitura aos professores e à família. Esta ação foi pautada em pesquisas bibliográficas e de campo. Ensinar a ler é uma ação inclusiva, pois possibilita ao indivíduo ter acesso a diferentes informações e participar de eventos que ampliam sua participação na sociedade. Desta forma, percebe-se a necessidade de proporcionar o conhecimento de forma prazerosa entre os educandos, professores, pais e mestres e, assim, contribuir com uma educação de qualidade.

Palavras-chave: comunidade, escola, interação, Pibid/Ulbra.

INTRODUÇÃO

O evento “Pibid na Escola, Brincando e Aprendendo” foi uma iniciativa do subprojeto de Pedagogia do Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no Centro Universitário Luterano de Santarém (Ceuls/Ulbra) em parceria com a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Rosineide Fonseca Vieira. Tendo em vista que o subprojeto compreende os anos iniciais do ensino fundamental e tem como um de seus objetivos proporcionar o conhecimento de forma prazerosa entre os educandos, o evento propôs difundir diversos saberes através de atividades lúdicas para as crianças, os pais e os professores e, dessa forma, divulgar o programa a toda comunidade escolar. As atividades realizadas, de acordo com as séries, foram: oficina “Ensino de estratégias de leitura através do lúdico” aos professores; palestra “Leitura e família” para os pais; leitura e contação de histórias para as turmas do pré-I e II e 2º ano; cineminha para o primeiro ano; brincadeiras com as formas geométricas para o terceiro ano; jogos matemáticos no quarto ano; xadrez e dama para o quinto ano.

Segundo a Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, toda criança tem o direito de ter acesso à educação básica de qualidade, que contribua na sua formação para exercício da cidadania. Assim, a instituição escolar deve priorizar o incentivo à leitura e à escrita, a fim de proporcionar às crianças em alfabetização que desenvolvam habilidades e competências relacionadas ao letramento, o qual, segundo Kleiman (2005), vai além do alfabetizar, possibilitando ao indivíduo a aprendizagem e aquisição da leitura e da escrita de forma que o mesmo faça uso desses conhecimentos durante seu dia a dia, ou seja, nas suas práticas sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta atividade-ação caracterizou-se em estudo bibliográfico e de campo. A pesquisa bibliográfica buscou compreender a concepção de letramento e como deve ser o ensino da leitura, da escrita e da matemática nos anos iniciais da educação básica, fundamentando-se em obras de Kleiman (2005), Soares (2001), Barbosa e Souza (2006) e documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Português e de Matemática (1997), entre outras obras. A pesquisa também foi de campo, visto que houve um acompanhamento e investigação das necessidades de aprendizagem em português e matemática de alunos da Escola Rosineide Fonseca, a qual está situada no bairro do Diamantino no município de Santarém.

O estudo realizado abrangeu como público alvo de alunos do pré-I ao 5º ano, funcionários e comunidade, registrando-se observações em diário de campo e realizando-se também atividades

diagnósticas, sendo esses os principais instrumentos utilizados nesta fase. A partir disso, uma das ações de intervenção definida foi um evento que promovesse a realização de diversas atividades desenvolvidas de acordo com a faixa etária e série dos alunos para melhor assimilação da aprendizagem dos mesmos, em que cada acadêmico bolsista ficou responsável em desenvolver uma atividade em turma específica. As atividades realizadas, de acordo com as séries, foram: leitura e contação de histórias para as turmas do pré-I e II e 2º ano, onde foi realizado contação de histórias e pinturas; realizou-se também o “Cineminha” sobre a lenda do Saci Pererê com o público do 1º ano; contação de histórias para o 2º ano; cineminha para o primeiro ano; brincadeiras com as formas geométricas para o terceiro ano; jogos matemáticos no quarto ano, onde foram exploradas as quatro operações através da pista da matemática; xadrez e dama para o quinto ano. Além dessas atividades, houve palestra para os pais e oficina para os professores voltada ao ensino das estratégias de leitura. Às dez horas e trinta minutos todos os participantes voltaram para a área coberta para a socialização das atividades lúdicas desenvolvidas em sala, finalizando com um lanche oferecido pela escola aos participantes do evento e agradecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização do evento “Pibid na Escola: Brincando e Aprendendo” contribuiu para ampliar o aprendizado não só dos alunos, dos acadêmicos e professores da Escola Rosineide Fonseca, mas também dos pais e da comunidade em geral do Bairro. Pôde-se constatar que os familiares dos alunos são bem participativos no ambiente escolar, pois a gestora escolar sempre procura envolver a comunidade nas atividades desenvolvidas. Foi notável a satisfação das pessoas com o evento em questão.

Verificou-se, a partir das atividades, como o ensino de modo lúdico estimula os alunos a desenvolverem suas habilidades na escrita, leitura e nos cálculos matemáticos, como bem afirma Oliveira (1985, p.74), trata-se de “um recurso metodológico capaz de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural, estimula a crítica, a criatividade e a sociabilização. Sendo, portanto, reconhecidos como uma das atividades mais significativas pelo seu conteúdo pedagógico social”.

Desta forma, percebe-se a importância da presença do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na escola, pois o mesmo, através das ações desenvolvidas pelos bolsistas, tem contribuído para aguçar nos alunos o interesse pelo conhecimento e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos mesmos. Esta atividade foi desenvolvida de acordo com a necessidade dos alunos e corpo técnico da escola. Portanto, ao trabalhar a construção dessas competências, acredita-se que cada aluno será capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos durante seu cotidiano nas relações sociais.

CONCLUSÕES

A ação realizada, além de promover a integração entre escola e comunidade, também buscou levar os alunos à compreensão e desenvolvimento das suas várias habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico.

Pode-se afirmar que o evento proporcionou momentos de muito conhecimento e aprendizado aos participantes e foi de extrema importância para os acadêmicos, alunos e professores, confirmando a necessidade de haver mais atividades como esta.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. F. de F.; SOUZA, I. P. de. **Práticas de leitura no ensino fundamental**. — Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 142p., 1997.

KLEIMAN, A. B. **Preciso ensinar a prática do letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** — Brasília: Ministério da Educação, 2005.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação física**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. – 2.ed., reimpr, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SABERES TRADICIONAIS: ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SILÊNCIO, ÓBIDOS/PARÁ

Vinicius Santana de Oliveira Costa¹; Sandra Maria Sousa da Silva²; Alan Silva Magalhães³; Eronaldo Lima de Oliveira⁴; Juliana Machado Almeida⁵; Neylaine da Silva Santana⁶

¹Estudante do Curso de Agronomia - Ibef - Ufopa; E-mail: vini_stm_rdp@hotmail.com,

²Docente - CFI - Ufopa; E-mail: sandrastm@hotmail.com,

³Estudante do Curso de Agronomia - Ibef - Ufopa; E-mail: alansilva394@hotmail.com;

⁴Estudante do Curso de Agronomia - Ibef - Ufopa; E-mail: eron.orion@gmail.com,

⁵Estudante do Curso de Agronomia - Ibef - Ufopa; E-mail: julianamachado.a@gmail.com;

⁶Estudante do Curso de Economia - ICS- Ufopa; E-mail: neyla_santana@hotmail.com

RESUMO: O trabalho de extensão foi realizado na comunidade remanescente de quilombo Silêncio, localizada no interior do município de Óbidos-PA, aproximadamente a três horas via fluvial da cidade, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. É um povoado que tem nas práticas tradicionais sua principal obtenção de renda, cuja agricultura é a responsável pela subsistência das famílias. O objetivo principal foi contribuir para um melhor desenvolvimento das práticas agrícolas desenvolvidas nesta comunidade, entendendo suas principais dificuldades de plantio e demonstrando técnicas agrícolas que aumentem sua produtividade, bem como trocando experiências que contribuam com o melhor aproveitamento de suas culturas ali produzidas. Através da realização de palestras junto à comunidade, procurou-se interagir os conhecimentos universidade/comunidade a fim de contribuir e ajudar a solucionar as principais dificuldades encontradas junto aos moradores. Os resultados encontrados demonstraram que há um grande interesse dos comunitários em aperfeiçoar suas técnicas de plantio, visto que esta comunidade trabalha com métodos agrícolas tradicionais baseados no pouco desenvolvimento de suas práticas de cultivo, resultantes do escasso auxílio governamental, que limita um maior aproveitamento agrícola local.

Palavras-chave: quilombola, extensão, agricultura.

INTRODUÇÃO

De acordo com Silva e Melo (2011), as comunidades quilombolas guardam em si uma riqueza cultural de suma importância para o nosso país, sendo uma herança viva da história brasileira, é expressão viva de um passado de luta. Algumas comunidades ainda vivem bastante isoladas dos grandes centros, utilizando como base econômica a produção agrícola familiar e o comércio dos produtos excedentes, assim como faziam na sua época de formação, apresentando características de comunidades tradicionais.

Segundo Brandão (1997) comunidades tradicionais caracterizam-se como comunidades que se opõem as sociedades regionais mais modernas, possuindo principalmente um jeito simples de subsistência, e em muitos casos utilizando da produção agrícola familiar sua principal fonte de renda.

As atividades de âmbito familiar definem-se como um setor pouco desenvolvido do ponto de vista econômico, tecnológico e social, especificamente voltado para a produção de alimentos básicos e com uma lógica de subsistência (BUAINAIN, 2006). Conforme Trindade (2006), ainda hoje se encontram famílias que sobrevivem do que plantam, sem necessidade de uma grande renda para obter uma vida saudável, vivendo em consonância com a natureza, retirando dela apenas o seu sustento.

Como uma comunidade remanescente de quilombo, Silêncio ilustra de maneira concreta esses argumentos por ser uma comunidade tradicional que possui um modo de vida peculiar herdado de geração em geração, e possui nas atividades agrícolas um dos vetores de renda e alimentação, onde se faz uso de cultivo de corte e queima.

Através da interação universidade/comunidade realizaram-se atividades de extensão com o objetivo de ensinar técnicas alternativas de cultivo e o melhor aproveitamento dos recursos naturais

encontrados na comunidade de Silêncio, reunindo assim o conhecimento científico e o conhecimento empírico existente na localidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Silêncio localiza-se em região de terra firme às margens do Igarapé Grande, afluente do rio Amazonas na sua margem esquerda, na microrregião de Óbidos, distante três horas de barco da área urbana. Sua população vive da prática agrícola, cujo principal plantio é o cultivo da mandioca, que tem sua produção voltada para a fabricação da farinha e outros derivados desta, com a finalidade de gerar renda para as famílias que vivem dessa atividade.

Com a intenção de analisar a dinâmica agrícola exercida pelos comunitários de Silêncio foram realizadas visitas *in loco*, para que se entendesse o cotidiano ali vivido. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com os moradores da comunidade, com um roteiro pré-estabelecido contendo 23 (vinte e três) perguntas sobre a forma de produção agrícola empregada no local, a fim de estabelecer um perfil das peculiaridades técnico-agrícolas exercidas na comunidade, bem como para estabelecer um cronograma mais preciso das atividades de extensão de maneira a priorizar o aprimoramento das produções ali existentes.

Após um diagnóstico geral de como está organizado o sistema de produção agrícola realizado pelas famílias, através do auxílio de um técnico agrícola, foram realizadas atividades de extensão que se basearam na experiência de se aplicar técnicas alternativas, de forma a viabilizar uma melhor produção para os moradores, bem como tentando sanar suas dúvidas. Palestras foram realizadas e um minicurso ofertado, onde se demonstrou métodos práticos de produção de adubo orgânico, utilizando resíduos encontrados no local.

Durante as ações de extensão foram executados procedimentos de construção de canteiros de baixo custo através do uso de garrafas Pet, técnicas de semeadura que proporcionem aos moradores o aprimoramento de seu conhecimento agrário, objetivando um aumento na produtividade de seus plantios e demonstrando como se obter um melhor aproveitamento dos resíduos encontrados na comunidade, através do processo de compostagem (processo de transformação de matéria orgânica e resíduo em adubo orgânico).

As atividades foram realizadas no período da manhã e tarde, do dia 06 de junho de 2015. Pela manhã foi apresentada a teoria e durante a tarde as atividades se concentraram nas ações práticas.

Câmeras fotográficas e equipamentos como notebook e data show viabilizaram a realização das palestras. Para as atividades práticas foram utilizadas sementes de hortaliças para a demonstração do plantio nos canteiros, garrafas Pet e estrume.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da primeira fase (diagnóstico) demonstraram que a comunidade de Silêncio tem sua base agrícola voltada principalmente para a produção de farinha de mandioca e outras atividades agrícolas mantidas apenas para sua subsistência, possuindo técnicas originais de cultivo. Percebe-se que há grande carência de técnicas que proporcionem um melhor rendimento da produção e realização de hortaliças, bem como de alimentos de rápida colheita.

As atividades de extensão realizadas na comunidade de Silêncio foram relevantes dentro da perspectiva de aprimoramento agrícola para demonstrar novas técnicas que beneficiem os seus moradores. Nas palestras foram apresentados os seguintes temas: Adubação; alimentos orgânicos; alimentação saudável (aonde se procurou levar aos moradores os benefícios de uma alimentação de qualidade, sem o uso excessivo de agrotóxicos ou algum outro produto que possa prejudicar a saúde dos comunitários); compostagem e suas utilidades; construção de horta a custo mínimo com garrafas Pet; roça sem queima intensiva.

A ação prática consistiu na construção de um canteiro modelo, utilizando para tal, garrafas Pet, com a finalidade de melhor aproveitamento do espaço, bem como evidenciar a população local a importância da reutilização desse material, contribuindo para um meio ambiente mais saudável. Também foi desenvolvido o processo de compostagem utilizando um campo de cultivo dos comunitários.

A comunidade possui uma forma peculiar de trabalhar os cultivos que são produzidos sem fazer nenhuma utilização de insumos agrícolas ou qualquer tipo de adubação que não seja apenas a orgânica, praticando desta forma um plantio livre de qualquer risco a saúde dos moradores.

A partir dos diálogos com os moradores, nas atividades de extensão, identificou-se que os mesmos utilizam o tucupi, (um líquido amarelo retirado da raiz da mandioca) como insumo que beneficia os seus cultivos, reaproveitando-o de maneira que influencia positivamente na produção agrícola. De acordo com os agricultores, a grande acidez do tucupi torna este líquido um forte defensivo natural, muito eficiente contra o ataque de algumas pragas.

Através das atividades desenvolvidas pôde-se perceber que a população local possui uma maneira muito peculiar de trabalhar o cultivo de suas lavouras, que possui forte influência histórica com as práticas agrárias dos seus antepassados, sendo esta de grande importância para o sustento das famílias ali existentes.

CONCLUSÕES

As atividades de extensão proporcionaram maior compreensão do conhecimento científico aliado ao conhecimento empírico sobre as técnicas agrícolas de baixo custo e com viabilidade dentro da comunidade de Silêncio, de forma que pudesse levar aos comunitários um aprimoramento nas suas atividades agrícolas, com o objetivo de agregar conhecimentos e obter maiores aproveitamentos na produção local.

Silêncio por ter nas suas práticas agrícolas uma forte influência dos saberes tradicionais adquiridos dos antepassados apresenta no modo de plantar e colher características de uma comunidade tradicional e quilombola, que contribuem significativamente no manejo dos recursos naturais locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a orientação da professora Sandra Silva que auxiliou o desenvolvimento das atividades de extensão, aos voluntários que se dispuseram a contribuir com este trabalho, aos comunitários que participaram das entrevistas e das atividades de extensão exercidas pela equipe juntamente com os demais moradores.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Ed. 1. v. 5. Brasília: IICA, 2006.

BRANDÃO, C. R. **A Comunidade Tradicional**. In: João Batista de Almeida; Cláudia Luz de Oliveira. (Org). Cerrado, Gerais, Sertão – comunidades tradicionais nos sertões roseanos. 1ed. São Paulo: Intermeios, v. 1, p. 367-380, 2012.

SILVA, G.; MELO, S. F. B. de. **Análise religiosa e cultural das comunidades quilombolas na atualidade**. V Colóquio de História - Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. Universidade Católica de Pernambuco, 2011.

TRINDADE, C. C. **Sementes Crioulas e Transgênicos, uma Reflexão Sobre sua Com As Comunidades Tradicionais**. In: XV Congresso Nacional do Conpedi, 2006, Manaus, 2006.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E ARTÍSTICO PARA ENSINO, APRENDIZAGEM E VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Luciana de Souza Pedrosa¹; Daiane Pinheiro²; Aline Lacerda Lobato³; Jaqueline dos Santos Figueira⁴; Anderson José Araújo dos Reis⁵

¹Estudante do Curso de Letras - Iced - Ufopa; E-mail: luciana.souzapedrosa@gmail.com;

²Docente - Iced -Ufopa;

³Estudante do Curso de Letras - Iced - Ufopa; E-mail: all_tj@hotmail.com;

⁴Estudante do Curso de História - Iced - Ufopa; E-mail: jaque.figueira@hotmail.com;

⁵Estudante do curso de Pedagogia - Iced - Ufopa; E-mail:kellen_garcia@hotmail.com.

RESUMO: Esse trabalho propõe expor materiais de divulgação e métodos de ensino sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecida pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que foram produzidos especialmente para o uso em eventos e projetos promovidos, pelo Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos – Gpeepi e parceiros. O Gpeepi foi criado no ano de 2014 e tem colaborado com a valorização e divulgação da Língua Brasileira de Sinais e da cultura surda, através das ofertas de formações continuadas, por meio de cursos para comunidade acadêmica e comunidade em geral, contribuições em projetos institucionais/interinstitucionais e elaborando eventos comemorativos de reconhecimento cultural da comunidade surda de Santarém. Ao longo dos anos de 2014 e 2015 foram realizados eventos que envolveram a produção de materiais específicos para o ensino-aprendizado e valorização cultural da Libras, como: Projeto Luz/2015, I Mostra de Cultura Surda/2014, Junho Especial/2015, Cursos de Libras (níveis básico e intermediário)2014/2015, Sarau de Natal/2014 e Intercâmbio Nacional: O ensino da LIBRAS: vivenciando a experiência de ensino, pesquisa e extensão na UFSM. Contudo, este trabalho visa exibir materiais produzidos para estes eventos, ajudando a divulgar a Língua Brasileira de Sinais e Cultura da Comunidade surda, propondo ainda uma atividade interativa de aprendizado de sinais básicos (saudações, numerais, cores, animais, objetos) e datilológicos que a compõem.

Palavras-chave: língua brasileira de sinais; cultura surda; produção de material.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida no território nacional pela lei 10.436 de 2002, enquanto língua oficial da comunidade surda do Brasil. Desde então, se intensificou a organização do movimento surdo para o reconhecimento e valorização dessa língua em âmbito educacional e social. Em 2005 o decreto 5.626, deixa clara a obrigatoriedade de uma oferta da educação bilíngue para surdos conforme seu artigo:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Ainda, nesse documento legal consta a obrigatoriedade da oferta de libras em todas as licenciaturas segundo seu artigo 3º parágrafo 1º:

“Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.”

Tomando como orientação esses suportes de marco político e legal, o Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos inclusivos da Ufopa, investiu conhecimentos teóricos no campo da educação de surdos, e passou a narrar esses sujeitos a partir de sua diferença cultural, política e lingüística.

“Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos” (SKLIAR, 1998, p. 29).

Ancorado nesses conhecimentos foram promovidos eventos formativos e informativos durante os anos de 2014 e 2015. Esses eventos priorizaram a oferta de formação continuada à comunidade acadêmica e ao público em geral, e a divulgação, informação e valorização da cultura surda. Para isso foi necessário em muitas ocasiões a produção de material específico para divulgação e para o uso nas atividades de formação. Os eventos elaborados pelo grupo contaram com a parceria da associação de surdos de Santarém que trouxe ainda colaboradores da comunidade Surda. As organizações foram: o Projeto Luz/2015, I Mostra de Cultura Surda/2014, Junho Especial/2015, Cursos de Libras (níveis básico e intermediário)2014/2015, Sarau de Natal/2014 e Intercâmbio Nacional: O ensino da língua brasileira de sinais: vivenciado experiência de ensino, pesquisa e extensão na UFSM.

Nesse trabalho serão apresentados e descritos os materiais elaborados e como foram articulados no uso durante os eventos citados. Ainda como proposta para exposição anunciada, será realizada uma atividade interativa com o público, convidando-os a aprender sinais básicos em Libras e ainda o uso de datilografia para a sinalização de seus nomes.

MATERIAL E MÉTODOS

Os materiais utilizados em cada evento contribuíram para o ensino/aprendizagem e divulgação da Língua Brasileira de Sinais e da Cultura Surda.

- Projeto Luz realizado na vila de Alter do Chão, município de Santarém, juntamente com o Gpeepi, aplicaram oficinas com crianças na faixa etária entre 6 e 10 anos, utilizando como metodologia o uso de jogos para o ensino de sinais relacionados a temática animais e contações de histórias da literatura surda, por meio de fantoches;
- I Mostra de Cultura Surda: Exposição de livros da cultura surda e ensino de Libras, apresentação de vídeo em Libras produzidos por surdos e acadêmicos da universidade;
- Junho Especial: Oficinas de sinais básicos de Libras, produção de slides e material impresso para o ensino/aprendizagem dos cursistas, jogos e brincadeiras em Libras onde foram confeccionados recursos pedagógicos para o ensino Libras para crianças surdas e ouvintes.
- Blitz em comemoração ao aniversário da lei 10.436 que reconhece a Libras: foram confeccionados cartazes, folders, placa em papelão representando sinais diversos em Libras.

- Curso de Libras: produção de slides e materiais impressos para o ensino/aprendizagem dos cursistas.
- Sarau de Natal: produção e divulgação de vídeos e diálogos em Libras.
- Intercâmbio Nacional: O ensino da Língua Brasileira de Sinais - vivenciando a experiência de ensino, pesquisa e extensão na UFSM: Elaboração de slides para apresentação das variedades linguísticas em Libras.

A partir dessas experiências anteriores serão elaboradas atividades de interação para com o público participante do evento como: convidá-los a aprender sinais básicos em Libras e, além disso, o uso de datilologia para sinalização de seus nomes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização dos materiais acima citados contribuiu para a divulgação e o ensino da Língua de Sinais, tendo como exemplo a atividade executada no projeto Luz que buscou como público alvo crianças na faixa etária entre 6 e 10 anos, onde podemos observar o conhecimento adquirido por meio da interação das crianças com os monitores através de sinais. Por meio da atividade e dos materiais utilizados, foram explicados o contexto da literatura surda em relação à cultura ouvinte. Segundo Karnopp:

A cultura surda está presente entre nós, se apresentando talvez como um desejo de reconhecimento, em que busca um outro lugar e uma outra coisa', imprimindo outras imagens e outros sentidos daqueles até então existentes ou determinados pela cultura ouvinte (KARNOPP, 2008, p.3).

Percebemos que as utilizações desses materiais possibilitaram um maior resultado para a aprendizagem da Libras por parte do público alvo que interagiu conforme as ações propostas.

CONCLUSÕES

As metodologias utilizadas junto aos materiais confeccionados possibilitaram aos participantes das atividades ampliar seus conhecimentos acerca da Libras e da Cultura Surda. Proporcionando uma aprendizagem lúdica e agradável no ensino e divulgação da Língua Brasileira de Sinais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 14 Abr. 2015.

KARNOPP, L. **Literatura Surda**. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS, Florianópolis, 2008.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PROGRAMA “CÍRCULOS DE PAZ: INSTITUINDO JUSTIÇA RESTAURATIVA E PACIFICANDO CONFLITOS EM SANTARÉM, PARÁ, BRASIL”

Carlos Renê Sousa Tavares ¹; Nirson Medeiros da Silva Neto ²

¹Estudante do Curso de Direito - ICS - Ufopa; E-mail: carlos-renne1@hotmail.com, ² Docente- ICS – Ufopa. E-mail: nirsonneto@yahoo.com.br.

RESUMO: O Programa “Círculos de Paz: Instituinto Justiça Restaurativa e Pacificando Conflitos em Santarém, Pará, Brasil” visa à realização de estudos e práticas de formas alternativas de tratamento de conflitos, especialmente, a justiça restaurativa e os círculos de construção de paz no município de Santarém, Estado do Pará, com fito ao aprendizado e à difusão de modelos de processamento de conflitualidades diversos dos procedimentos concorrenciais e/ou estritamente retributivos que caracterizam grande parcela das práticas judiciais e do trabalho de conflitos em nosso país. Com fulcro nos Direitos Humanos e objetivando contribuir para a institucionalização de alternativas inovadoras de tratamento de conflitos, através do conhecimento, prática e socialização de mecanismos de processamento de conflitualidades fundados em princípios de comunicação não violenta, o Programa promove ocasiões de diálogo e de aprendizagem sobre o tema da justiça restaurativa e dos círculos de construção de paz, formando e capacitando profissionais e lideranças habilitados ao processamento de conflitos com respeito à diversidade e sofrimento humanos, bem como para com visões de mundo e valores diversos e até mesmo divergentes. Realizado pela Clínica de Mediação de Conflitos e Construção de Paz da Ufopa/ICS/PCJ, em parceria com outras instituições públicas, fomenta a construção e institucionalização de práticas judiciais e extrajudiciais de tratamento alternativo de conflitos inter-humanos em uma perspectiva respeitosa, democrática e afetuosa, com base no princípio da não violência, visando ao respeito e à efetivação dos Direitos Humanos, à restauração de pessoas e relações, bem como à construção de paz no município onde o Programa é desenvolvido.

Palavras-chave: conflitos, justiça, educação, comunidade, paz.

INTRODUÇÃO

Na esperança de difundir e institucionalizar processos circulares e restaurativos de tratamento de conflitos em Santarém, Estado do Pará, a Vara da Infância e Juventude deste município, entrou em parceria com a Clínica de Mediação de Conflitos e Construção de Paz da Ufopa e com a 5ª Unidade Regional de Educação, órgão setorial da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Com o intuito de realizar estudos sobre a metodologia dos círculos de justiça restaurativa e construção de paz, difundiu-a para além dos muros do Judiciário e da universidade, formar lideranças e facilitadores neste modelo de processamento de conflitos, assim como de desenvolver um projeto-piloto de práticas restauradoras e pacificadoras, instituiu o Gimce – Grupo Interprofissional de Mediação de Conflitos Escolares, criado em 26 de setembro de 2012.

Este grupo, originalmente destinado ao estudo, formação e capacitação de seus membros em práticas alternativas de tratamento de conflitos, transformou-se posteriormente no Programa “Círculos de Paz: Instituinto Justiça Restaurativa e Pacificando Conflitos em Santarém, Pará, Brasil”, que conta hoje com representantes das três instituições anteriormente mencionadas, acrescidos de membros pertencentes ao Ministério Público do Estado do Pará e a outras instituições vinculadas ao Sistema de Justiça, ao Sistema Único de Assistência Social e ao Sistema de Ensino Público atuantes no município santareno. Desde sua formação original, enquanto ainda concebia-se como um projeto-piloto de caráter exclusivamente formativo, o Programa Círculos de Paz já se caracterizava pela interinstitucionalidade, interprofissionalidade e interdisciplinaridade na abordagem dos conflitos, sendo composto por profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento, como Direito, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Antropologia.

Desta forma, o Programa constituiu-se por um conjunto de pessoas e instituições públicas reunidas em torno do propósito comum de socializar saberes teórico-práticos relacionados a tratamentos alternativos de conflitualidades, formar facilitadores e multiplicadores de círculos de construção de paz,

bem como instituir práticas restaurativas no âmbito de atuação das instituições parceiras. A partir de fevereiro de 2014, o Programa Círculos de Paz passou a se orientar para dois eixos de ação, quais sejam: 1) formação, capacitação e estudo de metodologias de processamento de conflitos, especialmente a justiça restaurativa e os círculos de construção de paz, que, do ponto de vista metodológico, não se confundem, mas se complementam mutuamente, posto que práticas restaurativas podem ser e são realizadas pelo medium dos círculos de paz, e estes, comumente, favorecem processos restaurativos; e 2) prática efetiva e institucionalização de círculos restaurativos e de construção de paz nos procedimentos dos órgãos do Sistema de Justiça, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema de Ensino Público de Santarém, bem como no Núcleo de Prática Jurídica da Ufopa, que no ano corrente foi contemplado com um Espaço de Mediação de Conflitos e Construção de Paz, por ocasião de sua vinculação ao Programa e de exigências do Ministério da Educação.

Estes dois eixos são trabalhados em três campos de atuação: o primeiro voltado para o tratamento de conflitos ocorridos ou revelados em escolas públicas do município, estaduais e municipais; o segundo destinado ao processamento de conflitualidades judicializadas, especialmente aquelas que envolvem crianças e adolescentes e que redundaram ou poderão redundar na aplicação de medidas socioeducativas e/ou medidas protetivas; e o terceiro incumbido da abordagem de situações conflitivas não regulamentadas, preferencialmente familiares e/ou comunitárias, que não estejam relacionadas ao ambiente escolar. A tais campos de atuação, na estrutura do Programa, correspondem três círculos de diálogo, aprendizagem e prática, coordenados respectivamente pelos membros da 5ª Unidade Regional de Educação, da Vara da Infância e Juventude e da Clínica de Mediação de Conflitos e Construção de Paz da UFOPA, a saber: o Círculo Construção de Paz na Escola; o Círculo Justiça Restaurativa e Construção de Paz; e o Círculo Mediação de Conflitos e Construção de Paz.

MATERIAL E MÉTODOS

Desta forma, o Programa constituiu-se por um conjunto de pessoas e instituições públicas reunidas em torno do propósito comum de socializar saberes teórico-práticos relacionados a tratamentos alternativos de conflitualidades, formar facilitadores e multiplicadores de círculos de construção de paz, bem como instituir práticas restaurativas no âmbito de atuação das instituições parceiras. A partir de fevereiro de 2014, o Programa Círculos de Paz passou a se orientar para dois eixos de ação, quais sejam: 1) formação, capacitação e estudo de metodologias de processamento de conflitos, especialmente a justiça restaurativa e os círculos de construção de paz, que, do ponto de vista metodológico, não se confundem, mas se complementam mutuamente, posto que práticas restaurativas podem ser e são realizadas pelo medium dos círculos de paz, e estes, comumente, favorecem processos restaurativos; e 2) prática efetiva e institucionalização de círculos restaurativos e de construção de paz nos procedimentos dos órgãos do Sistema de Justiça, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema de Ensino Público de Santarém, bem como no Núcleo de Prática Jurídica da Ufopa, que no ano corrente foi contemplado com um Espaço de Mediação de Conflitos e Construção de Paz, por ocasião de sua vinculação ao Programa e de exigências do Ministério da Educação.

Estes dois eixos são trabalhados em três campos de atuação: o primeiro voltado para o tratamento de conflitos ocorridos ou revelados em escolas públicas do município, estaduais e municipais; o segundo destinado ao processamento de conflitualidades judicializadas, especialmente aquelas que envolvem crianças e adolescentes e que redundaram ou poderão redundar na aplicação de medidas socioeducativas e/ou medidas protetivas; e o terceiro incumbido da abordagem de situações conflitivas não regulamentadas, preferencialmente familiares e/ou comunitárias, que não estejam relacionadas ao ambiente escolar. A tais campos de atuação, na estrutura do Programa, correspondem três círculos de diálogo, aprendizagem e prática, coordenados respectivamente pelos membros da 5ª Unidade Regional de Educação, da Vara da Infância e Juventude e da Clínica de Mediação de Conflitos e Construção de Paz da UFOPA, a saber: o Círculo Construção de Paz na Escola; o Círculo Justiça Restaurativa e Construção de Paz; e o Círculo Mediação de Conflitos e Construção de Paz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Círculos de Paz tem buscado contribuir para a estruturação de uma cultura de paz e de respeito aos Direitos Humanos, através do diálogo, aprendizagem e prática da justiça restaurativa e da

mediação de conflitos, abrangendo agentes que atuam em universidades, em espaços comunitários, no Sistema de Justiça, no Sistema Único de Assistência Social e no Sistema de Ensino Público do município de Santarém – PA.

É possível observar que a metodologia utilizada no Núcleo proporciona um tratamento mais humanizado aos conflitos, bem como contribui para a construção de atitudes, conhecimentos e habilidades relacionadas à Justiça Restaurativa e a outras formas alternativas de conflitos. Trata-se, pois, de uma vivência que possibilita a percepção de outros horizontes aos futuros profissionais do Direito e, mais do que isso, confere-lhes uma formação ético-jurídica.

CONCLUSÕES

Tais processos circulares, desde sua implantação, ocorrem periodicamente as segundas e quartas-feiras, tendo duração média de três horas, durante as quais os bolsistas participam auxiliando os facilitadores na realização das práticas restaurativas realizadas com adolescentes em conflito com a lei. O público alvo são os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, havendo um caso relacionado a uma medida protetiva de adolescentes em situação de risco. A vivência no Núcleo de Mediação de Conflitos e Construção de Paz, através do contato com práticas alternativas de tratamento de conflitos, conduz a novos olhares e caminhos relacionados à prática dos profissionais do Direito, em particular no que tange ao trato com relações humanas conflitivas, doravante tratadas por meio do diálogo e do contato face a face entre as pessoas, o que faz com que estas possam restaurar a si mesmas e a suas relações.

REFERÊNCIAS

JUSTIÇA PARA O SÉCULO XXI: Instituinto práticas restaurativas. **Semeando justiça e pacificando violências**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

PRANIS, K. **Processos Circulares**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

SICA, L. Mediação, processo penal e democracia. In: PRADO, G. e MALAN, Diogo (orgs.). **Processo penal e democracia: estudos em homenagem aos 20 anos da Constituição da República de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANTARÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ilvia Silva Gomes¹; Wilson Sabino²; Elaine Menezes Rossi³; Maira Rayane Pereira Braga⁴

^{1,3,4} Estudantes do Curso de Farmácia - Isco - Ufopa; E-mail: ivijany@gmail.com; elaine_mr6@hotmail.com; maira_rayane@msn.com,

² Docente do Curso de Farmácia- Isco - Ufopa; E-mail: wilsonsabino14@gmail.com.

RESUMO: A perda de saúde em sua maioria é complexa e multifatorial, e em cada grupo populacional tem sua própria origem. As Pré-Conferências municipais no âmbito do Sistema Único de Saúde (Sus) surgem também como instrumento de visibilidade das demandas em saúde de populações específicas, a exemplo de grupos distanciados da região urbana, como muitas das comunidades ribeirinhas existentes na região norte do país. Assim, o objetivo deste trabalho foi promover a participação discente na formulação de políticas de saúde no município de Santarém, Estado do Pará. Para tanto, utilizou-se do relato descritivo e reflexivo da participação discente em PC entre o segmento de usuários do Sus no município de Santarém-PA, ocorrido no primeiro semestre de 2015. O público alvo foram discentes do Instituto de Saúde Coletiva introduzidos ao aprendizado, de formular políticas em saúde, e defender seus direitos constitucionais neste setor. Através da participação discente em treze Pré-Conferências entre as zonas urbana, rural e ribeirinha, possibilitou a estes, ouvirem e refletirem sobre as necessidades de saúde da sociedade. Todo este processo culminou com a 13ª Conferência Municipal de Saúde, em julho de 2015, nas instalações do Auditório da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Tapajós. A participação discente permitiu a estes ressignificarem seus saberes através da escuta das demandas sociais, e com seu olhar qualificado pelo aprendizado adquirido, conseguiram inserir propostas com o propósito de melhorar a qualidade de assistência em saúde no município.

Palavras-chave: participação social; conferências de saúde; democracia

INTRODUÇÃO

“Trabalhando no apoio dessa conferência pude perceber a importância de erguer as mangas e realmente ajudar; no serviço de credenciamento dos participantes pude ver que a cada inscrição realizada, a cada “olho no olho”, a esperança numa saúde de qualidade, e o quanto a participação da comunidade é importante para que isso seja real” (Discente 1).

O esforço de concretização dos princípios do Sistema Único de Saúde (Sus), em seus 27 anos de promulgação, traz consigo um importante ideário de construção da democracia e dos direitos humanos. Todavia este processo, dentre outros aspectos, enfrenta problemas inerentes à mudança de cultura política e econômica regidas por um capitalismo avançado, marcado pelo aumento da desigualdade social e pelo histórico da ditadura militar emblemático de formas autoritárias de gestão e inter-relações no espaço público.

A visão bio-psico-social, que sustenta a integralidade em saúde, rege as principais ações de promoção, prevenção e participação comunitária preconizadas nos importantes tratados de Alma-Ata (1978) - que completou 38 anos de sua promulgação - e a Carta de Ottawa (OTAWA, 1986). Estes documentos que norteiam os princípios do Sus reforçam a proposta de que devemos nos voltar mais para as condições de vida das populações do que para os sintomas, como expressão das doenças já instaladas.

Desde a promulgação da lei orgânica de saúde 8080 e 8142/90 (BRASIL, 1990), as Conferências de Saúde no Brasil passaram a ter papel primordial, tendo como base estruturante de seu funcionamento os Conselhos de Saúde. Estes, são espaços que permitem a participação da sociedade na formulação de políticas e controle social, expressão esta que vem sendo empregada tanto para designar o controle do

Estado sobre a sociedade como para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado (NUNES et al., 2009), nas três esferas de governo. Segundo Cunha (2003) o controle social deve ser entendido como instrumento para a expressão da democracia, sendo um direito conquistado pela sociedade civil.

A formação em saúde inscreve-se como um complexo processo que articula conhecer, aprender, fazer, produzir conhecimento e cuidar. Todavia, este processo situa-se no âmbito de políticas públicas de saúde e educação em meio às tensões, contradições, avanços e recuos nas práticas e concepções no trabalho em saúde (CECCIM et al., 2004; SOUZA et al., 2012). Nesse sentido, emerge como necessário repensar os campos de práticas e de saberes, com a finalidade de criar novas estratégias de formação aos futuros egressos do campo da saúde. Por este motivo, o objetivo deste trabalho de extensão foi promover a participação discente na formulação de políticas de saúde no município de Santarém, Estado do Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se do relato descritivo e reflexivo da participação discente em Pré-Conferências entre o segmento de usuários do Sus no município de Santarém-PA, ocorrido no primeiro semestre de 2015. Este teve como público alvo discentes do Instituto de Saúde Coletiva que foram introduzidos ao pensamento das formulações de política em saúde, e a defesa de seus direitos constitucionais neste setor. Promoveu-se entre estas participações em reuniões do Conselho Municipal de Saúde do Município de Santarém, Pré-Conferências de Saúde na zona urbana, rural e ribeirinha, além de participarem ativamente da 13ª Conferência Municipal de Saúde cujo tema foi: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar com Equidade".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de noventa foi marcada pela descentralização das ações de saúde aos municípios, por necessidade de operacionalização da lei 8080 e 8142, sendo esta última, norteadora no país das ações de controle social no âmbito da saúde. Assim, como maneira de introduzir discentes no campo prático da formulação de políticas de saúde, operacionalizou-se o trabalho de extensão em torno das Pré-Conferências e Conferência de Saúde do município de Santarém. Através da participação no seio social e amparados por estas leis, os discentes puderam interagir com a realidade da formulação política no âmbito da saúde municipal dando um novo significado ao seu conhecimento sobre este tema *"...não tinha ideia do que eram os conselhos e conferências de saúde e sua importância para a construção do SUS que queremos, porém esta experiência proporcionou um olhar diferente..."* (Discente 2).

Durante o primeiro semestre de 2015, os discentes participaram de reuniões no Conselho Municipal de Saúde e puderam compreender na prática o funcionamento do controle social exercido por este instrumento, além de conhecerem quais eram as demandas trazidas pela comunidade. A confirmação desta compreensão foi observado na fala desta discente: *"...como estudante e futura profissional farmacêutica é notório e significativo este espaço para se entender os desafios que a saúde enfrenta em Santarém. Conhecer de fato o controle social nos faz pensar em tentar mudar o modelo que vem sendo implantado no município e tentar trazer novos profissionais para que estes também participem do processo..."* (Discente 3).

Houve a participação discente em treze Pré-Conferências, entre elas, zona urbana, rural e ribeirinha, e nestas, foram ouvidas as necessidades de saúde da população que impactou profundamente no pensar discente *"...amplitude de pensamento e ações que um processo semelhante a esse exige, acaba por demandar também muita paciência e ações articuladas e planejadas..."* (Discente 4). Com aprofundamento dos significados da formulação de políticas de saúde a partir das PCs, nas comunidades, os discentes participaram, pelo segmento dos Órgãos Formadores de Recursos Humanos para o Sus e de proposições nos âmbitos das políticas de saúde do município, como as que seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 - Propostas discentes elaboradas para a 13ª Conferência Municipal de Saúde.

1.	Propor um sistema de identificação de medicamentos, através de cores dos medicamentos fornecidos pela Rede Básica de Saúde. Este sistema tem como objetivo facilitar a visualização e administração de medicamento para idosos, a fim de diminuir custo com intoxicações e problemas referentes a não adesão adequada ao tratamento. Sabendo que quase 1/3 dos idosos no município são analfabetos, sendo inviável a utilização de receituários manuscritos para orientação do uso de medicamentos;
2.	Garantir a Resolução nº 449/06: Instituir uma CFT (Comissão de Farmácia e Terapêutica) para garantir uma adequada seleção dos medicamentos baseados no histórico das doenças mais prevalentes no município para que assim seja implementado o uso racional dos medicamentos;
3.	Implantação de postos de coletas para medicamentos vencidos e vencendo da comunidade e da própria UBS sendo que o farmacêutico atuaria dando suporte técnico e educativo no âmbito da Atenção Básica;
4.	Implementação do sistema Hórus no município de Santarém;
5.	Garantir o cumprimento dos serviços de referência e contra referência para assistência continuada de acordo com o item II, do artigo 7, capítulo II da Lei 8080/90;
6.	Levar recursos físicos, administrativos, humanos e contratar profissionais capacitados para trabalhar na prevenção e promoção da saúde, incluindo a inserção do profissional farmacêutico em unidades básicas de saúde - UBS e Estratégia Saúde da Família - ESF.
7.	Promover ações educativas que levem a população a conhecer os direitos e serviços disponibilizados pelo SUS, contribuindo com o pacto pelo SUS;
8.	Capacitação para os profissionais de saúde com o objetivo de promover atendimento humanizado e também garantir os recursos físicos e humanos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho;

Todo este processo culminou com a 13ª Conferência Municipal de Saúde que ocorreu nos dias 30/06 a 03/07 nas instalações do Auditório da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Tapajós. Nesta, ocorreram diversos debates que demonstraram a real situação da saúde no município, corroborando para a aprovação de propostas pertinentes para o biênio 2015-2017, com o propósito de atender as demandas locais. De acordo com Teixeira et al. (2005), governo e sociedade civil organizada devem debater e decidir juntos sobre as políticas públicas de saúde.

CONCLUSÕES

A participação discente neste processo de conferências permitiu a estes ressignificarem seus saberes através da escuta das demandas sociais, e com seu olhar agora qualificado pelo aprendizado teórico, inserir propostas com o objetivo de melhorar a qualidade de assistência em saúde no município. Finalmente, a aprendizagem adquirida através do conhecimento resultante do confronto com a realidade local, permitiu a estes, perceberem que as comunidades necessitam de soluções compatíveis e adequadas para suas realidades.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Conselho Municipal de Saúde que proporcionou um campo de prática importante para a compreensão das políticas de saúde aos discentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.

REFERÊNCIAS

ALMA-ATA. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 6-12 de setembro 1978; USSR. In: **Ministério da Saúde** (BR). Brasília (DF): Ministério da Saúde, p. 15, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**. 20 set., 1990.

BRASIL. Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 31 dez., 1990.

CECCIM R.B.; FEUERWERKER L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, 20(5), 1400-1410; 2004.

CUNHA, S. H. **O controle social e os seus instrumentos**. Salvador. BA, 2003.

NUNES, G. M.; COSTA, J. G.; TEIXEIRA, M. M.; RAMOS, P. R. **Os Desafios da Participação Popular no Sistema Único de Saúde**. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social: Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda. Juazeiro/BA- Petrolina/PE- 28,29 e 30 de maio de 2009.

OTTAWA. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986; Ca. In: **Ministério da Saúde** (BR). Brasília (DF): Ministério da Saúde; p. 19, 2001.

SOUZA, M. C. A. et al. Interdisciplinaridade no ensino superior: de imagem-objetivo à realidade. **Rev. bras. educ. med.** Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, supl. 2, mar., 2012.

TEIXEIRA, A. C. C.; MARANHÃO, T.; L.G. **Dicas**: ideias para a ação municipal. INSTITUTO PÓLIS, n. 230. 2005.

TEATRO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EM CENA A ARTE DRAMÁTICA E SEU JOGO

Giulia Sara Diana Neves Silva¹; Leandro Pansonato Cazula²

¹Estudante do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências das Águas - ICTA - Ufopa; E-mail: giulianeves.infoed@gmail.com;

²Docente do curso de Geografia - Iced - Ufopa; E-mail: leandrocazula@gmail.com.

RESUMO: O Projeto Iurupari tornou-se um grupo teatral formado por pessoas dispostas, que exercem o fazer cênico e teatral entre si, e se empenham para as apresentações, a fim de efetivar o projeto de extensão com atividades artísticas no âmbito acadêmico, mas que também se concretiza com resultados direcionados para a comunidade em geral. Atualmente o grupo conta com a participação de aproximadamente vinte pessoas, dentre elas, acadêmicos da Ufopa, estudantes de escolas do município e pessoas da comunidade, presentes nos encontros, oficinas e ensaios. Os encontros ocorrem aos sábados das 14h às 19h, no Auditório Wilson Fonseca, do Campus Rondon da Ufopa, ajudam desenvolver as habilidades do teatro entre os participantes, estimulando-os para que cada qual explore sua potencialidade, e posteriormente coloque-a em prática com o grupo, identificando sua capacidade corporal, vocal e interpretativa direcionadas ao teatro.

Palavras-chave: projeto; desenvoltura; artes cênicas; grupo de teatro.

INTRODUÇÃO

IU-RU-PARI: colocar uma máscara no próprio rosto. Conta-se em um antigo mito Tupi que Jurupari, tradução em *nheengatu* de Iurupari, é um deus da cultura dos povos indígenas, centrado nas proximidades do Rio Negro – Amazonas, descrito como demônio e espírito mau. Segundo o P. Constant Tastevin (1880-1958, apud: Faulhaber, 2011), o nome Jurupari pode corresponder ao “nome próprio de um antigo legislador índio, de quem conservam ainda os usos, leis e tradições lembradas nas danças mascaradas de Jurupari”. O nome, segundo esse autor, parece significar máscara, pari, da boca ou do rosto: IU-RU-PARI: meter um pari no próprio rosto.

Neste sentido, o Projeto Iurupari, pretende que seus integrantes compreendam a essência teatral de literalmente colocarem a máscara em seus rostos.

Este artigo tem o objetivo de apresentar a proposta de formação de um grupo teatral em âmbito acadêmico, aberto a toda a comunidade, como exemplo de desenvolvimento do Projeto Iurupari em seu primeiro ano de atividades na Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa – Campus de Santarém.

A formação de um grupo teatral com a participação de acadêmicos e pessoas da comunidade trouxe para dentro da universidade uma rotina diferenciada das demais, na qual, a diversidade de jogos e oficinas teatrais é aplicada aos participantes e os motivam tanto no meio teatral como em seu dia-a-dia. Para Boal (2000) todo mundo atua, age, interpreta. Somos todos atores. A linguagem teatral é a linguagem humana por excelência, e a mais essencial. Este pensamento possibilita a motivação dos integrantes do grupo para a criação e elaboração de seus respectivos personagens nas peças, através dos exercícios musculares, sensoriais, de memória, de imaginação e de emoção, propostos por Boal (2000) no capítulo “A estrutura de interpretação do ator” (p. 57-84).

Os jogos teatrais trazem às aulas a possibilidade de trabalho com importantes aspectos do aprendizado, como coordenação motora, ritmo, prontidão, disponibilidade, agilidade, criatividade e percepção. Desta maneira, estes jogos determinam regras, impõem limites e abrem inúmeras oportunidades de expressão pessoal, ou seja, um debate gradativo com os alunos sobre questões relevantes de suas vidas, relacionamentos e dificuldades.

Boal (2000) deixa claro que todos os seres humanos são atores, porque agem, e espectadores, porque observam. O jogo teatral é um termo para designar qualquer estrutura de atividade que possa ser utilizado no teatro, seja dramático ou mesmo na forma de esporte ou de brincadeiras.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto é realizado nas dependências do Auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Ufopa. Os encontros do Projeto Iurupari são desenvolvidos aos sábados, das 14h às 19h, atualmente conta com a participação de aproximadamente vinte pessoas, dentre elas, acadêmicos da UFOPA, estudantes de escolas do município e pessoas da comunidade.

Em desenvolvimento desde fevereiro de 2015, no início todos os interessados puderam compor o “Núcleo Cênico”, nos encontros semanais, desde que se adequassem aos procedimentos de inscrição adotados pela coordenação do projeto. O coordenador junto com a equipe de execução e os colaboradores foi responsável pela integração do grupo, sendo essa etapa, parte da formação do núcleo de trabalho, sendo o enfoque inicial do processo e percorrerá todo o projeto.

O grupo de execução do projeto, tendo como base à bibliografia adotada e o uso dos jogos teatrais extraídos, aprimoraram técnicas ao grupo para que os mesmos tomassem consciência das capacidades, conteúdos expressivos e criativos, despertando, assim, nos atores, a compreensão do processo artístico, que se resume na consciência corporal e vocal.

O projeto tem como enfoque as apresentações ao público, mediante as peças trabalhadas no decorrer dos encontros, sendo que esquetes teatrais, contações de histórias são gradativamente produzidas para atender aos anseios da comunidade e de eventos ocorrentes no decorrer do ano na Universidade. Com frequência, o Auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon, é utilizado para as apresentações, mas, sempre que é solicitada ou agendada alguma encenação e/ou trabalho artístico, estes são levados a outros espaços. Isto é possível, e até necessário – levar a arte e cultura, os espetáculos e apresentações, onde o público estiver.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento do projeto, as pessoas envolvidas se entregaram ao ramo das artes cênicas, entendendo-as como sendo uma ocupação que traz o conhecimento extra como gratificação. Os participantes realizam um ato de entrega e de submissão ao ofício de ser ator/atriz. Isso acontece quando a pessoa “empresta” braços, pernas, olhos e cordas vocais a sua personagem. É importante para um ator sentir-se bem para representar um papel. O trabalho do ator passa fundamentalmente pela preparação de seu instrumental cênico, o corpo, que inclui a voz e emoção.

Todos os nossos atos, mesmo os mais simples, aqueles que estamos acostumados em nosso cotidiano, são desligados quando surgimos na ribalta, diante de uma platéia de mil pessoas. Isso é por que é necessário se corrigir e aprender novamente a andar, sentar, ou deitar. É necessário a auto reeducação para, no palco, olhar e ver, escutar e ouvir. (STANISLAVSKI, 1997, p.112)

O projeto está em constante atividade nos encontros semanais, através dos exercícios propostos pelo coordenador e pela equipe de execução da atividade, com ensaios específicos para elaboração de peças definidas, um conjunto entre o coordenador, os colaboradores e os participantes.

O grupo é aberto e disponível a toda a comunidade acadêmica, tendo em vista a necessidade de atrativos culturais em eventos promovidos pelos cursos e Institutos da Ufopa, bem como à comunidade em geral que, porventura, necessite de peças teatrais, esquetes, atividades interativas e recreativas, contações de histórias, dentre outros, para determinado local e evento.

O principal fundamento do “Projeto Iurupari” com o grupo teatral é de trabalhar fluentemente para a elaboração de peças, desenvolvimento de eventos culturais e a concretização de demonstrações artísticas e lúdicas a serem apresentadas ao público de modo geral em datas distintas, nos mais diferentes lugares.

Através do grupo de teatro temos um caminho pelo qual podemos conduzir os participantes para descobertas a respeito de si, do outro e do espaço que ele ocupa no grupo e na sociedade, bem como desenvolver sua capacidade de expressão e criação. Aos espectadores proporcionaremos cultura através de um universo que pode ser explorado de infinitas maneiras, seja através de apresentações fictícias ou retratando a vida real, comédias ou dramas, literários ou históricos. O teatro é compromisso, fala sobre a

vida, sobre o homem, toca a sensibilidade e faz pensar. Quer discutir com as pessoas as perguntas que fazem parte do seu cotidiano (O que fazer? Como? Por quê? Para quê?).

Formar um grupo de teatro na universidade foi o impulso inicial para a criação e o desenvolvimento do projeto; tendo em vista as possibilidades que cada ser pode alcançar, ainda mais quando inserido no meio universitário, onde suas potencialidades são constantemente exigidas, e perante o teatro, ainda mais.

CONCLUSÕES

No ano de 2015 algumas propostas cênicas foram concretizadas durante a realização do Projeto Jurupari, com momentos de formação, realização de oficinas teatrais, idealizadas pelos integrantes do projeto, para a comunidade externa. Essas “OFICINAS FORMATIVAS E DE INSERÇÃO TEATRAL” foram oferecidas para entidades, escolas e universidades que solicitaram essas atividades de aprimoramento e desenvolvimento teatral.

Até o momento o projeto apresentou ESQUETES TEATRAIS, que são pequenas encenações e/ou dramatizações cênicas criadas para atender eventos específicos em diversas situações, em eventos diversificados no próprio município, como também houve apresentações em espaços alternativos, apresentações culturais em locais incomuns e para a formação de platéia, visando a propagação da existência do Grupo Teatral.

O Grupo encontra-se em processo de criação de seu primeiro espetáculo cênico com atividades de preparação e estudo da peça “Espectáculo de Você”, de Raquel Catunda Pereira (2011).

A apresentação teatral será o resultado do trabalho dos atores/atrizes e de outros integrantes do projeto, cujo talento e competência a arte da dramaturgia depende para atingir seu objetivo, e como este é o de levar uma mensagem em um trabalho artístico unificado, para que seja de fato teatro, este necessita da presença e do interesse dos espectadores. No teatro, um desempenho de sucesso é a que consegue a harmonia perfeita entre todos esses elementos.

O teatro só se concretiza com essa inter-relação com o público e é, portanto, de fundamental importância para a compreensão do teatro como linguagem artística. Motivando os participantes do projeto a darem continuidade na metodologia teatral, transmitindo seus conhecimentos e experiências vivenciadas em suas atividades cotidianas, podendo até, talvez, serem novos idealizadores de formação de grupos teatrais. Ao público se proporciona uma atividade cultural que é cada vez mais escassa da proximidade de pessoas que não tem acesso e nem condições de participarem desses momentos em seu dia-a-dia, levando a eles todas as possibilidades de viagens por esse universo do mundo teatral.

REFERÊNCIAS

BENTLEY, E. **A experiência viva do teatro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARVALHO, S. M. S. **Jurupari: Estudos de mitologia brasileira**. São Paulo: Ática, 1979.

FAULHABER, P. Nos varadouros das representações: Redes etnográficas na Amazônia do início do século XX. **Revista de Antropologia**, SP, USP, 1997, V. 40 nº2. Projeto Tradução Cultural, dez., 2011.

FREYRE, G. **Realidade Brasileira**: Biblioteca Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Bloch: FENAME, 1980.

HOLANDA, C. B. de. **Seleção de texto, nota, estudo biográfico, histórico e crítico, exercícios por Adélia Bezerra de Menezes Bole**. São Paulo: Abril Educação, 1980.

MAGALDI, S. **Iniciação ao teatro**. São Paulo, 1965.

NORONHA, L.; FAISSAL, R. **A construção do espetáculo**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ª edição. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**. 10ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

STANISLAVSKI, C. **A Preparação para o Ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VASCONCELLOS, L. P. **Dicionário de teatro**. Porto Alegre: L e PM Editores, 1987.

VIEIRA, C. **Em busca de um teatro popular**. São Paulo: Grupo Educacional Equipe, 1977.

TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS HORA DA HISTÓRIA E CLUBE DA LEITURA NA CASA DE ACOLHIMENTO REVIVER

Antônio Vitor Campêlo Ribeiro¹; Iani Dias Lauer Leite²

¹Estudante do curso de Biotecnologia - Ibef - Ufopa; E-mail: antoniovitoras@gmail.com;

² Docente do CFI - Ufopa; E-mail: ianilauer@gmail.com.

RESUMO: Na perspectiva de Bronfenbrenner, o desenvolvimento é produto dos vários contextos dos quais a criança está e da relação entre esses contextos. Nesse sentido, é desejável, principalmente para crianças abrigadas, que haja uma forte interação dessas com ambientes externos ao abrigo. As oficinas da Hora da História e do Clube da Leitura estão inseridas dentro dessa proposta de ofertar interação para além do contexto de abrigo, além de incentivar a leitura e criar possibilidades da formação de hábitos saudáveis. O objetivo deste trabalho é relatar o desenvolvimento do projeto “Hora da História no Abrigo Reviver” e sua evolução para “Clube de leitura na Casa de Acolhimento Reviver”. O período de realização dos projetos foi de 02 de setembro de 2013 até 18 de setembro de 2015 tendo sido realizadas 55 oficinas com média de uma hora de duração com o objetivo de propiciar ambiente rico de estímulos que auxiliassem no processo desenvolvimental dos abrigados. É necessário pontuar que a necessidade de ampliar o projeto deveu-se ao fato de agregar tanto o estímulo da leitura quanto ofertar conceitos sobre língua portuguesa. Portanto, os resultados evidenciaram não só o aumento de possibilidades saudáveis de desenvolvimento, mas também foi observado que os participantes frequentes além de desenvolver o hábito da leitura conseguiram estimular outros estudantes a participar de forma mais efetiva das oficinas, havendo maior comunicação e interação durante as conversações e dinâmicas.

Palavras-chave: desenvolvimento, estímulo e leitura

INTRODUÇÃO

A leitura é uma atividade que pode ser prazerosa, instrutiva e propiciar momentos de interação social. É possível o estímulo ao hábito de ler desde muito cedo, antes mesmo da alfabetização de crianças. Dentro dessa perspectiva, o projeto Clube da Leitura na Casa de Acolhimento Reviver objetiva auxiliar na formação do hábito da leitura, na discussão de temáticas voltadas para a formação de valores humanos e no treino de habilidades sociais de crianças institucionalizadas. Nesse sentido, é importante realizar uma breve conceitualização do termo Abrigo ou Casa de acolhimento.

Silva e Aquino (2014) fazem alusão ao sentido de abrigo como: Abrigos – ou orfanatos, educandários e casas-lares – são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. Assim, esses locais passam a fazer parte do cenário desenvolvimental das crianças e adolescentes que lá estão. Na perspectiva de Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento é produto dos vários contextos dos quais a criança está e da relação entre esses contextos. Nesse sentido, é desejável, principalmente para crianças abrigadas, que haja uma forte interação dessas com ambientes externos ao abrigo.

MATERIAL E MÉTODOS

A rotina usada durante as oficinas da Hora da História de 02 de setembro de 2013 a 10 de junho de 2014, foi: 1. Acolhida: cada criança recebia uma flor para colocar em um jardim em feltro, no quadro à frente. A seguir a criança era orientada a sentar em um colchonete no chão. 2. Música de boas vindas: cantava-se uma música de boas vindas, citando o nome de cada criança. 3. Atividade prévia à história: era realizada uma atividade variável conforme a história a ser contada: pintura, desenho, brincadeira. Tal atividade servia como introdução à história. 4. História: foram utilizadas histórias bíblicas que eram contadas e encenadas pelas próprias crianças, a coordenadora do projeto e seus auxiliares. 5. Discussão da história: após a finalização da história eram discutidas as temáticas principais presentes, como: a bondade, ser parte de um grupo, auxiliar os outros, dentre outros. 6. Atividade manual de fixação: ao

término da discussão era realizada uma oração de mãos dadas e, a seguir, as crianças eram direcionadas à mesa de atividades, onde realizavam um trabalho manual de pintura, desenho ou colagem.

No final de 2013, foi pensado um novo projeto para iniciar em 2014, focado ainda na aprendizagem e discussão de habilidades sociais e valores, acrescido do estímulo à leitura. Nesse sentido, o projeto Clube da Leitura foi criado e seu detalhamento é realizado a seguir.

A rotina usada durante as oficinas do clube da leitura de 08 de setembro de 2014 a 18 de setembro de 2015 buscou aprimorar as habilidades dos envolvidos e criar hábitos saudáveis que pudessem gerar desenvolvimento de características já existentes, porém pouco exercitadas. A rotina utilizada nas oficinas seguiu essa sequência: 1 – Acolhida: geralmente um diálogo sobre o dia dos acolhidos e posteriormente a leitura longa de um livro escolhido pelos acolhidos; 2 – Dialogo : responsável por buscar desenvolver a interação entre os acolhidos tanto com a história quanto com os outros participantes da oficina; 3 – Dinâmica de fixação : esse tópico tinha a função de agregar a mensagem passada pela história, seja através de desenho, música ou tentativa do acolhido de explicar aos outros; 4 – Construção de conhecimentos gerais , fez-se uso dessa sessão para apresentar aos acolhidos conceitos ainda não usados, por exemplo, conhecimentos sobre animais, plantas e seus hábitos usando, como material, livros; 5 – Leitura de Finalização : leitura curta e de entendimento fácil; 6 – Dialogo sobre a última leitura e desejos para a próxima oficina.

Ressalta-se que em ambos os projetos, as leituras e histórias utilizadas tiveram como foco o aprendizado e discussão de habilidades e valores necessários à convivência social. Dessa forma, temas como empatia, respeito, responsabilidade, pontualidade e outros foram abordados nos projetos desenvolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 55 oficinas no período de 02 de setembro a 18 de setembro de 2015. Cada oficina teve a duração média de 50 minutos, com uma média de participação de 7 crianças por oficina e em média de 2 auxiliares por oficina.

As oficinas da Hora da História e do Clube da Leitura estão inseridas dentro da proposta de ofertar interação para além do contexto de abrigo, além de incentivar a leitura e criar possibilidades da formação de hábitos saudáveis. Conforme Bronfenbrenner (1999), o processo desenvolvimental de cada criança deve ser observado à luz dos vários sistemas dos quais essa faz parte. Nesse sentido, os abrigos são parte do contexto de desenvolvimento.

Durante as oficinas, era observável certo padrão de comportamento, a priori certa timidez no primeiro contato com as histórias, entretanto, no momento em que um indivíduo resolvia compartilhar sua opinião, todos os outros sentiam-se a vontade para expor suas ideias e curiosidades sobre o livro, porém nem sempre essa socialização era pacífica, havia momentos de euforia que com o passar do tempo foram substituídas por um comportamento mais ameno, valendo a regra “cada acolhido terá sua vez” e, desta forma, todos aguardavam de forma ordenada a hora de socializar a história da forma que entendeu e com sua própria linguagem. Também havia aqueles que mostravam mais interesse em ouvir enquanto outros mais em falar ou realizar atividades manuais. Contudo, no decorrer das oficinas foi perceptível a evolução dos acolhidos no que diz respeito à interação com a história e socialização do conhecimento, e até mesmo aprimoramento da linguagem, visto que muitos deles começaram a fazer uso de palavras ou expressões que viram nos livros. Portanto, tanto no tópico de aprimoramento de habilidades relacionadas a leitura e escrita, quanto no de habilidades sociais, houve uma significativa evolução.

CONCLUSÕES

As oficinas realizadas contribuíram para desenvolvimento das habilidades de leitura, sociabilidade e capacidade de imaginação dos envolvidos. Nesse sentido, entende-se que houve ampliação dos contextos dos quais as crianças participantes fazem parte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a minha orientadora e maior colaboradora Prof^ª. Dr^ª. Iani Dias Lauer Leite pela oportunidade de desenvolver o projeto com autonomia e, por fim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente deram alguma contribuição para o desenvolvimento do projeto. Agradeço à UFOPA por conceder a bolsa PIBEX para execução do trabalho em questão.

REFERÊNCIAS

BROFENBRENNER, U. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano**: tornando os seres humanos mais humanos / Urie Brofenbrenner; tradução: André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011

SILVA, E. R. A. da; AQUINO, L. M. C. de. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2014.

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Larissa Talline de Macêdo Nonato¹; Jarsen Luís Castro Guimarães²; Abner Vilhena de Carvalho²;
Darlene Cardoso Campos³; Andrezza Alves Pires⁴; Airton Sena Vasconcelos⁵

¹Estudante do Curso de Direito - ICS - Ufopa;

²Docente do ICS – Ufopa

³; Estudante do Curso de Direito da Ufopa

⁴Discente do Curso de Economia - ICS - Ufopa;

⁵Estudante do Curso de Direito - ICS - Ufopa.

RESUMO: Este artigo trabalha a violência contra a mulher no Município de Santarém-PA por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, através de perguntas abertas. Realizou-se também uma revisão bibliográfica sobre os aspectos fundamentais de conhecimento a respeito do problema. Haja vista que a discussão desse problema tem um caráter importante e esclarecedor à sociedade acadêmica e em geral. Objetivando estudar, analisar os dados de pesquisa e discutir como se desenvolveu o enfrentamento à violência contra a mulher no município de Santarém no período de Julho a Dezembro de 2013. Verificar como os Órgãos Públicos de enfrentamento à violência contra a mulher atuam na proteção à vítima. Observou-se que mesmo com a Lei Maria da Penha e os serviços de proteção, não se fazem suficientes para sanar esse problema social, pois se necessita não só políticas punitivas, mas também por meio de políticas educativas e integradoras.

Palavras-chave: crimes; mulher; órgão; política; violência

INTRODUÇÃO

Esta reflexão tem como base a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, discorre no seu artigo 5º que “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Outro ponto a ser verificado, é a respeito de onde ocorre a violência, de acordo com Marques e Hizume (2014) “A violência contra a mulher ocorre em qualquer lugar, no domicílio ou mesmo em lugar público”. No ambiente familiar, a violência que acontece dentro do lar e é praticada por familiares fica subordinada a Lei Maria da Penha. “Já em lugares públicos, a violência cometida é tipificada e processada de acordo com as normas do Código Penal Brasileiro, equiparando a violência sofrida por todo cidadão”.

Diante disso, esse estudo procura estabelecer uma gama de entendimentos sobre a problemática da violência contra a mulher, com o intuito de estudar, analisar dados de pesquisa e discutir como se desenvolveu o enfrentamento à violência contra a mulher no município de Santarém no período de Julho a Dezembro de 2013. Verificar como os Órgãos Públicos de enfrentamento à violência contra a mulher atuam na proteção a vítima. Fazendo-se de fundamental importância a análise e entendimento desse problema tanto para a sociedade em geral como para os debates acadêmicos.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta análise caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, haja vista que foram utilizados dados realizados com base nos relatórios de Boletins de Ocorrências (BOs) disponibilizados pela Delegacia de Santarém e pelo Obcrit (Observatório Criminal do Tapajós) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Como também, entrevista aberta com a assistente social Juliana Fialho, da Delegacia da Mulher, e com a advogada Thalita Santana, do Centro de Referência no Atendimento a Mulher em Situação de Violência Maria do Pará. Somado a isto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os aspectos fundamentais de conhecimento a respeito do problema.

Tipos de violência: conceitos e contextualização

De acordo com a Lei Maria da Penha, os principais tipos de violência contra a mulher são:

- **Violência Física:** Quando o agressor fere a integridade física da vítima, podendo causar lesões internas e externas e até mesmo a morte.
- **Violência Psicológica:** Quando o agressor fere a estabilidade psicológica e emocional da vítima, através de ações degradantes e reiteradas.
- **Violência Sexual:** Situações em que a mulher é obrigada a participar, presenciar e manter relações sexuais, ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos
- **Violência Moral:** Comentários desagradáveis e sutis, como se fosse em tom de brincadeira, mas que atingem em cheio os pontos fracos e diminuem a pessoa que é da ação.
- **Violência Patrimonial (financeira):** Consiste na apropriação, pelo agressor, dos meios que a vítima utiliza para manter sua subsistência.

Políticas de prevenção, combate e apoio às vítimas de violência doméstica.

Com o surgimento da lei Maria da Penha, obtiveram-se vários benefícios para a população, entre eles: foram criadas políticas públicas para atender a mulher em situação de violência. Surgiram então as Varas de Violência Doméstica, os abrigos (no caso de Santarém o Abrigo Estadual da Mulher), Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Centros de atendimento especializado no atendimento à mulher em situação de violência (No caso de Santarém é o Centro Maria do Pará), além de programas como a “Mulher nota Mil” no IFPA que fornecem cursos profissionalizantes para essas mulheres e o Pronatec que tem o intuito de que essas mulheres sejam incluídas no mercado de trabalho, deixando então de serem dependentes tanto financeiramente dos seus companheiros como sentimentalmente.

Em 2012 foi inaugurado o Propaz integrado, esse programa foi criado para que a mulher tenha um atendimento “humanizado”, no qual dará suporte para a vítima não somente no procedimento da denúncia, mas também no entendimento de outras variáveis. Nos casos de violência física é realizado o exame de lesão corporal no Propaz na própria delegacia, que é a prova material do crime, em seguida é registrado o boletim de ocorrência, é prestado o depoimento juntamente com as testemunhas, a partir daí são tomadas as medidas protetivas e encaminhado para a defensoria pública.

Ainda de acordo com a assistente social da Delegacia da Mulher Juliana Filho, e a advogada Thalita Santana (coordenadora do Centro de Referência Maria do Pará em Santarém) medida protetiva é um instrumento determinado pelo juiz, com a finalidade de proteger a mulher vítima de violência doméstica. Ao registrar o boletim de ocorrência na delegacia, a mulher vítima pode solicitar as medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha, em seguida o caso é repassado do delegado ao juiz no prazo de 48 horas, para que se tome as providências prevista em lei.

O Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher em Situação de Violência-Maria do Pará tem como objetivo, cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida, sem ferir o seu direito à autodeterminação, porém promovendo meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada. Este serviço de atendimento à mulher verifica a situação concreta de violência, encaminha à Rede de Serviços, acompanha o atendimento e oferece orientações gerais, bem como atendimento psicológico, social, pedagógico e jurídico à mulher vítima de violência baseada no gênero, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, moral, patrimonial ou psicológico, esporádico ou de repetição, cometido por desconhecidos ou conhecidos e/ou de trabalho, no âmbito público ou privado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da coleta de dados disponibilizada pelo Obrcit, segue abaixo a caracterização dos principais casos de violência contra a mulher, analisados para o período de Julho a Dezembro de 2013 em Santarém/PA. Os principais incidentes analisados sobre a violência estão caracterizados nas seguintes condutas: Agressão, Estupro, Lesão Corporal e Violência Doméstica,

O crime de Agressão (ato em que o indivíduo prejudica o de sua própria espécie intencionalmente), devendo-se considerar que existem vários tipos de agressão entre elas: verbal, deslocada, física, etc., percebe-se que o mês em que houve mais casos denunciados, foi o mês de Julho

(2013) com 105 denúncias, e o mês em que houve menos casos denunciados foi Novembro (2013) com 17 denúncias.

Também considerando os casos denunciados, o crime de estupro (Prática não consensual do sexo, imposto por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza por ambos os sexos, podendo ser solto forçado ou violação), apresenta Novembro como o mês com mais casos denunciados tendo 9 denúncias e o mês com menos casos denunciados foi Dezembro (2013) tendo 3 denúncias.

O crime Lesão Corporal (resultado de atentado bem-sucedido à integridade corporal ou a saúde do ser humano, excluído o próprio autor da lesão, o crime pode ser praticado por ação ou omissão), obteve-se que o mês com mais casos apresentados foi Dezembro (2013) com 19 denúncias e o mês com menos casos foi Agosto (2013) com 04 denúncias.

O crime Violência Doméstica (é a violência explícita ou velada, praticada dentro de casa ou no âmbito familiar, entre indivíduos unidos por parentesco civil ou parentesco natural, inclui diversas práticas como violência e abuso sexual contra crianças, violência contra a mulher, maus tratos contra idosos e contra o homem geralmente nos processos de separação), obteve-se que o mês em que teve mais casos denunciados Novembro com 60 denúncias e o mês com menos casos denunciados foi Setembro com 49 denúncias.

CONCLUSÕES

A violência contra a mulher é uma realidade que atinge toda a sociedade. A Lei tipifica diversas ações e amplia o conceito de violência doméstica para além das agressões físicas, atribuindo ao papel do agressor às cenas de pressões psicológicas, ofensas, entre outras. Na legislação foram instituídas medidas destinadas a punição do agressor, podendo ser efetuada a prisão em flagrante e a prisão preventiva. Assim como, é decretado o afastamento do lar e outras medidas protetivas para a segurança da vítima e familiares.

Os serviços prestados seguem alguns princípios de intervenção da mulher em situações de violência, tais como: atendimento psicossocial para promover o resgate da autoestima e da autonomia, orientações e acompanhamento jurídico para evitar que a mulher seja vitimada, grupos terapêuticos visando promover a valorização da mulher, oficinas, palestras e atividades de formação cidadã disponibilizando vagas em cursos profissionalizantes realizados nos órgãos, com o objetivo de qualificá-las para o trabalho e geração de renda.

Através da pesquisa, entrevista, visitas aos Órgãos e levantamento de dados, percebeu-se que a cidade de Santarém tem uma rede de proteção à mulher equipada, por exemplo, os serviços que compõem a rede são: Defensoria Pública, Delegacia da Mulher, Centro de Referência Especializado em atendimento à Mulher em situação de violência-Maria do Pará, Assistência Jurídica das Faculdades Integradas do Tapajós - Ajufit, Vara de Violência Doméstica e Familiar, Deam, Propaz, Serviços de Saúde, Cas, Cras, Creas, Conselho Tutelar, INSS, Educação, entre outros.

Mas mesmo assim, os crimes têm apresentado uma tendência de crescimento, e conclui-se que mesmo com a Lei Maria da Penha e os serviços de proteção, não se fazem suficientes para sanar esse problema social. Desta forma, faz-se necessário promover uma reeducação da mulher elucidando seu valor, e capacitando-as para que conquistem sua independência financeira, através de políticas não só punitivas, mas também por meio de políticas educativas e integradoras.

Com isso, a finalidade de um levantamento de dados como este nos traz conclusões para que posteriormente se possa discutir e repassar para a sociedade em forma de palestras, oficinas, dentre outros meios, que existem diversos fatores que explicam os aumentos ou diminuições dos índices de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.**

GUIMARÃES, J. L. C. Motivações do crime segundo o criminoso: condições econômicas, interação social e herança familiar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n.1, São Paulo, 2014.

MARQUES, S. M.; HIZUME, G. C. **Violência contra a mulher: Quebre este ciclo.** Unioeste – Universidade Federal do Oeste do Paraná. 2014.

Observatório Criminal do Tapajós, 2015.



PROCCE
PRÓ-REITORIA DA CULTURA,
COMUNIDADE E EXTENSÃO

